



**WENDEL DE SOUZA PERNAMBUCO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL: EVIDÊNCIAS  
DA PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
LAVRAS NA ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS DO  
MUNICÍPIO DE LAVRAS**

**LAVRAS - MG**

**2018**

**WENDEL DE SOUZA PERNAMBUCO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL: EVIDÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS NA ECONOMIA E FINANÇAS  
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LAVRAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública, área de concentração em Gestão Social, Políticas Públicas e Controle Social, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Eloísa Helena de Souza Cabral

Orientadora

Prof. Dr. João Batista Rezende

Coorientador

**LAVRAS - MG  
2018**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA,  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Pernambuco, Wendel de Souza.

Desenvolvimento econômico local: evidências da participação da Universidade Federal de Lavras na economia e finanças públicas do município de Lavras / Wendel de Souza Pernambuco. - 2018.

103 p. : il.

Orientadora: Eloísa Helena de Souza Cabral.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2018.

Bibliografia.

1. Universidade pública. 2. Desenvolvimento local. 3. Finanças públicas. I. Cabral, Eloísa Helena de Souza. II. Título.

**WENDEL DE SOUZA PERNAMBUCO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL: EVIDÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS NA ECONOMIA E FINANÇAS  
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LAVRAS**

**LOCAL ECONOMIC DEVELOPMENT: EVIDENCES OF THE PARTICIPATION OF  
THE FEDERAL UNIVERSITY OF LAVRAS IN THE ECONOMY AND PUBLIC  
FINANCES OF LAVRAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública, área de concentração em Gestão Social, Políticas Públicas e Controle Social, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 08 de maio de 2018.

Prof. Dr. João Batista Rezende	UFLA
Prof. Dr. Carlos Eduardo Stefaniak Aveline	UFLA
Profa. Dra. Mirelle Cristina de Abreu Quintela	UFVJM

Profa. Dra. Eloísa Helena de Souza Cabral  
Orientadora

**LAVRAS - MG  
2018**

Dedico esta dissertação à minha esposa Rosiléia e ao nosso filho Davi pelo apoio incondicional e por compreenderem minhas ausências enquanto me dedicava a esta pesquisa;

À minha mãe, Aparecida Irene de Souza, por ser meu maior exemplo de vida e me ensinar de forma prática a superar as adversidades da vida;

Aos meus “segundos pais”, Manoel Liberato de Carvalho e Marta da Conceição Moreira pela força, carinho e apoio constantes;

E aos meus irmãos Aline de Souza, Celso de Souza Pernambuco e Benedito de Souza Pernambuco pelo incentivo;

Ninguém vence sozinho. A vitória desta conquista não seria possível sem vocês!

## AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos por DEUS, já que Ele colocou pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais certamente não teria vencido esta etapa.

À Universidade Federal de Lavras, especialmente ao Departamento de Administração a ao Programa do Mestrado Profissional em Administração Pública, pela oportunidade.

À minha orientadora Profa. Dra. Eloísa Helena de Souza Cabral e ao meu Co-orientador Prof. Dr. João Batista Rezende pela orientação, contribuição e ensinamentos passados durante todas as etapas deste trabalho e pela disposição, presteza e cordialidade de ambos durante as orientações, muitas inclusive em feriados e fora do horário de trabalho.

Aos professores, Profa. Dra. Mirelle Cristina de Abreu Quintela, da UFVJM e ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Stefamiak Aveline - UFLA, por terem aceitado o convite para compor minha banca e pela atenção que me deram.

Às secretárias Deila Pereira Pinto do Departamento de Administração-DAE e Débora Rezende Braga do Programa de Pós-graduação em Administração Pública-PPGAP, pela cordialidade, atenção e presteza, sempre que precisei.

Aos colegas da Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças - DCOF/UFLA pelo incentivo durante toda a caminhada.

E por fim, agradeço a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para que este percurso pudesse ser concluído.

A todos vocês meu muito obrigado!

"O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos no mínimo fará coisas admiráveis". (José de Alencar).

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar dados sobre a participação e o papel desempenhado por uma Universidade Pública Federal na economia e finanças de seu município sede. Partindo da premissa de que uma Universidade Pública Federal pode ser responsável direta pelo desenvolvimento econômico de uma região, tem como ambiente de estudo a Universidade Federal de Lavras - UFLA e seu município sede, Lavras-MG. No que concerne à natureza da pesquisa trata-se de uma pesquisa descritiva e quantitativa. A pesquisa tem como referencial teórico as Teorias do Desenvolvimento Regional e as Funções de Governo. Para se alcançar o objetivo geral, foram analisados dados que refletem a participação da UFLA na economia e finanças públicas do município de Lavras no período de 2007 a 2016. A pesquisa foi documental e os dados analisados foram secundários, coletados por meio de consultas junto a bancos de dados abertos oficiais em portais como: Portal Transparência do Governo Federal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério da Educação - MEC, Fundação João Pinheiro - FJP, dataviva, da Universidade Federal de Lavras, do Diário Oficial do município de Lavras. Como conclusão, observou-se que há participação da UFLA no desenvolvimento econômico de Lavras em aspectos como a demanda de pessoal, participação nos índices de emprego no município, movimentação de recursos financeiros por meio de salários de servidores e demais tipos de funcionários, dos investimentos em obras e equipamentos, das despesas de custeio e pelos repasses de tributos via retenção dos prestadores de serviços.

**Palavras-chave:** Universidade pública. Desenvolvimento local. Finanças públicas.



## ABSTRACT

The present study has as general objective to search data on the participation and the role played by a Federal Public University in the economy and finances of its host city. Based on the premise that a Federal Public University can be directly responsible for the economic development of a region, its study environment is the Federal University of Lavras - UFLA and its city, Lavras-MG. The nature of the research is descriptive and quantitative. The research has as theoretical reference the Regional Development Theories and the Government Functions. In order to reach the general objective, data were analyzed based on the participation of UFLA in the economy and public finances of Lavras, from 2007 to 2016. The research had a documentary base and the data analyzed were secondary, which was collected through consultations with banks of official open data in webpages such as: Transparency Portal of the Federal Government, Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, Institute of Applied Economic Research (IPEA), Ministry of Education - MEC, João Pinheiro Foundation - FJP, dataviva, Federal University of Lavras, the Official Gazette of Lavras. As a conclusion, it was observed the participation of UFLA in the economic development of Lavras in aspects such as the demand for personnel, participation in the indexes of employment in the municipality, movement of financial resources through salaries of employees, and other types of employees, investments in plants and equipment, expenses of costing and through the transfer of taxes through retention of service providers.

**Keywords:** Public university. Local development. Public finances.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Impactos de uma universidade no desenvolvimento local. ....	22
Figura 2 - Formas de Intervenção estatal na Economia. ....	32
Figura 3 - Centro de Lavras-MG.....	45
Figura 4 - Prédio Álvaro Botelho, atual Museu Bi Moreira.....	48
Figura 5 - Vista aérea da UFLA. ....	51
Figura 6 - Empregos por atividade econômica em Lavras, 2014.....	82
Figura 7 - A UFLA exercendo a funções de governo, participando da economia lavrense e contribuindo para o desenvolvimento local.....	90

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - A expansão das Universidades Públicas Federais no Brasil de 2003 a 2016. ....	18
Gráfico 2 - Atividades econômicas e sua participação no número de empregos formais em Lavras-MG.....	46
Gráfico 3- Número de alunos matriculados em cursos superiores em Lavras-MG. ....	47
Gráfico 4 - Evolução do número de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ofertados pela UFLA de 1975 a 2015.....	49
Gráfico 5 - Avaliação dos cursos a distância ofertados pela UFLA no período de 2012 a 2015. ....	50
Gráfico 6 - Evolução do quantitativo de bolsas a estudantes na UFLA no período 2012-2016. ....	78
Gráfico 7 - Comportamento do número de empregos na administração pública em Lavras e na UFLA, 2007-2015. ....	83
Gráfico 8 - Participação percentual da UFLA no número de empregos da administração pública e no total de empregos em Lavras, 2007-2015. ....	84

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grupos de Teorias do Desenvolvimento Local.....	30
Quadro 2 - Funções Econômicas do Governo.....	33

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Total de Técnicos Administrativos por grau de formação de 2012 a 2015 .....	52
Tabela 2 - Total de docentes por regime de trabalho e titulação de 2012 a 2015.....	52
Tabela 3 - Receita Tributária do município de Lavras, 2007-2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões. ....	58
Tabela 4 - Participação da UFLA na arrecadação do ISSQN no município de Lavras, 2007-2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões. ....	60
Tabela 5 - Participação da UFLA na arrecadação total de tributos em Lavras, 2007-2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões. ....	61
Tabela 6 - Evolução dos gastos diretos - valores executados pela UFLA, 2007 - 2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões. ....	63
Tabela 7 - Composição dos gastos com custeio, segregados entre as três despesas com maior montante, 2007-2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões.....	65
Tabela 8 - Composição dos gastos com Investimentos, 2007-2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões. ....	67
Tabela 9 - Comparação da Receita realizada pelo município de Lavras com o total executado pela UFLA, 2007 a 2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões.....	68
Tabela 10 - Valores pagos pela UFLA a pessoas físicas e empresas sediadas em Lavras, 2007-2016, em R\$ milhões, deflacionados. ....	71
Tabela 11 - Valores pagos pela UFLA com salários e remuneração de ocupações formais, 2007-2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões.....	74
Tabela 12 - Composição dos empregos ativos da UFLA em dezembro/2016. ....	75
Tabela 13 - Participação da UFLA no número de empregos públicos e no total de empregos do município de Lavras. ....	80
Tabela 14 - Valores Adicionados em Lavras, por atividade econômica, 2007-2015, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões. ....	85
Tabela 15 - Participação da UFLA no VA administração pública e VA total em Lavras, 2007-2015, deflacionado em R\$ dez/2016, em R\$ milhões.....	87
Tabela 16 - Resumo dos resultados obtidos. ....	88

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>UNIVERSIDADE PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E FUNÇÕES DE GOVERNO</b> .....	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>Breve histórico da Universidade Pública no Brasil, em Minas Gerais e no município de Lavras</b> .....	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>Universidade e desenvolvimento regional econômico</b> .....	<b>19</b>
<b>2.3</b>	<b>As Teorias do Desenvolvimento com foco na dinâmica local</b> .....	<b>22</b>
<b>2.4</b>	<b>Funções econômicas do Governo: ações estatais intencionais na economia</b> .....	<b>31</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>35</b>
<b>3.1</b>	<b>Caracterização da natureza da pesquisa</b> .....	<b>35</b>
<b>3.2</b>	<b>Contextualização do ambiente de estudo</b> .....	<b>36</b>
<b>3.3</b>	<b>Caracterização da amostra</b> .....	<b>36</b>
<b>3.4</b>	<b>Instrumentos de pesquisa e coleta de dados</b> .....	<b>36</b>
<b>3.5</b>	<b>Procedimentos para análise de resultados</b> .....	<b>40</b>
<b>3.6</b>	<b>Contextualização histórica do ambiente de estudo</b> .....	<b>43</b>
<b>3.6.1</b>	<b>O município de Lavras</b> .....	<b>43</b>
<b>3.6.2</b>	<b>A Universidade Federal de Lavras</b> .....	<b>47</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>54</b>
<b>4.1</b>	<b>Participação da UFLA nas finanças públicas municipais</b> .....	<b>54</b>
<b>4.1.1</b>	<b>A participação da UFLA na arrecadação tributária do município de Lavras</b> .....	<b>54</b>
<b>4.2</b>	<b>Participação da UFLA na economia do município de Lavras</b> .....	<b>62</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Identificação dos montantes de recursos movimentados pela UFLA no período de 2007 a 2016</b> .....	<b>62</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Análise dos recursos pagos pela UFLA a pessoas físicas e empresas sediadas em Lavras</b> .....	<b>71</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Análise dos dispêndios da UFLA com salários e encargos, terceirização e bolsas</b> .....	<b>73</b>
<b>4.2.4</b>	<b>A participação da UFLA no número de empregos públicos e no total de empregos do município de Lavras</b> .....	<b>79</b>
<b>4.2.5</b>	<b>Análise do montante executado pela UFLA em relação ao valor adicionado (VA) por atividade econômica (agropecuária, industrial, administração pública e serviços) em Lavras</b> .....	<b>84</b>
<b>4.2.6</b>	<b>Apresentação sucinta dos resultados após as análises</b> .....	<b>88</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>92</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>96</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A importância de uma Universidade pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas: a formação de profissionais para o mercado de trabalho, os serviços prestados à sociedade em várias áreas, a assessoria proporcionada a órgãos públicos e empresas privadas, a criação de novas técnicas desenvolvidas a partir das pesquisas realizadas, a promoção de eventos culturais e esportivos envolvendo a comunidade local, e outros. No entanto, além desses benefícios decorrentes de suas atividades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, é preciso também considerar os efeitos econômicos e financeiros, ou externalidades positivas, resultantes dos recursos que ela movimenta (BOVO, 2003).

A universidade pública federal tem uma fonte externa de recursos advinda da esfera federal de governo. Segundo Lopes (2001), embora esses recursos tenham origem na arrecadação de tributos, inclusive no município onde está instalada, eles são reconcentrados em poucos municípios, e representam uma adição de valor às economias locais que possuem uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) em seu território.

Tal reconcentração de recursos é uma das formas pela qual os governos costumam participar das economias de seus países. Ao tomar parte na condução das atividades econômicas, o governo executa as funções econômicas que o Estado precisa exercer. Como meios dessa participação, estão a condução da política monetária, a administração das empresas estatais, a regulamentação dos mercados privados, e ainda a busca da estabilidade do emprego, da renda e moeda e, sobretudo, a sua atividade orçamentária.

Nesse sentido, a partir dos estudos propostos por Musgrave e Musgrave (1980), as funções econômicas ou, como ficaram conhecidas, as funções do orçamento público foram divididas em três tipos: alocativa, distributiva e estabilizadora. A função alocativa diz respeito à provisão de bens públicos, ou processo pelo qual o uso de recursos totais da economia é dividido entre bens públicos e privados e pelo qual a composição dos bens públicos é escolhida, uma vez que os bens públicos não podem ser oferecidos de forma compatível com as necessidades da sociedade por meio do sistema de mercado. A função distributiva refere-se à organização da distribuição da renda pelo mecanismo de transferências, impostos progressivos e dos subsídios para assegurar conformidade com o que a sociedade considera uma situação justa de distribuição. A função estabilizadora relaciona-se ao uso da política orçamentária com o objetivo de manter o pleno emprego.

Devido ao funcionamento de uma IFES são movimentados e injetados na economia do município sede, recursos financeiros decorrentes dos pagamentos dos salários dos servidores

(docentes e técnicos administrativos), terceirizados, estagiários, médicos residentes e bolsistas, concomitante à necessidade de obras, equipamentos e despesas de custeio e manutenção de suas atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, além dos recursos retidos dos prestadores de serviços e repassados ao município, a título de tributos municipais como o Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN).

Os impactos na economia local vão além dos recursos movimentados mencionados. Tal movimentação constitui um conjunto de fatores que exercem um efeito dinâmico e multiplicador sobre as atividades econômicas locais (BOVO, 2003), o que torna uma universidade pública federal um importante atrativo para a realização de novos investimentos no município (GOEBEL; MIURA, 2004).

Nesse contexto, este estudo justifica-se primeiramente pela ausência, no município de Lavras, de trabalhos que mensurem esse papel de uma Universidade Pública Federal, investigando-a pelo viés econômico e como ferramenta das funções de governo, bem como geradora de renda e desenvolvimento e nas finanças públicas do município onde ela se localiza. Em segundo lugar, pela atual conjuntura econômica brasileira, num cenário de contenções de gastos públicos com a educação, como a recente Emenda Constitucional 55/2016, que instituiu o novo regime fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (BRASIL, 2016a). Ainda torna-se também importante que as Universidades Públicas Federais, sem ignorar seu papel fundamental que é o ensino, pesquisa e extensão, consigam mensurar o impacto de suas atividades na comunidade local e no respectivo desenvolvimento econômico, acrescentando-lhe assim mais um importante papel perante a sociedade e produzindo mais evidências que justifiquem seu financiamento público.

Outra justificativa são os fortes indícios de viabilidade do estudo. Uma simples comparação entre o montante executado pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a receita realizada do município de Lavras reflete tais indícios de viabilidade. Segundo dados do Portal transparência (BRASIL, 2017b), em 2016, a UFLA executou o equivalente a R\$353,2 milhões enquanto a receita realizada do município de Lavras-MG, no mesmo período, foi de R\$ 241,82 milhões (LAVRAS, 2017). Percebe-se que o montante executado pela UFLA foi 46% maior que a arrecadação e transferências ao município de Lavras.

Estendendo a análise, no mesmo ano, o montante de ISSQN repassado pela UFLA ao município de Lavras (R\$ 1,78 milhões) representou 12,2% do total arrecadado com ISSQN (R\$ 14,6 milhões) (LAVRAS, 2017).

Assim, partindo da premissa de que uma Universidade Pública Federal pode ter colaboração direta com o desenvolvimento econômico de uma região, embasado nas teorias do



desenvolvimento regional e nas funções de governo e tendo como escopo a UFLA e seu município sede, Lavras-MG, a pergunta norteadora do presente estudo é: Qual a participação da UFLA na economia e finanças públicas do município de Lavras-MG e de que forma ocorre esta participação?

Importante ressaltar que não é intuito deste trabalho quantificar precisamente os valores da participação da UFLA na economia e finanças públicas locais, mas demonstrar evidências dessa participação.

Como objetivo geral da pesquisa, pretende-se analisar a participação de uma universidade pública federal na economia e finanças públicas municipais, considerando o período de 2007 a 2016.

Assim, como objetivos específicos, pretende-se identificar e analisar especificamente:

- a) os valores executados pela UFLA, bem como sua composição e comportamento no período da pesquisa;
- b) os montantes de recursos que foram destinados pela UFLA às empresas e pessoas físicas sediadas no município de Lavras;
- c) os dispêndios da UFLA com salários, benefícios e encargos de servidores, terceirização e bolsas;
- d) a participação da UFLA na receita tributária municipal;
- e) a importância da UFLA na geração de empregos no município de Lavras;
- f) o montante executado pela UFLA com o valor agregado (VA) por atividade, agropecuária, industrial, comércio e serviços, destacando-se os serviços públicos em Lavras.

No que concerne à natureza da pesquisa trata-se de uma pesquisa descritiva e quantitativa, relacionando a UFLA como um fator de desenvolvimento econômico regional e ferramenta das funções de governo.

A pesquisa foi documental e os dados analisados são secundários, coletados por meio de consultas junto a bancos de dados abertos oficiais em portais como: Portal Transparência do Governo Federal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério da Educação - MEC, Fundação João Pinheiro - FJP, dataviva, da Universidade Federal de Lavras, do Diário Oficial do município de Lavras, bem como a outros que forneçam informações pertinentes ao tema.

Quanto à organização, o presente estudo é composto de seis partes. Além dessa introdução, traz no capítulo 2 o referencial teórico, faz um breve histórico da Universidade Pública Federal no Brasil, sua relação com o desenvolvimento econômico regional, as Teorias do Desenvolvimento Regional e as Funções Econômicas do Governo.

No capítulo 3, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados com a caracterização da natureza da pesquisa e dos dados pesquisados, os instrumentos de pesquisa e coleta dos dados, os procedimentos para análise dos resultados obtidos, bem como uma contextualização dos entes envolvidos, a UFLA e o município de Lavras.

No capítulo 4, são realizadas a apresentação e a análise dos resultados, fazendo segregação entre os dados pertinentes à participação da UFLA nas finanças públicas municipais e os dados analisados pertinentes à participação da UFLA na economia do município de Lavras. Ao fim do capítulo 4, no subcapítulo 4.2.6, faz-se um resumo dos resultados obtidos após a análise dos dados e seu alinhamento com o referencial teórico utilizado.

Por fim, no capítulo 5, são feitas as considerações finais, seguido das referências bibliográficas.

## **2 UNIVERSIDADE PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E FUNÇÕES DE GOVERNO**

### **2.1 Breve histórico da Universidade Pública no Brasil, em Minas Gerais e no município de Lavras**

No Brasil, iniciativas para se formar o ensino superior têm origem no período colonial. Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, os cursos superiores no Brasil serviram à qualificação das elites agrárias e à classe dominante da metrópole exploradora da Colônia.

Segundo Cunha (1989), durante o período colonial, os núcleos educacionais importantes eram os colégios jesuítas espalhados pelo país, que tinham três funções básicas: formar padres para a atividade missionária na Colônia; prover os quadros do aparelho repressivo dominante e ilustrar os homens das classes dominantes. A primeira escola oficial foi o Colégio Central da Bahia, fundado em 1550, e que serviu de modelo e inspiração para todos os demais colégios jesuítas fundados no país, onde eram oferecidos os cursos de Artes, Teologia e Ciências Sagradas.

Em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil foram criados cursos superiores para atender, predominantemente, as necessidades do Estado nascente: formação dos seus burocratas, formação de especialistas para a produção de bens de consumo das classes dominantes e a formação de um quadro complementar de profissionais liberais. Surgem nessa época a Academia Real Militar e a Academia Real da Marinha onde eram ministrados os cursos de Medicina, Farmácia, Direito, Artes e Engenharia (SOUZA, 1999).

No período republicano do Brasil, começaram a surgir os primeiros movimentos pela organização do sistema escolar nacional. Durante a primeira república (1889 a 1930), surgem as primeiras instituições privadas no país, com destaque para a Escola de Engenharia do Mackenzie College, em 1896, com orientação presbiteriana, e a criação da Escola de Engenharia de Porto Alegre, no mesmo ano, de iniciativa privada e sem orientação religiosa.

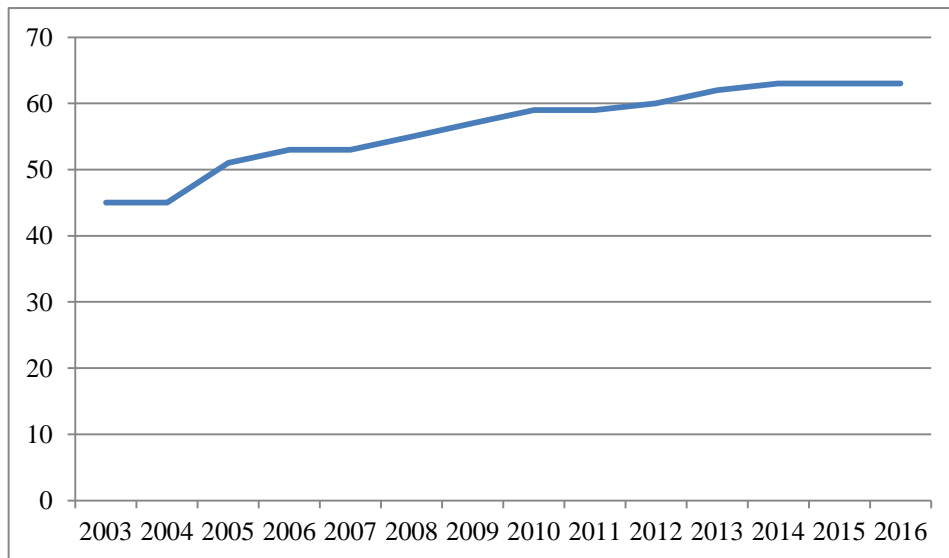
No dia 13 de dezembro de 1910, o Marechal Hermes da Fonseca, presidente da república, decretou a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República, de autoria do Deputado Gaúcho Rivadávia da Cunha Corrêa, e na sequência surgem as Universidades do Rio de Janeiro, em 1920, a de Minas Gerais, em 1927, a do Rio Grande do Sul, em 1928, a Universidade de São Paulo, em 1934 e a Universidade de Brasília, em 1962 (SOUZA, 1999).

Após o golpe militar (1964-1985), o processo de surgimento de novas Instituições de Ensino foi paralisado e, durante todo o período, houve rigoroso controle das universidades, com censura a críticas, expulsão de docentes e repressão aos movimentos estudantis.

Embora o período militar tenha se encerrado em 1984, somente em 2003 as atenções se voltaram para o ensino superior público, quando teve início o programa de expansão da Rede Federal de Educação Superior denominado “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (REUNI) (BRASIL, 2016b). Com o Reuni, houve uma retomada no crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem sua expansão física, acadêmica e pedagógica, culminando em 2013 com a criação de 18 novas Universidades Federais e mais de 100 novos campi em diversos municípios que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

Com essa interiorização dos campus universitários, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114, em 2003, para 237, em 2011. Atualmente, há no Brasil 63 Universidades Federais, das quais 31 se encontram no estado de Minas Gerais (BRASIL, 2016b). O gráfico 1 abaixo mostra esse crescimento.

Gráfico 1 - A expansão das Universidades Públicas Federais no Brasil de 2003 a 2016.



Fonte: Brasil (2012b).

No estado de Minas Gerais, o ensino superior teve início com a criação do Colégio de Mariana pelos jesuítas, em 1750, onde, a partir de 1753, foram instalados os cursos de Filosofia e Teologia. Em 1832, foi criada a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em

Ouro Preto, transferida em 1898, para Belo Horizonte, a nova capital, e foi uma das instituições que, em 1927, deram origem à atual Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Em 1905, foi criada a Escola de Farmácia e Odontologia do Instituto Grandery em Juiz de Fora, em 1907, a Faculdade de Odontologia e Farmácia de Minas Gerais e, em 1908, a Escola Agrícola de Lavras, hoje Universidade Federal de Lavras.

O estado mineiro também foi beneficiado pela Reforma do Ensino Superior de Rivadávia Correa. Nessa época, foram criadas as seguintes Instituições: Faculdade de Medicina, em 1911, e a Escola de Engenharia, em 1912, ambas em Belo Horizonte. Em Alfenas foram criadas, respectivamente, em 1904 e 1915, a Escola de Farmácia e Escola de Odontologia, hoje Universidade Federal de Alfenas. Em 1913, foi criada, em Itajubá, a décima escola de Engenharia do país, dando origem à atual Universidade Federal de Itajubá.

Atualmente, o estado de Minas Gerais possui 338 Instituições de Ensino Superior, das quais 31 são públicas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, 2006) e o município de Lavras possui 4 Instituições, das quais três são privadas e uma Federal.

Com relação ao município de Lavras, a história da Educação Superior tem início em 1908, quando missionários norte-americanos fundam a Escola Agrícola de Lavras, que em 1938 passa a ser denominada Escola Superior de Agricultura de Lavras. Diante de uma crise financeira e sob a ameaça de fechamento, a instituição foi federalizada em 1963, e elevada à Universidade, no ano de 1994.

Em 1968, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Lavras que, em 2001, passou a se chamar Centro Universitário de Lavras - UNILAVRAS. No ano de 1989, foi implantada a Faculdade Adventista de Minas Gerais - FADMINAS e, em 1990, a Faculdade Presbiteriana Gammom - FAGAMMON.

## **2.2 Universidade e desenvolvimento regional econômico**

Este estudo parte da premissa de que uma Universidade Pública Federal pode impactar positivamente a economia e finanças públicas do município onde está localizada.

Segundo Alves (2010), esse impacto ocorre porque o raio de atuação das atividades de uma universidade se converte em uma força de atração, englobando diferentes agentes, que contribuem distintamente para gerar um crescimento econômico-social em âmbito local/regional. Esses agentes-empresas, cidadãos, instituições governamentais ou não,

incubadoras tecnológicas e outros, se beneficiam das externalidades positivas transmitidas por uma universidade. Entre essas, destacam-se a convergência do capital humano e sua influência na formação do capital social, haja vista, que o conhecimento é abarcado por pessoas que o aplicam e o difundem em suas relações sociais.

Considerando as ideias de Bosi (1998), a existência de uma boa universidade pública, muitas vezes, é suficiente para modificar a vida de uma cidade. Entre outras contribuições pode-se destacar o conhecimento produzido e propagado por meio das pessoas, a colaboração ativa para o progresso material, a melhoria da qualidade de vida e o ambiente cultural em que está inserida.

Além disso, a movimentação de recursos financeiros por meio do pagamento de salários de servidores e demais funcionários; dos investimentos em obras e equipamentos, das demais despesas de custeio e dos gastos dos alunos oriundos de outras cidades constituem um conjunto de fatores que podem exercer um efeito dinâmico e multiplicador sobre várias atividades das cidades onde as universidades estão inseridas (LOPES, 2001), tornando-se, portanto, um importante atrativo para a fundação de novos investimentos no município (GOEBEL; MIURA, 2004).

As universidades possuem uma função humanista e transformadora, e podem assumir papel de promotoras no processo de desenvolvimento local e regional. Para Mathis (2001), isso se deve a sua alta capacidade de lidar com a complexidade e ao fato de terem condições de gerar integração para processar as ligações e interdependências que existem entre as várias dimensões do desenvolvimento. Para o autor, a universidade pode ser um “catalisador de esforços” em favor do desenvolvimento de uma região.

Corroborando a ideia, Veiga (2005) indica que a universidade causa influência direta sobre a região em que se localiza atuando, por um lado, como empregadora e como geradora de fluxos de gastos dentro da região e por outro lado, promovendo impactos dinâmicos de interação entre as universidades e as empresas localizadas na região. Esses impactos ocorrem por meio da atividade de pesquisa, do ensino, da extensão e do recrutamento de graduados pelas empresas da região, bem como mediante programas de aperfeiçoamento profissional, influenciando, ainda, o ambiente cultural local, a formação de lideranças, e a formulação de visão estratégica sobre os condicionantes econômicos da região.

Vários impactos potenciais da universidade sobre a economia local fazem-na essencialmente importante para regiões pouco desenvolvidas ou cidades menores. Isso ocorre porque geram economias de localização, por meio de efeitos multiplicadores dos gastos, provisão de conhecimento, transferência de tecnologia, assistência técnica e atração de

negócios para a região, em locais que, muitas vezes, não têm outras fontes de economias externas (GONÇALVES, 1998).

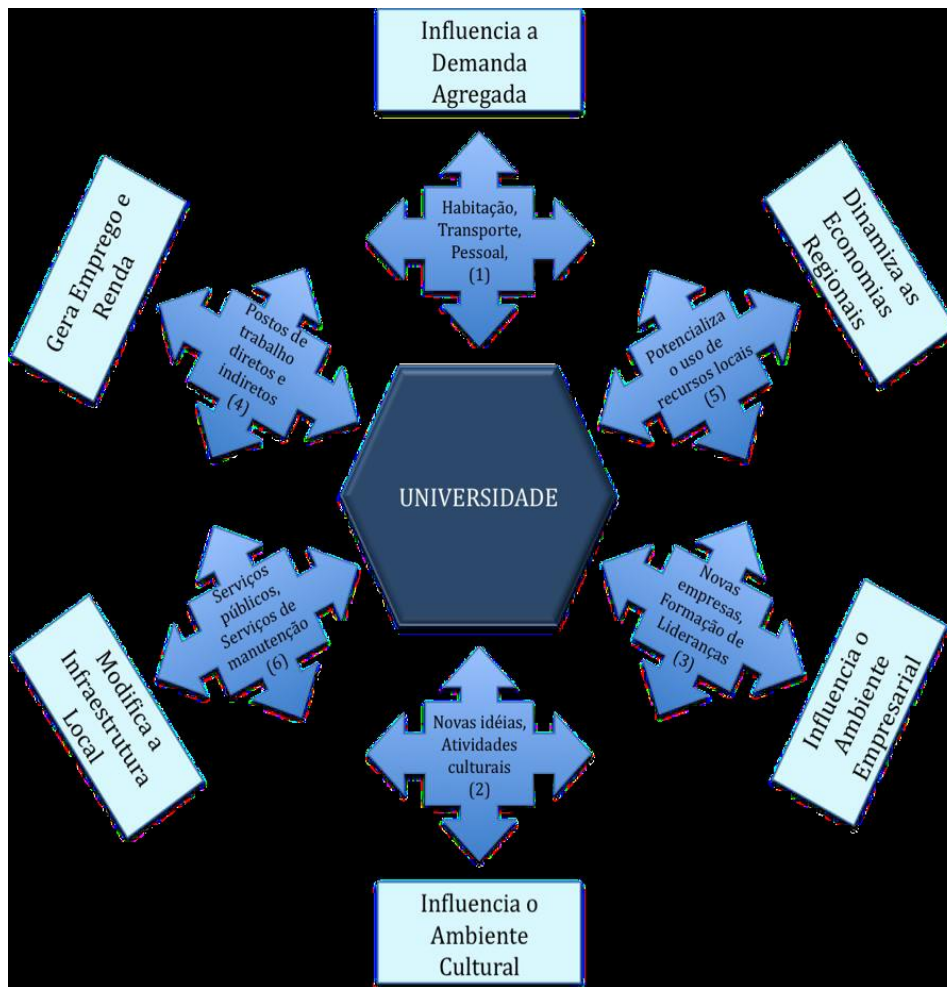
Ainda nessa linha, Goebel e Miura (2004) ressaltam que os resultados econômico-financeiros das cidades onde se encontram as instituições de ensino superior estão encadeados ao processo de diversificação e qualificação do ensino, das atividades culturais e das demais necessidades inerentes à esfera acadêmica, pois favorecem o desenvolvimento, via processo de aglomeração.

Resumidamente, pode-se esperar que a universidade contribua com o desenvolvimento econômico local em aspectos como: a) demanda pessoal e movimentação de recursos financeiros por meio de salários de servidores e demais tipos de funcionários, dos investimentos em obras e equipamentos, das despesas de custeio e dos gastos dos alunos, principalmente aqueles oriundos de outras cidades; b) propiciação do desenvolvimento regional endógeno, a partir do contato com a comunidade, ao construir e socializar conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e influenciar a eficiência da estrutura espacial da economia regional; c) geração da necessidade de modificação da infraestrutura local relacionada à habitação, transporte, lazer, serviços públicos, entre outros tipos de serviços demandados pelas pessoas envolvidas direta e indiretamente com a universidade; d) tendência de instalar-se em seu entorno outras universidades e estabelecimentos de conveniência (empresas de fotocópia, livrarias, papelarias, lanchonetes, etc.); e) fomento para surgimento de um ambiente de inovação, pela disponibilização de suporte científico e tecnológico; f) aumento da produtividade, proporcionado pelo desenvolvimento das faculdades físicas e intelectuais dos seres humanos que intervêm no processo produtivo (WILTGEN, 1991).

Com todos esses impactos positivos no município, Lopes (2001) afirma que a universidade pública faz retornar à economia do município onde funciona, uma parcela dos recursos subtraídos por meio dos impostos arrecadados pelo governo federal.

Diante dessa realidade, são acrescidos vários serviços ao meio universitário, tais como livrarias, atividades de lazer, restaurantes, bares e infraestrutura de alojamento e transporte entre outros, desprendendo um processo de desenvolvimento e geração de empregos, principalmente próximo ao local onde está inserida a universidade. De modo geral, essas relações geradas pela universidade com seu entorno, acabam construindo uma forma centrípeta de atração de diversidades culturais, de lazer, entre outras, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Impactos de uma universidade no desenvolvimento local.



Fonte: Elaborado por Hoff, San Martin e Sopeña (2011).

Como se observa nos estudos citados, a atuação de uma Universidade Pública em determinado município movimenta e desenvolve a economia local. Tal movimentação pode ser considerada uma das funções de governo, que é interferir na economia visando à promoção de empregos e desenvolvimento econômico. No próximo tópico, serão discutidas quais são, o que são e quais as finalidades das chamadas “Funções econômicas do Governo”.

### 2.3 As Teorias do Desenvolvimento com foco na dinâmica local

A intensificação das ações para o processo de industrialização somado à expansão do sistema capitalista nos meados do século XX estimulou o surgimento de várias teorias que buscam uma explicação para o processo de desenvolvimento das regiões. Com base nessas discussões sobre a dinâmica local, evidencia-se a importância das forças produtivas locais e



da concentração espacial de empresas, o que origina uma série de experiências internacionais e conceitos sobre este processo de desenvolvimento (MARINI; SILVA, 2012).

As Teorias do Desenvolvimento Regional estão inseridas no processo de desenvolvimento das atividades econômicas humanas e as suas relações estabelecidas com um determinado espaço (MARINI; SILVA, 2012) e evoluíram de abordagens microeconômicas de localização da indústria para abordagens mesoeconômicas com ênfase nas economias de aglomeração.

Os primeiros estudos datam do século XIX, com o economista alemão Johann Heinrich Von Thünen, o qual propôs em 1826 uma teoria sobre a localização da atividade agrícola, iniciando um corpo teórico denominado de Teoria Neoclássica da Localização (COSTA, 2010).

Von Thünen (1966) explicou o padrão locacional da agricultura alemã, demonstrando que esta decorria da combinação da produtividade física da terra com a distância aos mercados e os custos de transporte, que determinavam os anéis de especialização agrícola em torno das cidades.

Além de Von Thünen (1966), outros estudiosos - Christaller (1966), Isard (1956), Losch (1969) e Weber (1969) - deram suas contribuições significativas para o incremento dos modelos de localização. Comum às propostas e análises efetivadas por esses autores está a importância fundamental dos custos de transporte para determinar a localização do empreendimento, geralmente produzindo um único produto, contrabalançada pelos custos de mão-de-obra e/ou pelos efeitos da aglomeração.

Na primeira metade do século XX (1909), Alfred Weber procurou explicar as razões da localização industrial, enfatizando o papel dos custos de transporte de matérias primas e produtos acabados, em função da localização dos mercados consumidores. Em seu modelo, também considerou a localização da mão de obra e das economias de aglomeração - fatores até então relativamente negligenciados (LIBERATO, 2008).

Em 1933, houve uma grande contribuição para a análise regional. Christaller (1966) desenvolveu o conceito de centralidade urbana, objetivando explicar os determinantes da concentração urbana, destacando a importância das características produtivas de atividades que exigiam escala e consumo simultâneo à produção, especialmente dos serviços.

Ainda pertencente a este primeiro grupo das Teorias do Desenvolvimento Regional, desenvolveram-se os trabalhos de Lösch (1940), combinando escala e custos de produção, indicando que as atividades econômicas estariam no centro das áreas de mercado, que, por suposição, eram uniformes no espaço geográfico e Isard (1956), que sintetizou a produção

teórico-metodológica dessa linha ao fazer a integração do modelo de von Thünen com a microeconomia (maximização de lucro e minimização de custos).

No período iniciado após a Segunda Guerra Mundial, o tema desenvolvimento econômico regional ganhou força, pois vários problemas começaram a ser percebidos na economia mundial devido à escassez de recursos monetários e a necessidade de reconstrução e reestruturação das economias dos países atingidos.

Em julho de 1944, foi realizada uma Conferência na Cidade de Bretton Woods nos EUA, visando a criar regras para as operações comerciais e financeiras dos países industrializados, bem como o auxílio às economias em crise. Foi criada a Organização das Nações Unidas - ONU e, em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL.

A recém-criada ONU tinha como objetivos facilitar a cooperação entre os países objetivando o desenvolvimento econômico, progresso social, educação, segurança, direitos humanos e a paz mundial. Já a CEPAL visava, mediante estudos, a entender as peculiaridades da América Latina e Caribe e fomentar, por meio de seus relatórios, alternativas para o desenvolvimento dessa região (MADUREIRA, 1998).

Tais acontecimentos fomentaram fortemente a discussão sobre a dinâmica regional como fator para retomar o desenvolvimento e nesse ínterim diversos teóricos desenvolveram estudos com o objetivo de analisá-la.

Surge então, a partir de 1960, o segundo grupo de Teorias do Desenvolvimento Regional com concepções considerando a interdependência setorial como fator de localização de empresas, e por consequência o desenvolvimento regional. Inclusive, devido ao período pós a Segunda Guerra Mundial, com o interesse do Estado na retomada do desenvolvimento, essas teorias fundamentaram políticas de desenvolvimento regional em todo o mundo. Surgem, nesse período Albert O. Hirschmann com a Teoria dos encadeamentos produtivos (1961), Gunnar Myrdal e a Teoria da Causação Circular Cumulativa (1965) e François Perroux (1967) e sua Teoria dos Polos de Crescimento.

O objetivo do estudo elaborado por Hirschman (1958) foi o de analisar o processo de desenvolvimento econômico e como este pode ser transmitido de uma região ou país para outra. Para Hirschman (1961), o desenvolvimento acontece como uma cadeia de desequilíbrios em que o crescimento econômico se manifesta nos setores líderes e é transferido para os setores satélites de uma forma desequilibrada. Assim, os desequilíbrios atuam como uma forma de investimento induzido, em que um desequilíbrio gera uma ação que propiciará um novo desequilíbrio, gerando uma nova ação. Em cada estágio, as indústrias

utilizam-se das economias externas criadas pelo crescimento anterior, e criam, também, novas economias externas que serão apropriadas por outras indústrias.

Porém o autor ressalta que, dada sua irregularidade, quando o crescimento é transmitido de uma região para outra, o processo de desenvolvimento implica inevitavelmente em diferenças nos níveis de crescimento regionais e internacionais. Assim o desenvolvimento de uma localidade gera pressões e tensões em direção às localidades subsequentes, o que resulta em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas, sejam países, regiões, estados, etc.

Hirschman (1961) julgava ser necessário criar condições para que o desenvolvimento se manifeste nos países subdesenvolvidos, pois tal fato dificilmente acontece de uma forma espontânea. Por isso, assim como Myrdal (1965), defendia a intervenção estatal para focar os objetivos de crescimento e alavancar esse processo. Como o crescimento econômico, resultante de um desenvolvimento que acontece de forma desequilibrada, manifesta-se nos setores líderes e é transferido para os setores satélites, a intervenção estatal aconteceria em relação aos objetivos de crescimento, alavancando esse processo (MADUREIRA, 2015).

Porém Rippel (2012) alerta que, ao se planejar estratégias para o desenvolvimento, devem ser consideradas medidas sequenciais que conduzam à formação de capital complementar e de conformidade com o aprendizado local, evitando-se acabar com os desequilíbrios que devem continuar a estimular o processo.

Como formas de promover o desenvolvimento, Hirschman (1961) discorria sobre dois mecanismos de indução de investimento: os “Efeitos pra trás” ou “Efeitos em Cadeia Retrospectiva” (*backward linkage effects*), e os “Efeitos pra frente” ou “Efeitos em Cadeia Prospectiva” (*forward linkage effects*).

Os efeitos para trás dizem respeito às externalidades resultantes da implantação de indústrias, que elevam a demanda de insumos no setor, viabilizando suas escalas mínimas de produção na região determinada, ou seja, seriam responsáveis por remeterem estímulos aos setores fornecedores dos insumos necessários para a realização de uma atividade industrial. Já os efeitos para frente iriam decorrer da oferta de insumos, que tornaria viáveis os setores, assim seriam responsáveis por induzir o estabelecimento de realizar novas atividades que utilizassem os produtos da atividade industrial estabelecida em uma determinada região. Segundo o autor, a combinação de ambos os efeitos poderia ser considerada o caminho mais eficiente ao crescimento econômico.

Como se observa, na Teoria de Hirschman, para uma economia ser considerada desenvolvida, faz-se necessária a existência de atividades que possuam um elevado potencial de gerar encadeamentos, especialmente os denominados encadeamentos para trás, visto que, o

processo de industrialização dos setores líderes, dá suporte e faz crescer o resto da economia (OLIVEIRA, 2010).

Com base nesse raciocínio, o surgimento de uma indústria, pode induzir o surgimento de outras indústrias satélites, cujas principais características são: a) grande vantagem locacional em função de sua proximidade com a indústria mestre; b) Seu principal *input* (necessidade de matéria-prima ou prestação de serviços) é um *output* (produtos ou serviços para comercialização) da indústria mestre; c) sua escala mínima de produção é menor que a da indústria mestre.

Assim, uma vez instalada a indústria mestre a probabilidade de instalação das indústrias satélites é muito alta em função de economias externas e de complementaridade.

Outro autor dentro deste segundo grupo das Teorias do Desenvolvimento Regional foi Gunnar Myrdal (1965), que partia do princípio de que a Teoria Econômica não fora elaborada para explicar o subdesenvolvimento, nem tão pouco o desenvolvimento, uma vez que nos países ditos desenvolvidos existiam regiões estagnadas, e em contrapartida, em países considerados subdesenvolvidos existem regiões altamente desenvolvidas.

A Teoria da Causação Circular Cumulativa preocupa-se em analisar as inter-relações que acontecem dentro de um sistema social, enquanto o sistema econômico movimenta-se com base em questões exógenas (MADUREIRA, 2015).

Myrdal (1965) desenvolveu sua teoria para explicar a dinâmica econômica regional baseada num processo de Causação Circular Cumulativa, que reflete de maneira mais realista as mudanças ocorridas na sociedade, pois não há uma tendência automática das forças econômicas em direção a um ponto de equilíbrio social.

Dessa forma, são consideradas nas análises variáveis como educação, preconceito, saúde, emprego, etc., que segundo Myrdal (1965), estão coligadas a um sistema de causação circular no qual qualquer mudança em alguma delas, desencadeia mudanças secundárias no sistema.

O autor recorre à noção de ciclo vicioso para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, no qual um fator negativo é ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos, como por exemplo, a perda de uma indústria em determinada região. Os efeitos imediatos dessa perda são o desemprego e a diminuição da renda e da demanda locais. Estes, por sua vez, provocam uma queda da renda e da demanda nas demais atividades da região, o que já configura um processo de Causação Circular Cumulativa em um ciclo vicioso.

Caso não ocorram mudanças exógenas nessa localidade esta se tornará cada vez menos atrativa, de tal forma que o capital e trabalho, assim como outras formas de produção, migrarão em busca de novas oportunidades, provocando uma nova diminuição da renda e da demanda locais.

Esse argumento também é válido para mudanças iniciais positivas, como a implantação de uma nova indústria ou a diminuição de impostos que gera oportunidades de emprego, renda e demanda por bens e serviços, o que aumenta a atratividade local e fomenta a exploração de novos investimentos.

Por essa razão, Myrdal destaca a importância da intervenção estatal na economia, principalmente dos países subdesenvolvidos, porque segundo ele, o processo cumulativo pode ocorrer nas duas direções, positiva e negativa, e isso, se não for regulado pelo Estado, tende a aumentar as disparidades entre regiões.

Ele comprova essas disparidades com base em três conclusões. A primeira, é que existem menos países em situação econômica favorável do que o inverso, a segunda, é que os países com situação econômica favorável normalmente apresentam um desenvolvimento econômico contínuo, dificilmente ocorrendo nos demais e, a terceira, é o fato de que, nas últimas décadas, houve aumento das disparidades econômicas entre esses países. Em suma, Myrdal afirma haver uma tendência inerente no livre jogo das forças do mercado a criar desigualdades regionais, e que essa tendência agrava quanto mais pobre for um país (MYRDAL, 1965).

Ainda com relação à intervenção do Estado na economia, Myrdal (1965) considera que as políticas governamentais devem ter como foco os “efeitos propulsores”. São necessários investimentos e alocação de capitais para setores como de infraestrutura, transportes, tecnologia, educação, saúde e capacitação. Dessa forma, o processo de Causação Circular Cumulativa, estaria representando o compromisso do governo com o desenvolvimento.

Além de Hirschman (1961) e Myrdal (1965) outro teórico que ganhou evidência nesse segundo grupo de estudos sobre o desenvolvimento regional foi François Perroux (1967) com a Teoria dos Polos de Crescimento, este afirma que, ao se pensar no desenvolvimento de um país, deve-se ter em mente que ele não ocorrerá em todos os lugares e nem ao mesmo tempo (PERROUX, 1967). Nesse sentido, devem ser despendidos esforços a fim de dinamizar regiões específicas que apresentem elevado potencial de expansão econômica.

Segundo Perroux (1967), a empresa, como unidade de produção, ocupa um espaço vulgar, onde se situam seus meios materiais e pessoais e três espaços econômicos: 1) o espaço

definido como conteúdo de um plano, este entendido como o conjunto das relações estabelecidas entre a empresa, seus fornecedores e seus compradores; 2) o espaço definido como campo de forças, constituído pela zona de influência econômica da empresa, que é determinada por sua capacidade de atrair elementos econômicos e pode ou não estar relacionada à sua zona de influência geográfica; e 3) o espaço definido como conjunto homogêneo que diz respeito às unidades ou às relações entre essas unidades. Ele ainda ressalta que a determinação desses espaços econômicos é bastante complexa, pois o espaço da economia nacional não é o território da nação, e sim o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos.

Vale salientar que, para Perroux, a noção de polo só tem valor a partir do momento em que se torna instrumento de análise e meio de ação de política, ou seja, este só pode ser entendido como uma visão abstrata de espaço (LIMA; SIMÕES, 2010).

Para Perroux (1967), o processo de crescimento é irregular, pois não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variadas, em pontos ou polos de crescimento e propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis no conjunto da economia. O polo de desenvolvimento seria uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades que exercem efeitos de expansão sobre outras unidades com as quais se relaciona. Assim, uma economia nacional apresenta-se como uma combinação de conjuntos relativamente ativos - indústrias motrizes, polos de indústria e de atividades geograficamente concentradas - e de conjuntos relativamente passivos - indústrias movidas, regiões dependentes dos polos geograficamente concentrados (LIMA; SIMÕES, 2010).

Conforme analisado por Madureira (2015), Perroux aborda três elementos de análise sobre os Polos de Crescimento. O primeiro é a Indústria-Chave, que tem a propriedade de, mediante o aumento do seu volume de produção, aumentar o volume de produção de outras indústrias, denominadas movidas. O segundo elemento é o regime não concorrencial do complexo, um sistema instável que gera uma combinação de forças oligopolistas, na qual a empresa dominante aumenta sua capacidade produtiva, e realiza um aumento de capital muito maior do que realizaria num ambiente exclusivamente competitivo. E o terceiro elemento se refere ao efeito da aglomeração territorial, que funde a Indústria Chave ao regime não concorrencial do complexo, o que resulta num polo industrial complexo geograficamente concentrado e em crescimento, onde são registrados os efeitos de intensificação das atividades econômicas devidos à proximidade e aos contatos humanos (PERROUX, 1967).

Em outras palavras, essa aglomeração industrial urbana gera um efeito de consumo progressivo nos habitantes do lugar, bem como gera um aumento das necessidades coletivas como habitação, transportes, serviços públicos, etc., e dessa forma uma região é elevada ao *status* de polo de desenvolvimento, uma unidade econômica motriz, que exerce efeitos de expansão, por intermédio de preços, fluxos ou informações sobre outras unidades que com ela estão em relação, e pode esta unidade ser uma indústria, uma empresa, um complexo delas ou uma instituição.

A partir de 1970, as teorias que estudam o desenvolvimento regional começaram a incorporar novos elementos devido às transformações ocorridas com os meios de produção, tecnologias e novos arranjos organizacionais. Desde então, as relações sociais começaram a ser consideradas nas discussões sobre o tema. Surge, então, a Teoria do desenvolvimento Endógeno.

Segundo Costa (2010), tal teoria surgiu devido às transformações sistêmicas dos processos de produção ocorridas a partir dos anos 1970, época em que as novas formas organizacionais e novas tecnologias produtivas suscitaram o desenvolvimento de um novo marco teórico acerca do planejamento e desenvolvimento regional.

Nesse novo contexto de organização e produção, o processo de desenvolvimento acaba como resultante tanto do ambiente macroeconômico determinado pelas políticas de ajuste, quanto do ambiente microinstitucional, construído por meio dos modelos de produção, gestão, organização e relacionamento empresarial, como também do ambiente mesoinstitucional, condicionado pela forma de gestão pública da localidade, pela capacidade de governança da comunidade e pelo nível de articulação público-privada, acrescentando novos enfoques ao problema do crescimento.

Na década de 1990, na tentativa de entender por que o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo elas dispondo das mesmas condições na busca de fatores produtivos como capital financeiro, mão de obra ou tecnologia, o foco da discussão sobre o desenvolvimento endógeno se concentrou em tentar identificar, dentre os fatores de produção considerados decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, quais eram determinados dentro da região e não de forma exógena (AMARAL FILHO, 1996).

Assim, segundo Amaral Filho (1996), o desenvolvimento Regional Endógeno seria um processo interno

de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

Com a Teoria do Desenvolvimento Endógeno, um novo elemento de análise começa a ganhar evidência. A sociedade civil, as relações sociais bem como a cooperação entre esses atores locais passam a ser considerados pontos fundamentais para o desenvolvimento local, e segundo Boisier (1997), esse foi o grande avanço proporcionado pela Teoria do Desenvolvimento Endógeno.

O desenvolvimento regional endógeno pode ser dividido em duas dimensões. A primeira econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais produtora possível, os fatores produtivos da região. A segunda sociocultural, na qual os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (AMARAL FILHO, 1996).

Dentre os estudos sob essa nova ótica sobressaíram-se os de Bagnasco (1997) e Brusco (1990), sobre a terceira Itália, os de Storper e Scott (1995) sobre o desenvolvimento regional no Estado da Califórnia (USA) e Fujita, Krugman e Venables (1999), com a nova geografia econômica, que tem em *The spatial economics* (1999) sua síntese teórica.

Diante do exposto encontram-se três grupos de Teorias do Desenvolvimento local, conforme demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1 - Grupos de Teorias do Desenvolvimento Local.

<b>1º grupo - Teorias Neoclássicas de localização</b>	<b>2º grupo - Interdependência setorial</b>	<b>3º grupo - Inclusão das relações sociais</b>
Von Thünen (1966) e o Estado Isolado	Hirschmann (1961) com a Teoria dos encadeamentos produtivos	Bagnasco e Brusco (1981) sobre a terceira Itália
Weber (1969) e a Teoria das Localização das Indústrias	Myrdal (1965) com a Teoria da Causação Circular Cumulativa	Scott, Storper e Walker (1989) sobre o desenvolvimento regional no Estado da Califórnia (USA)
Christaller (1966) e a Teoria do Lugar Central	Perroux (1967) com sua Teoria dos Polos de Crescimento	Fujita, Krugman e Venables (1999) com a nova geografia econômica.
Lösch (1940) e Economia da Localização		

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Amaral Filho (1996), Costa (2010), Liberato (2008), Lima e Simões (2010), Madureira (2015), Marini e Silva (2012) e Oliveira (2010).



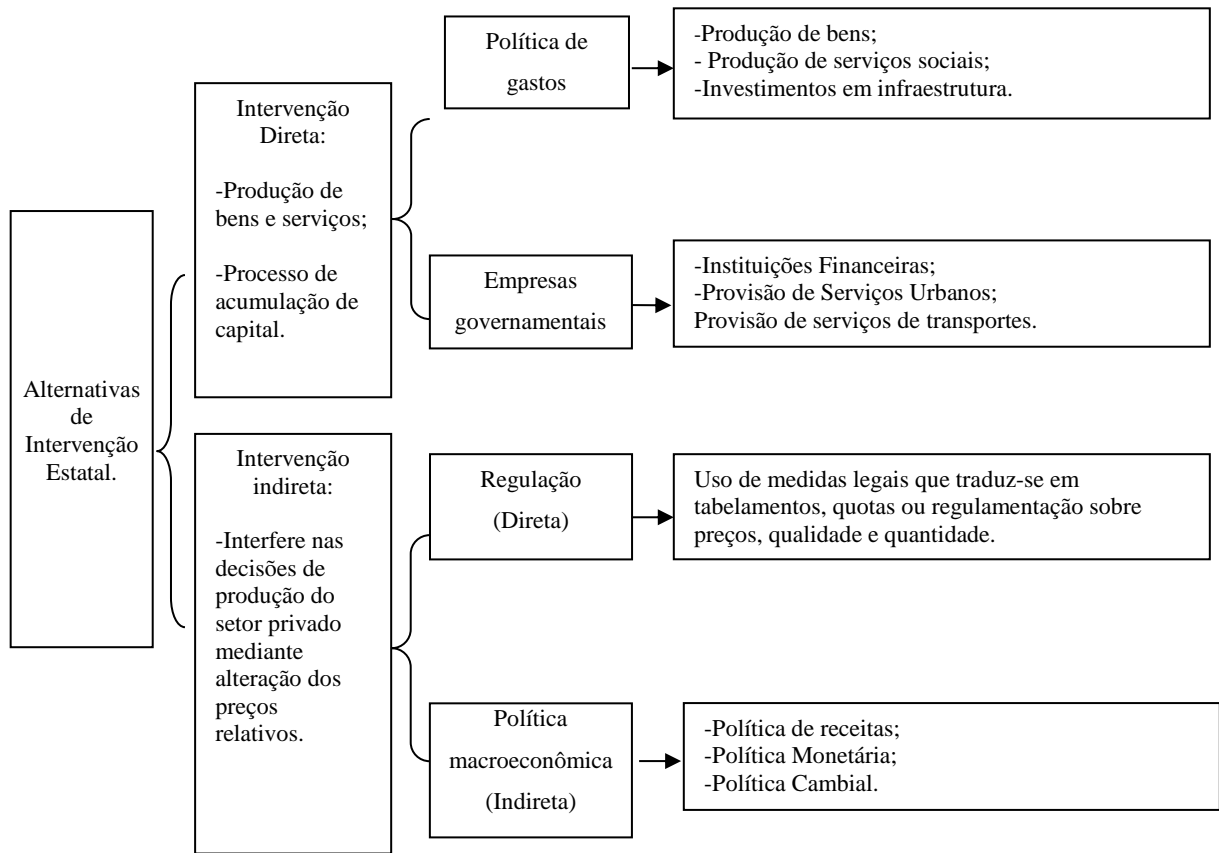
Por fim, o que se conclui é que as teorias do desenvolvimento local são dinâmicas, pois com o passar do tempo novos elementos são incluídos nas análises. Primeiramente, o foco dos estudos foi apenas a localização da indústria ou de determinada atividade. A localização em relação à matéria-prima e ao mercado consumidor fazia toda a diferença. Na sequência, com o segundo grupo, é analisada a interdependência setorial, ou seja, a indústria, a instituição ou a atividade promove o desenvolvimento de outros setores. E por fim, é adicionado o impacto das relações sociais no desenvolvimento local e elementos antes não levados em consideração passam a ser analisados. Assim a cultura, os valores, a capacidade de organização, a vocação para determinada atividade e a cooperação entre os atores locais são adicionados como fatores determinantes para o desenvolvimento de uma região.

#### **2.4 Funções econômicas do Governo: ações estatais intencionais na economia**

Segundo a Escola Keynesiana, o governo deve interferir na economia por meio de políticas fiscais e monetárias, a fim de promover o pleno emprego, a estabilidade dos preços e o crescimento econômico (KEYNES, 1996).

Para combater a recessão ou a depressão, o governo poderia aumentar seus gastos ou reduzir os impostos (esta última opção aumentaria os gastos com consumo privado). Para conter a inflação ocasionada por gastos agregados excessivos, o governo poderia reduzir seus próprios gastos, aumentar os impostos para reduzir os gastos com consumo privado ou reduzir a oferta de moeda para elevar as taxas de juros, o que refrearia os gastos excessivos com investimentos (BRUE, 2005). A Figura 2 apresenta as formas de intervenção do Estado na economia.

Figura 2 - Formas de Intervenção estatal na Economia.



Fonte: Costa (2016), adaptado.

Observa-se, pela Figura 2, que o Estado pode intervir na economia de forma direta e indireta. Dentre as formas de intervenção direta, destacam-se a política de despesas e as empresas estatais (REZENDE, 2001). Na política de despesas, a qual é refletida no orçamento, o Estado atua como principal cliente do mercado interno; enquanto as estatais atuam em setores estratégicos da indústria.

Com relação às formas de intervenção indireta destacam-se a política de receitas e regulação (REZENDE, 2001). A política de receita, que está relacionada diretamente ao sistema tributário, compreende entre outras medidas o aumento de impostos ou a renúncia de receitas; enquanto na regulação o governo, representado pelas agências reguladoras, interfere no preço, na qualidade e na quantidade das concessões públicas.

Ainda no que diz respeito a intervenção estatal na economia, Musgrave e Musgrave (1980) analisaram que o Estado apresenta três funções típicas: a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora, cujas características estão descritas no Quadro 2.

Quadro 2 - Funções Econômicas do Governo.

Função	Característica
Função Alocativa	Consiste na provisão de bens públicos, processo pelo qual o uso de recursos totais da economia é dividido entre bens públicos e privados e pelo qual a composição dos bens públicos é escolhida; os bens públicos não podem ser oferecidos de forma compatível com as necessidades da sociedade através do sistema de mercado. O fato de os benefícios gerados pelos bens públicos estarem disponíveis a todos os consumidores, faz com que não haja pagamento voluntário aos fornecedores desses bens. Assim, o governo se encarrega de determinar o tipo e a quantidade de bens públicos a serem ofertados e a calcular o nível de contribuição de cada consumidor. Além dos bens públicos puros, o Estado pode prover bens semipúblicos como educação e saúde. Esses bens, apesar de rivais e excludentes e poderem ser fornecidos pelo mercado, possuem externalidades positivas que justificam sua provisão ou subsídio pelo setor público.
Distributiva	Refere-se à organização da distribuição da renda, resultante dos fatores de produção - capital, trabalho e terra - e da venda dos serviços desses fatores no mercado. Ela pode ser feita através do mecanismo das transferências, dos impostos progressivos e dos subsídios para assegurar conformidade com o que a sociedade considera uma situação justa de distribuição.
Estabilizadora	Relaciona-se ao uso da política orçamentária com o objetivo de manter o pleno emprego. Essa política pode se manifestar diretamente, através da variação dos gastos públicos em consumo e investimento, ou indiretamente, pela redução das alíquotas de impostos, que eleva a renda disponível do setor privado.

Fonte: Musgrave e Musgrave (1980), adaptado.

A partir do conceito das funções econômicas do orçamento, pode-se identificar na função alocativa as variáveis “gastos com saúde e educação”; na função distributiva, “impostos progressivos e transferências de renda direta”, e na função estabilizadora, “inflação e nível de emprego”.

Aspecto importante relacionado à função alocativa destacado por Giacomoni (2012), Musgrave e Musgrave (1980) e Rezende (2001), seriam os casos que justificariam seu respectivo uso. Os autores alegam que a função alocativa justifica-se nas situações em que não houver a necessária eficiência por parte do mecanismo de ação privada, ou seja, ocorrer uma falha de mercado.

Na visão dos autores, duas situações exemplificariam tal intervenção justificada, que são os investimentos na infraestrutura econômica e os bens semipúblicos ou meritórios.

Os investimentos na infraestrutura econômica, tais como energia, transportes e comunicações, inerentes ao desenvolvimento regional e nacional, demandam altos investimentos e necessitam de longo período para obtenção de retorno sobre o investimento, desestimulando a iniciativa do setor privado nesses setores (GIACOMONI, 2012;

MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980; REZENDE, 2001). Assim, considerando que o sistema de mercado não funcionaria de forma eficiente em tal situação, a intervenção do Estado seria justificada.

Já a demanda por bens públicos possui características peculiares que tornam inviável seu fornecimento de forma eficiente pelo sistema de mercado. O bem privado é oferecido por meio dos mecanismos próprios do sistema de mercado. Há uma troca entre vendedor e comprador e uma transferência da propriedade do bem. O não pagamento por parte do comprador impede a operação e, logicamente, o benefício. A operação toda é, portanto, eficiente (GIACOMONI, 2012; MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980; REZENDE, 2001).

No caso do bem público, o sistema de mercado não teria a mesma eficiência. Os benefícios geralmente não podem ser individualizados nem recusados pelos consumidores. Não há como excluir o consumidor pelo não pagamento. Aqui, o processo político substitui o sistema de mercado. Ao eleger seus representantes (legisladores e administradores) o eleitor-consumidor aprova determinada plataforma (programa de governo) para cujo financiamento irá contribuir mediante tributos (GIACOMONI, 2012; MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980; REZENDE, 2001).

Além das duas classificações de bens, pode haver casos em que um bem é somente não rival ou somente não exclusivo. Nesses casos, esses bens serão chamados de bens semipúblicos (“quase públicos”), os quais são bens que possuem apenas parte das características dos bens públicos. Esses bens apresentariam características de bens privados (divisibilidade, ou exclusão, ou rivalidade) que podem ser fornecidos via sistema de mercado, porém, por possuírem externalidades positivas, são disponibilizadas pelo setor público. Os principais exemplos de bens dessa natureza são os bens e serviços nas áreas de educação e saúde (GIACOMONI, 2012; MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980; REZENDE, 2001).

Como apontado por Musgrave e Musgrave (1980), os gastos públicos em educação geram externalidades positivas, dentre elas a promoção da economia e finanças públicas de um determinado município, cuja mensuração e análise são alvos centrais desta pesquisa.

Essas externalidades propiciam aos municípios que possuem uma Universidade Pública Federal em seu território uma vantagem em relação aos demais, pois podem contar com um importante órgão, de outra esfera, para fomentar sua economia e, conseqüentemente, seu desenvolvimento. Em outras palavras, uma Universidade Pública Federal em um município pode ser um fator promotor do desenvolvimento local.

### 3 METODOLOGIA

No presente estudo são analisados a participação e o papel de uma Universidade Pública Federal na economia local. A investigação foi feita pelo viés econômico como ferramenta das funções de governo e como geradora de renda e desenvolvimento para o município onde a instituição se localiza. Para tanto, foram pesquisados dados que possibilitaram evidenciar a participação da UFLA nas finanças públicas municipais e na economia lavrense. Nesta seção, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a coleta e tratamento desses dados.

#### 3.1 Caracterização da natureza da pesquisa

No que concerne à natureza da pesquisa, este estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva e quantitativa, ao relacionar a UFLA como um fator de desenvolvimento econômico regional e ferramenta das funções de governo.

Trata-se de uma pesquisa descritiva porque busca a exposição das características de determinada população ou de determinado fenômeno, e pode ser estendida para o estabelecimento de correlações entre fatores ou variáveis (VERGARA, 1990).

No que se refere à forma de abordagem, esta é uma pesquisa quantitativa, pois mediante dados quantitativos, buscou analisar o papel desempenhado por uma Universidade Pública na economia e finanças públicas locais. Fernandes e Gomes (2003) aponta que esse tipo de pesquisa tende a lidar com amostras pequenas e únicas (sem igual), considera o contexto dos eventos como parte integrante dos dados, depende de coleta, exame e análise de casos específicos, requer imparcialidade por parte do pesquisador, procura estabelecer relacionamento de causa e efeito em ou entre experiências, constrói ou controla contextos de uma situação e lida com quantidades e números como dados primários e análise estatística para demonstrar significância.

Quanto ao tipo de dados, as análises foram realizadas com dados secundários, com coleta documental em bancos de dados de instituições públicas e privadas que disponibilizam informações econômicas e estatísticas, tais como a Prefeitura Municipal de Lavras, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), Ministério de Educação (MEC), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Portal Transparência, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e ainda em portais da Fundação João Pinheiro e outros *sites* públicos que fornecem informações pertinentes ao tema.

Assim foi analisado, pelo viés econômico, o papel de uma Universidade na economia e finanças públicas locais, e teve como delimitação para o estudo os entes que na sequência são contextualizados.

### **3.2 Contextualização do ambiente de estudo**

Como ambientes de estudo foram definidos a UFLA e seu município sede, Lavras-MG, que são caracterizados na seção 3.6 deste trabalho.

### **3.3 Caracterização da amostra**

As análises foram realizadas com dados secundários, com coleta documental em bancos de dados de instituições públicas e privadas que disponibilizam informações econômicas e estatísticas.

Considerando o objetivo geral deste trabalho, foram escolhidos para análise dados que permitiram analisar a participação da UFLA na economia e nas finanças públicas do município de Lavras. Assim foram identificados e analisados os seguintes dados:

- a) valores executados pela UFLA, bem como sua composição e comportamento no período da pesquisa;
- b) dentre o montante do item a, o valor pago a empresas e pessoas físicas sediadas no município de Lavras;
- c) dispêndios da UFLA com salários, benefícios e encargos de servidores, terceirização e bolsas;
- d) participação da UFLA na receita tributária municipal;
- e) número de empregos gerados diretamente pela UFLA;
- f) A comparação do montante executado pela UFLA com o valor agregado (VA) por atividade (agropecuária, industrial, administração pública e serviços) em Lavras.

### **3.4 Instrumentos de pesquisa e coleta de dados**

Lavras é um município que possui mais três Universidades (UNILAVRAS, FAGAMOM e FADMINAS) que também impactam a economia e finanças públicas municipais. Como o intuito deste estudo é analisar o caso específico da UFLA em relação ao

município de Lavras, foram escolhidos para análise dados que permitiram identificar, isoladamente, os efeitos e a participação apenas da UFLA.

Como o objetivo deste trabalho é discorrer sobre a participação da UFLA na economia do município de Lavras, bem como sua atuação como ferramenta das funções de governo, foram considerados todos os “valores pagos” pela UFLA e não seu “orçamento anual”.

Tal escolha se justifica, primeiramente, por melhor expressar a participação da UFLA na economia de Lavras, pois o orçamento de um determinado ano pode ser executado nos anos subsequentes, por meio das notas de empenho que passarem como restos a pagar, e muitas destas notas de empenho podem nem ser liquidadas, o que resulta em seu cancelamento.

A nota de empenho é a primeira fase da despesa pública. É a execução do orçamento. A partir de sua emissão, a instituição assume o compromisso com a empresa para a prestação do serviço ou entrega da mercadoria, ainda que em exercício seguinte, pois conforme o art. 68, parágrafo 2º, do Decreto 93.872/86, os restos a pagar inscritos no final de um exercício, quando não efetivamente liquidados ou colocados em processo de liquidação, terão validade até o dia 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição (BRASIL, 1986).

Em segundo lugar, a escolha por trabalhar com os “valores pagos” ao invés do orçamento anual da UFLA é justificada por abranger todas as fontes de arrecadação da instituição, independentemente da origem dos recursos. Dessa forma, este estudo não se restringiu apenas aos valores pagos oriundos da Lei Orçamentária Anual (LOA) do período em análise, como também considerou os valores referentes a Convênios firmados entre a UFLA e outros Ministérios, órgãos e instituições tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Secretaria de Ensino Superior (SESU), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) dentre outros.

A inclusão desses valores se torna necessária para refletir o real impacto dos gastos da UFLA, uma vez que tais valores também foram injetados no município.

Como mencionado anteriormente foram estudados os seguintes dados:

- a) valores executados pela UFLA, bem como sua composição e comportamento no período da pesquisa;

- b) montantes de recurso que foram destinados a empresas e pessoas físicas sediadas no município de Lavras;
- c) dispêndios da UFLA com salários, benefícios e encargos de servidores, terceirização e bolsas;
- d) participação da UFLA na receita tributária municipal;
- e) número de empregos gerados pela UFLA;
- f) A comparação do montante executado pela UFLA com o valor agregado (VA) por atividade (agropecuária, industrial, administração pública e serviços) em Lavras.

Visando a obter a informação que melhor representasse a realidade dos números, foi necessário tratamento diferenciado para a coleta dos dados estudados.

Dessa forma, com relação ao item a, valores executados pela UFLA, os dados foram extraídos do Portal Transparência do Governo Federal, um portal público de iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos com o objetivo de aumentar a transparência da gestão pública, para permitir que o cidadão acompanhe como o dinheiro público tem sido utilizado e ajude a fiscalizar (BRASIL, 2017b).

O portal Transparência apresenta informações sobre Transferências de Recursos para estados, municípios, pessoas jurídicas, e feitas ao exterior, ou diretamente a pessoas físicas. Nele estão disponíveis dados de todos os recursos federais transferidos da União para estados, municípios e Distrito Federal, tais como informações sobre gastos diretos do governo federal (contratação de obras, serviços e compras governamentais, que podem ser vistas por órgão, por ação governamental ou por favorecidos, sejam empresas privadas ou pessoas físicas), detalhamento de diárias pagas e gastos feitos em cartões de pagamento do governo federal, execução orçamentária e financeira, com dados detalhados e diariamente atualizados sobre os atos praticados pelas unidades gestoras do Poder Executivo Federal, informações sobre receitas previstas, lançadas e realizadas pelo governo federal, informações sobre convênios registrados firmados nos últimos anos, com descrição sucinta do objeto, datas e valores envolvidos, desde 1º de janeiro de 1996, informações sobre a lista de empresas sancionadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas, informações sobre cargo, função e situação funcional dos servidores e agentes públicos.

Assim, os dados mencionados nesta seção foram extraídos do Portal Transparência do Governo Federal, através do seguinte caminho: “despesas/pagamentos”, “gastos diretos do governo”, “por órgão executor”, “26000 Ministério da Educação”, “26263 Universidade Federal de Lavras” (BRASIL, 2018), o resultado disso foi uma planilha com os montantes pagos, por tipo de despesa, ano a ano, referente ao período de 2007 a 2016.



O item b, montantes de recurso que foram destinados a empresas e pessoas físicas sediadas no município de Lavras, foi obtido de forma semelhante ao item “a”.

A diferença está na fonte de obtenção dos valores. Para se identificar os valores pagos às empresas e pessoas físicas sediadas no município de Lavras, foi utilizado o Tesouro Gerencial, um sistema para consulta de informações do SIAFI, construído em uma plataforma de *business intelligence* (a mesma utilizada no Sistema de Informações de Custos - SIC), para consulta da execução orçamentária e financeira do Governo Federal. Segundo o Manual do sistema, os benefícios da nova solução são: a ampliação expressiva da abrangência e a atômidade dos dados (praticamente todos os dados do SIAFI, no mesmo nível de detalhe), a geração de relatórios dinâmicos (com funcionalidades como pivotagem, *drill* e filtros de exibição), a modularidade, a construção de documentos complexos e painéis (*dashboards*) e o agendamento de consultas.

Esses recursos possibilitaram a extração de uma planilha contendo todos os valores pagos pela UFLA, separados por ano e individualizados por credor. Extraída essa planilha, foi possível realizar uma filtragem considerando o endereço do recebedor, pessoa física ou jurídica. Obteve-se assim apenas os montantes pagos em favor de empresas e pessoas físicas com sede no município de Lavras-MG, os gastos com empresas e prestadores de serviços de outros municípios foram expurgados.

Com relação ao item c, montante dos valores pagos pela UFLA oriundos de salários, benefícios e encargos sociais a servidores, terceirizados, estagiários, médicos residentes e bolsistas, os valores também foram obtidos junto ao Portal Transparência do Governo Federal e organizados conforme o tipo de vínculo do trabalhador com a UFLA.

No que diz respeito ao item d, participação da UFLA na receita tributária o município de Lavras, a receita tributária do município de Lavras, referente ao período de 2007 a 2016, foi obtida junto aos setores competentes da Prefeitura Municipal de Lavras. E para se identificar os valores referentes ao montante de Imposto sobre Serviços de Qualquer natureza (ISSQN), retido pela UFLA dos prestadores de serviços, e repassados ao município de Lavras, foram utilizados, novamente, os dados do Portal Transparência do Governo Federal. Como a retenção é realizada no momento do pagamento, ou seja, paga-se ao prestador do serviço o valor da nota fiscal já deduzido do ISSQN, tal fato fica registrado nos relatórios emitidos pelo portal.

O número de empregos gerados pela UFLA (item e) tem como objetivo analisar a importância da instituição na geração de empregos em Lavras mediante a comparação do número total de empregos gerados pela UFLA com o total de empregos na cidade, bem como

com o quantitativo de empregos oriundos apenas da Administração Pública no município de Lavras.

Como total de empregos vinculados à UFLA, foram considerados o número de servidores (professores e técnicos administrativos), contratados (professores substitutos), requisitados, os residentes, terceirizados e bolsistas.

Obtido o número de servidores vinculados à UFLA, foi realizada a relação entre esse número e o total de empregos oriundos da “Administração Pública” em Lavras. O total de empregos da Administração Pública em Lavras foi obtido pelos relatórios da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, filtrando os empregos por setor “Administração Pública”, no período de 2007 a 2016.

Obtida a participação da UFLA quanto aos empregos Públicos em Lavras, buscou-se a participação da UFLA no emprego total no município, considerando, agora, os empregos do setor público e privado.

Como total de empregos em Lavras (públicos e privados), foram considerados os números constantes na base de dados do IBGE. Os dados pertinentes ao número de empregos vinculados à UFLA (servidores, contratados, requisitados, terceirizados e bolsistas) foram obtidos por meio de pesquisa ao Relatório de Gestão da UFLA dos anos 2007 a 2016. O Relatório de gestão é um documento anual, de entrega obrigatória por todos os órgãos da Administração Pública, e são compostos por um conjunto de demonstrativos e documentos de natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e operacional.

Por fim, foi estudado o montante executado pela UFLA em comparação aos valores adicionados -VA por atividade econômica (agropecuária, industrial, administração pública e serviços) em Lavras. O montante total executado pela UFLA é tratado na seção 5.1 - Participação da UFLA nas finanças públicas municipais -, deste trabalho, e os Valores Adicionados VAs foram obtidos junto ao site da Fundação João Pinheiro.

Discorrido sobre os instrumentos de pesquisa e coleta dos dados, na sequência são apresentados os procedimentos para análise dos resultados obtidos.

### **3.5 Procedimentos para análise de resultados**

Após a obtenção dos dados quantitativos nas pesquisas realizadas, estes foram tabulados em planilhas e tabelas e também apresentados de forma descritiva.

Porém com vistas a obter a informação que melhor represente a realidade dos números, assim como na coleta dos dados, também foi necessário tratamento diferenciado para analisar os resultados obtidos.

Dessa forma, com relação ao item a, valores executados pela UFLA, o foco da análise foi em sua composição e comportamento no período da pesquisa. Extraídos os montantes desses valores pagos pela UFLA, estes foram trabalhados em planilhas, por tipo de despesa e analisados considerando seu aumento, redução e tipo de despesas com maior montante executado.

No que diz respeito ao Item b, montantes de recurso que foram destinados a empresas e pessoas físicas sediadas no município de Lavras, a análise dos dados obtidos teve foco semelhante aos dados do item a. A diferença é que, após a extração dos dados do item a, foi realizada uma filtragem considerando o endereço do recebedor, seja pessoa física ou jurídica, e obteve-se, assim, apenas os montantes pagos em favor de empresas e pessoas físicas com sede no município de Lavras-MG, e os gastos com empresas e prestadores de serviços de outros municípios foram expurgados.

Com relação ao item c, dispêndios da UFLA com salários, benefícios e encargos de servidores, terceirização e bolsas, após a obtenção dos valores junto ao Portal Transparência do Governo Federal, a análise foi realizada com o uso de planilhas, considerando três grupos: 1)Pessoal e encargos, incluídos os servidores (docentes e técnicos), contratados (docentes substitutos), requisitados (servidores ou profissionais de outros órgãos e esferas públicas), médicos residentes da medicina veterinária e estagiários; 2) Terceirização, englobando os valores pagos à terceirização com limpeza, vigilância, manutenção e apoio administrativo, e: 3) Bolsas, que se referem aos valores pagos a alunos a título de bolsas ou auxílio financeiro para participação em eventos acadêmicos tais como Congressos, cursos, Seminários, etc.

A participação da UFLA na receita tributária municipal, item d, foi analisada de duas formas. Primeiramente, foi realizada uma análise sobre a receita tributária municipal, considerando os tributos com maior montante bem como sua evolução e comportamento no período em análise e, em seguida, foi analisada a participação da UFLA nessa arrecadação, considerando os valores retidos dos prestadores de serviços e repassados ao município a título de ISSQN. Esse procedimento possibilitou mensurar a participação da UFLA na arrecadação de tributos em Lavras, considerando todos os tributos, bem como a participação da UFLA apenas na arrecadação de ISSQN.

A análise do número de empregos gerados pela UFLA teve como objetivo evidenciar a participação da UFLA no número de empregos no município de Lavras sob dois aspectos: a

participação da UFLA no total de empregos em Lavras, considerando os setores públicos e privados, e a participação da UFLA apenas nos empregos da administração pública.

Assim, obtido o número de servidores vinculados à UFLA, primeiro foi realizada a relação entre esse número e o total de empregos oriundos da “Administração Pública” em Lavras. Na sequência, de posse dos números referentes ao total de empregos em Lavras, que considera os setores público e privado, foi realizada a relação deste com o número de empregos vinculados à UFLA e, assim, foi possível evidenciar a participação da UFLA no total de empregos do município.

O último dado analisado foi a comparação do montante executado pela UFLA com o valor agregado (VA) por atividade (agropecuária, industrial, administração pública e serviços) em Lavras. Com base nos valores obtidos dos VAs por atividade econômica em Lavras, primeiramente realizou-se uma análise considerando o total do VA em Lavras, no período de 2007 a 2016 e o desempenho de cada atividade econômica nesse total. Em seguida, realizou-se uma comparação entre o VA total em Lavras com os valores executados pela UFLA no mesmo período.

Depois de analisados, os dados foram apresentados no capítulo 4 deste trabalho, apresentação e análise dos resultados. Para melhor apresentação, os dados foram segregados entre: 1) a participação da UFLA nas finanças públicas municipais, em que o foco da pesquisa foi o impacto da UFLA sobre a arrecadação tributária do município de Lavras no período de 2007 a 2016, e: 2) a participação da UFLA na economia de Lavras, na qual estão relacionados a) os valores executados pela UFLA, bem como sua composição e comportamento no período da pesquisa, b) os montantes de recurso destinados às empresas e pessoas físicas sediadas no município de Lavras, c) os dispêndios da UFLA com salários, benefícios e encargos de servidores, terceirização e bolsas, d) a importância da UFLA na geração de empregos no município de Lavras e, e) o montante executado pela UFLA e sua relação com o valor agregado (VA) por atividade (agropecuária, industrial, administração pública e serviços) em Lavras.

Por fim, como o período de análise se estendeu de 2007 a 2016, todos os dados obtidos estão apresentados deflacionados ou reais à data de 31/12/2016, por se tratar do último mês analisado. Esse procedimento se fez necessário, uma vez que os valores reais são expressos em unidades monetárias que têm um poder aquisitivo correspondente ao ano-base, no caso, 2016. Para deflacionar, utilizou-se como deflator a tabela de números-índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### 3.6 Contextualização histórica do ambiente de estudo

Conforme mencionado anteriormente este estudo tem como ambiente de estudo a Universidade Federal de Lavras e seu município sede, Lavras. Na sequência, é apresentada a contextualização histórica e atual de ambos.

#### 3.6.1 O município de Lavras

Lavras é um município brasileiro da região do Campo das Vertentes, pertencente ao estado de Minas Gerais que está localizado a uma latitude 21° 14' 43 sul e a uma longitude 44° 59' 59 oeste, a uma altitude de 919 metros e com uma área de 566,1 km<sup>2</sup>.

Sua história se inicia, quando Francisco Bueno da Fonseca (1670-1752), líder de uma revolta contra um desembargador português em São Paulo em 1712, veio, junto de seus filhos e outros sertanistas e se estabelecem na região do rio Capivari e rio Grande pelos anos de 1720 ou 1721.

Esses primeiros habitantes eram paulistas da vila de Santana do Parnaíba, e poucos anos depois de sua chegada, fundaram o arraial dos Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil, em 1729 (LAVRAS, 2017).

Nessa região, a família de Bueno da Fonseca estava empenhada na busca do ouro e também na abertura de novos caminhos até as Minas dos Goias. Em 1737, os exploradores receberam do governador Martinho de Mendonça uma carta de sesmaria confirmando a ocupação da terra, que se despontava na agricultura e pecuária.

Em 18 de junho de 1759, Bartolomeu Bueno do Prado, neto do famoso Anhanguera e genro de Francisco Bueno da Fonseca, partiu do povoado à frente de sua tropa de quatrocentos homens, convocados de toda a capitania, para desbaratar a confederação quilombola do Campo Grande.

A influência dos capitães-mores da família Bueno da Fonseca contribuiu para o rápido desenvolvimento do povoado: em 1760, este já possuía mil habitantes, o dobro de Carrancas, o que determinou a transferência da sede paroquial para a localidade mais populosa. Em 1813, o arraial fora elevado à categoria de freguesia, quando do desmembramento de Carrancas. Possuía, então, 6 capelas curadas e 10.612 almas.

Já na época do Império, a freguesia obteve sua emancipação política e administrativa passando à condição de vila, em 1831, e cidade, em 1868, quando houve alteração na toponímica municipal de “Lavras do Funil” para “Lavras”. Em relatório apresentado à

Câmara informou o fiscal Manuel Custódio Neto que, em 1832, ao instalar-se a vila, esta era constituída de 245 prédios e não havia calçamento em nenhuma de suas ruas. De edifícios públicos apenas existiam nesse tempo a igreja matriz, a capela do Rosário e a das Mercês.

Nessa época, Lavras já contava com três escolas particulares de primeiras letras, com um total de 62 alunos. Segundo o recenseamento de 1834, o município de Lavras possuía 11.322 habitantes.

Um dos acontecimentos mais marcantes desse período foi a participação de Lavras na Revolução Liberal de 1842. Por pouco mais de um mês, entre 14 de junho e 22 de julho daquele ano, liberais e conservadores mantiveram seus respectivos quartéis no largo da Matriz de Sant'Ana, atual Praça Dr. Augusto Silva. Os liberais derrotados se refugiaram ou foram presos, e, posteriormente, anistiados pelo governo imperial.

O final do Século XIX e início do Século XX foi um momento de rápido desenvolvimento em Lavras, a começar pelas novas ligações fluviais e ferroviárias criadas. Em 18 de dezembro de 1880, foi inaugurada a navegação fluvial de 208 km entre os portos de Ribeirão Vermelho (município de Lavras) e de Capetinga (município de Piumhi), feita pelo barco a vapor “Dr. Jorge”. Em 14 de abril de 1888, a Estrada de Ferro Oeste de Minas era inaugurada com a primeira estação em Ribeirão Vermelho, e em 1.º de abril de 1895 inaugurava-se a estação na cidade de Lavras. Mais tarde, em 1911, foi criada uma linha de bondes, e Lavras foi uma das poucas cidades do interior do Brasil a possuir esse sistema de transporte (LAVRAS, 2017).

Após a Proclamação da República, Lavras se consolidou como um dos principais polos regionais de Minas Gerais, e foi o berço de Francisco Sales, importante político da República Velha. Nessa época, vários educandários foram criados, como o Instituto Evangélico (fundado em 1892 por Samuel Rhea Gammon), o Colégio Nossa Senhora de Lourdes (fundado em 1900 por freiras da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade), o Grupo Escolar de Lavras (fundado em 1907 pelo professor Firmino Costa) e a Escola Agrícola de Lavras (fundada em 1908). Foi por causa da qualidade de sua educação que Lavras tornou-se conhecida como “terra dos ipês e das escolas”, lema criado pelo jornalista Jorge Duarte (LAVRAS, 2017).

No último censo de 2010, a população de Lavras era de 92.200, porém na última estimativa populacional realizada em 2016, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o número cresceu para 101.208 habitantes (IBGE, 2014). Isso coloca o município na posição 32 dentre os 853 municípios mineiros e na posição 307 dentre os 5570 municípios brasileiros em termos populacionais.

Figura 3 - Centro de Lavras-MG.



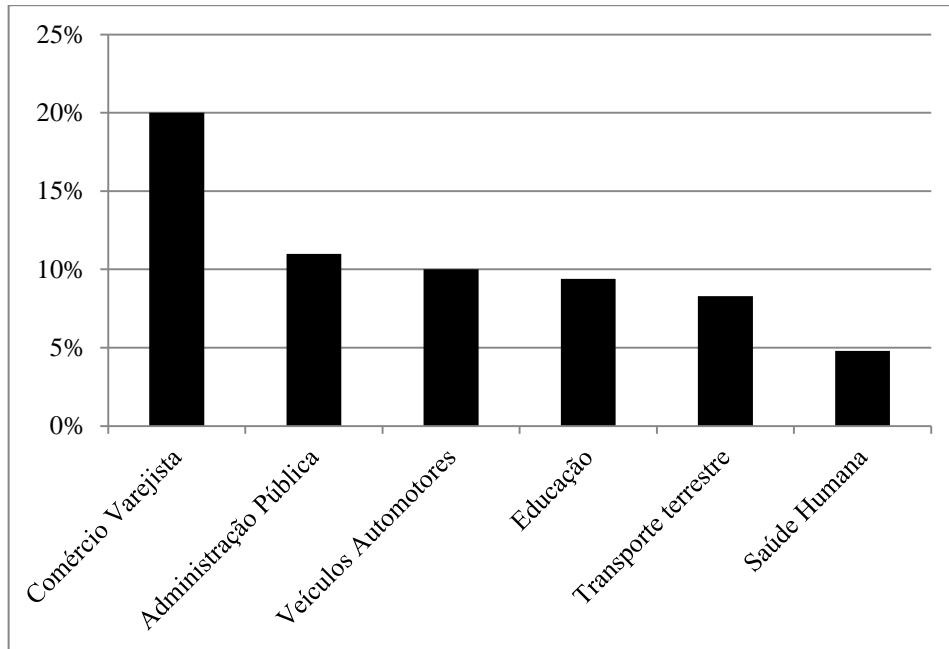
Fonte: Descubra Minas (2017).

Sua densidade demográfica é de 163,26 habitantes por quilômetro quadrado, colocando-o na posição 41 no Estado de Minas Gerais e 429 em âmbito nacional. Em 2014, o PIB per capita foi de R\$ 21.271,22 (146º no estado mineiro e 1589º no Brasil) (IBGE, 2014).

Conforme dados do IBGE (2014), Lavras tinha 27,1 mil pessoas empregadas com salário médio de R\$ 1.810,00, o que resulta numa massa salarial de R\$ 49,2 milhões. Nesse quesito, ocupa a posição 42 em Minas Gerais e 494 no Brasil.

A principal atividade econômica empregadora do município é o comércio varejista seguido pela Administração Pública em geral, que engloba as atividades executivas e legislativas, exercidas pelos poderes públicos, nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal, e no âmbito da administração direta e indireta (IBGE, 2014), como apresentado pelo Gráfico 2 com as principais atividades econômicas e sua respectiva participação no número percentual de empregos no município.

Gráfico 2 - Atividades econômicas e sua participação no número de empregos formais em Lavras-MG.



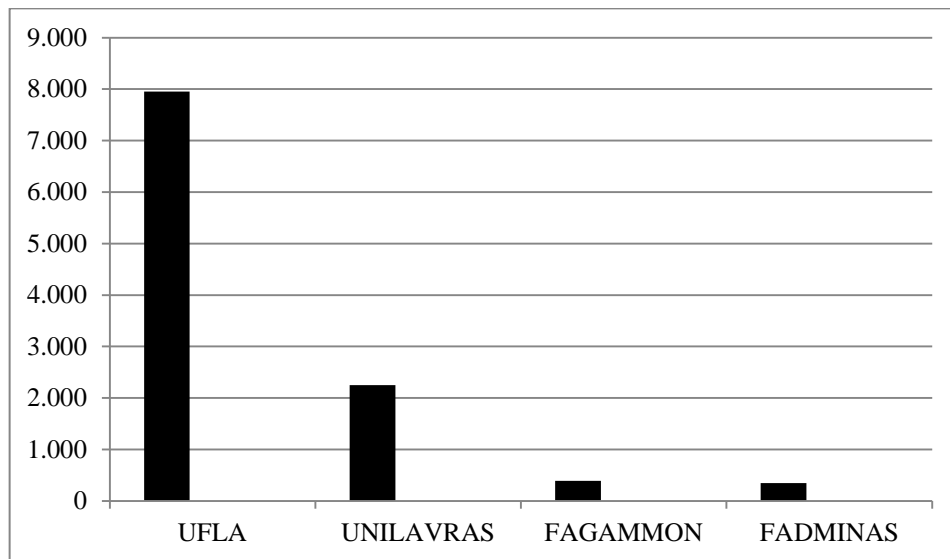
Fonte: Brasil (2014).

Em relação à Educação Básica, segundo dados do índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB de 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública do município tiveram nota média de 6.1 e os alunos dos anos finais, nota de 4.7. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98.6 (INEP, 2015). Isso coloca o município na posição 188 na classificação estadual e 1139 na classificação nacional.

Com relação ao ensino superior, Lavras conta com 4 instituições, ou seja, uma federal (UFLA) e três privadas (UNILAVRAS, FAGAMMON e FADMINAS). Segundo dados do INEP (2015), o município tinha 10.936 alunos matriculados no ensino superior, a UFLA era responsável por 73% desse total, conforme Gráfico 3.



Gráfico 3- Número de alunos matriculados em cursos superiores em Lavras-MG.



Fonte: INEP (2015).

A taxa de mortalidade infantil média no município é de 12,16 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0,2 para cada 1.000 habitantes. Apresenta 94,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 18,9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 37,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

Como se observa, Lavras apresenta índices relacionados à saúde, educação e economia acima da média nacional. Tais índices refletem positivamente na qualidade de vida dos seus cidadãos e em outros índices como expectativa de vida, que é de 77,8 anos, e o Índice de desenvolvimento Humano- IDH, que é de 0,782 (IBGE, 2014).

### 3.6.2 A Universidade Federal de Lavras

A Universidade Federal de Lavras tem 108 anos de existência. Foi fundada em 1908, como estabelecimento particular de ensino sob o nome de Escola Agrícola de Lavras. Teve como fundador, Dr. Samuel Rhea Gammon e como primeiro diretor Dr. Benjamim Harris Hunnicutt. Em 1938, passa a ser denominada Escola Superior de Agricultura de Lavras-ESAL.

Figura 4 - Prédio Álvaro Botelho, atual Museu Bi Moreira.



Fonte: Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2017).

Na década de 1960, a ESAL passou por uma séria crise financeira, um dos fatores determinantes para que os alunos, junto à reitoria da escola, passassem a reivindicar a federalização com, inclusive, greves e manifestações a fim de tornar a ESAL uma universidade pública federal, o que se tornou realidade em 1963, quando a então ESAL foi federalizada.

Em 15 de dezembro de 1994, foi transformada em Universidade pela Lei 8956, promulgada pelo então Presidente Itamar Franco.

O primeiro curso superior ofertado na Escola Agrícola de Lavras foi o de Agronomia, cuja primeira turma formou-se em novembro de 1911, com apenas três alunos. Esse foi o único curso superior ofertado pela Instituição até o ano de 1974. Nesse ano, foram registrados 469 alunos matriculados em Agronomia, com 84 professores e 132 técnicos administrativos.

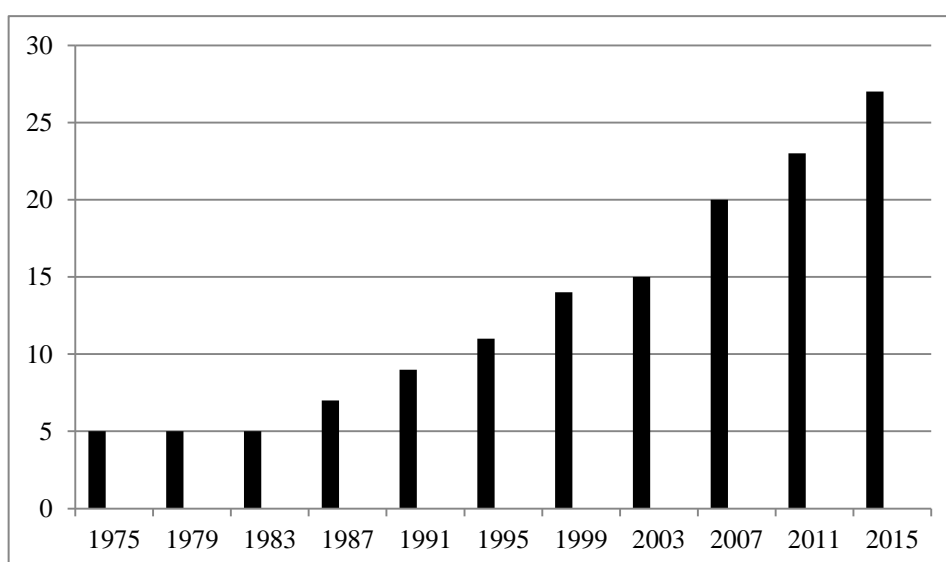
Em 1975, tem início na UFLA os cursos de pós-graduação com a implantação de dois primeiros programas: Agronomia/ Fitotecnia e Administração (antes Administração Rural).

Até a década de 1990, a principal área de atuação da UFLA era a de Ciências Agrárias. A partir de então, começou a inserir-se nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, além de possuir também diversos cursos na modalidade Educação a distância.

Atualmente, a Universidade Federal de Lavras possui 21 departamentos didático-científicos, que atuam em diferentes áreas do conhecimento, preparando mais de 10 mil estudantes em 35 cursos de graduação (30 presenciais e 5 na modalidade a distância).

Com relação à pós-graduação, esta conta com 33 programas *stricto sensu*, destes, 26 são acadêmicos (incluindo o Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Química de Minas Gerais) e 7 são profissionais. Nesses programas acadêmicos, há 26 cursos de mestrado e 23 de doutorado. O Gráfico 4 apresenta a evolução de programas de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UFLA.

Gráfico 4 - Evolução do número de programas de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UFLA de 1975 a 2015.



Fonte: UFLA (2016, p. 63).

Até a década de 1990, a principal área de atuação da UFLA era a de Ciências Agrárias. A partir de então, começou a inserir-se nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes.

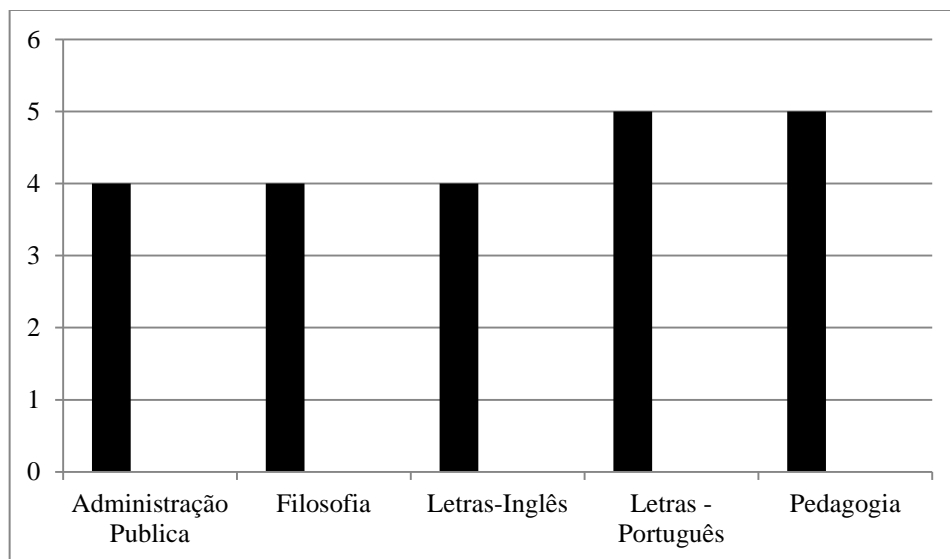
Além de expandir para outras áreas das Ciências, também oferece Educação a distância. Nessa modalidade, conta com os seguintes cursos: Administração Pública (Bacharelado), Filosofia (Licenciatura), Letras - Habilitação em Inglês (Licenciatura), Letras - Habilitação em Português (Licenciatura) e Pedagogia. E apoia a execução de quatro cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*: Uso Educacional da Internet e Produção de Material Didático Utilizando o Linux Educacional, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB),

Educação Ambiental e Gênero e Diversidade na Escola, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

Para a oferta desses cursos, a UFLA mantém convênio com 12 polos de apoio presencial, que abrangem, aproximadamente, 170 municípios. Também foram criados cursos para atender as demandas específicas: Especialização em Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a Emater/MG, e o curso de capacitação para operação na plataforma Cadastro Ambiental Rural (CapCAR), desenvolvido pela UFLA em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) (UFLA, 2016).

Recentemente os cursos de graduação a distância ofertados pela UFLA passaram pelo processo de reconhecimento, conduzido pelo MEC obtendo nas avaliações as notas 4 e 5, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 - Avaliação dos cursos a distância ofertados pela UFLA no período de 2012 a 2015.



Fonte: UFLA (2016, p. 43).

Com esses indicadores, a UFLA consolida-se como uma das mais importantes instituições de educação superior do Brasil. Sempre atenta para o papel social do ensino superior, preocupando-se não somente com a sua universalização, mas também com a qualidade da formação profissional e cidadã. De acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC) divulgado em 2017, calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação (Inep/MEC), a UFLA é uma das onze universidades do país com conceito máximo na avaliação. Está posicionada como a terceira melhor Universidade de Minas Gerais e como a nona melhor do Brasil, considerando-se dados de 2015.

O IGC é um indicador de qualidade e representa a avaliação anual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. Seu cálculo leva em conta o Conceito Preliminar de Curso (CPC), a média dos conceitos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atribuídos pela Capes e a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino: graduação, mestrado e doutorado. A classificação abrange um conjunto de 230 universidades (federais, estaduais e particulares) e institutos federais. No total, foram avaliadas 2.042 instituições de ensino superior.

Figura 5 - Vista aérea da UFLA.



Fonte: UFLA (2016).

Na avaliação do Guia do Estudante de 2015 os cursos de Agronomia, Ciências Biológicas, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Nutrição e Zootecnia receberam cinco estrelas. Trata-se de avaliações dos cursos de graduação, incluindo instituições públicas e privadas. De 12 cursos avaliados, além dos oito considerados pela avaliação como excelentes, quatro outros cursos receberam quatro estrelas, considerados ótimos e altamente recomendados pela publicação como os melhores do País: Administração, Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos e Sistemas de Informação (UFLA, 2016).

Desde 2012, a UFLA tem passado por uma das maiores expansões do quadro de servidores da história da Instituição. Nos últimos quatro anos, tomaram posse na Universidade 240 professores e 302 técnicos administrativos, somando 542 novos servidores até maio de 2016. Em dezembro de 2016, o quadro efetivo da UFLA, comporta 710 docentes no Magistério Superior e 596 técnicos administrativos efetivos, além de 13 professores do

Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), 138 docentes substitutos e 531 técnicos administrativos terceirizados.

No período de 2012 a 2016, elevou-se consideravelmente a contratação de servidores da classe E, com exigência de nível superior, além da qualificação dos servidores já efetivados ter recebido um forte incentivo no âmbito da Instituição. Em 2012, 88 servidores técnico-administrativos possuíam o ensino superior, em 2015, esse número passou para 136. Em 2012, 66 técnicos possuíam o título de Mestre e 13 o título de doutor; em 2015, esse número saltou para 106 e 22, respectivamente.

Os técnicos administrativos que concluíram o mestrado já representam 18,27% do total do quadro efetivo. A Tabela 1 mostra o número de técnicos administrativos da instituição por grau de formação.

Tabela 1- Total de Técnicos Administrativos por grau de formação de 2012 a 2015

<b>Comparativo anual</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Fundamental Incompleto	21	21	20	12
Fundamental Completo	31	31	26	21
Ensino Médio	129	129	132	121
Ensino Superior	88	88	123	136
Especialização	153	153	152	162
Mestrado	66	66	91	106
Doutorado	13	13	16	22
<b>TOTAL</b>	<b>501</b>	<b>501</b>	<b>560</b>	<b>580</b>

Fonte: UFLA (2016, p. 148).

No caso dos docentes o número com o título de doutor passou de 477 em 2012, para 581 em 2015. A Tabela 2 apresenta o total de docentes por regime de trabalho e titulação.

Tabela 2 - Total de docentes por regime de trabalho e titulação de 2012 a 2015.

<b>Comparativo anual</b>		<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Docentes por regime de trabalho em exercício	DE	538	535	568	623
	40 horas	4	2	4	7
	20 horas	0	0	0	0
Docentes afastados		56	70	50	15
<b>TOTAL</b>		<b>598</b>	<b>607</b>	<b>622</b>	<b>645</b>
Docentes por titulação	Graduação	16	9	2	3
	Especialização	4	5	5	5
	Mestrado	101	81	58	56
	Doutorado/Pós-doutorado	477	512	557	581

Fonte: UFLA (2016, p. 148).

Assim, finaliza-se a contextualização do ambiente de estudo bem como da metodologia utilizada na pesquisa. Dessa forma, discorrido sobre os procedimentos metodológicos e tratamento que será dispensado aos dados pesquisados, na sequência são apresentados e analisados os resultados obtidos.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Nesta seção, são apresentados os resultados obtidos nas pesquisas realizadas considerando os objetivos específicos do trabalho, que buscam demonstrar a participação da UFLA na economia e finanças do município de Lavras.

Os dados obtidos foram tabulados em planilhas e tabelas e também apresentados de forma descritiva. Assim espera-se caracterizar e mensurar como a UFLA exerce papel relacionado às funções de governo e participa da economia e finanças públicas lavrense.

Reitera-se que, conforme mencionado na seção 3 deste trabalho, os valores coletados englobam todos os valores pagos pela UFLA, e não apenas os pagamentos oriundos de seu orçamento, previsto na LOA, e que os valores apresentados encontram-se deflacionados ou reais à data de 31/12/2016.

Para melhor apresentação, os dados serão segregados entre participação da UFLA nas finanças públicas municipais (seção 4.1) e participação da UFLA na economia de Lavras (seção 4.2), como se segue.

### **4.1 Participação da UFLA nas finanças públicas municipais**

Nesta seção, é analisada a participação da UFLA nas finanças públicas municipais. Para tanto, foi pesquisado sobre o impacto da UFLA sobre a arrecadação tributária do município de Lavras no período de 2007 a 2016, e ao final do capítulo é realizado um alinhamento com o referencial teórico. Na sequência, é apresentado e analisado esse impacto.

#### **4.1.1 A participação da UFLA na arrecadação tributária do município de Lavras**

Nesta seção será analisada a composição da receita tributária do município de Lavras e a participação da UFLA nessa arrecadação.

Com a Constituição Federal (CF) de 1988, os arranjos institucionais, políticos e administrativos então vigentes no país foram alterados, transformando os municípios em entes federados com elevado grau de autonomia política e administrativa.

De um lado, as municipalidades passam a ter uma maior amplitude de encargos relativos às políticas sociais e às ações de desenvolvimento econômico local. De outro, são fortalecidas financeiramente, o que combina uma maior participação nas receitas arrecadadas dos Estados e da União,



com o reforço de suas competências tributárias, incluindo a prerrogativa de estabelecer as alíquotas dos impostos a eles reservados, como o Imposto sobre Propriedade Territorial e Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Serviços (ISS) (BRASIL; CARNEIRO; TEIXEIRA, 2010, p. 88).

Assim o Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis (ITBI), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) passaram a ser impostos de competência municipal, nos termos do artigo 156, III, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Como a competência após a CF 1988 passou a ser municipal, cada município elaborou sua lei municipal discorrendo sobre a matéria. No município de Lavras, tais tributos estão previstos no art. 2º do Sistema Tributário Municipal - Lei Complementar 092 de 15 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006).

Segundo o Código Tributário do município de Lavras, o IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel. O contribuinte do Imposto o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título. Tem como base de cálculo o valor venal do imóvel que é determinado em função dos preços correntes das transações no mercado imobiliário, do zoneamento urbano, das características do logradouro e da região onde se situa o imóvel. As alíquotas variam de 1% a 2,5%, que são aplicadas sobre o valor venal do imóvel. e 1,0% é destinado aos imóveis edificados e 2,5% para os lotes ou terrenos não edificados situados na área urbana, porém será de 1,5% quando o imóvel for delimitado por muros em alvenaria e, cumulativamente, contar com calçada em sua testada, também em alvenaria.

O ITBI tem como fato gerador a transmissão da propriedade de bens imóveis por natureza ou por acessão física. A base de cálculo do Imposto é o valor venal do bem no momento da transmissão ou cessão dos direitos a ele relativos. As alíquotas são de 2% sobre o valor venal em caso de transações e cessões a título oneroso e nos casos de transações e cessões por intermédio do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), incide 0,5% sobre o valor efetivamente financiado e 2% sobre o valor restante da operação (LAVRAS, 2006).

O terceiro tributo de competência municipal é o ISSQN, tratado no art. 45 do Sistema Tributário municipal. Nessa lei está definido como fato gerador a prestação de serviços por empresas ou profissional autônomo, ainda que esses não constituam como atividade preponderante do prestador, independentemente da existência de estabelecimento fixo; do resultado financeiro obtido no exercício da atividade; do cumprimento de qualquer exigência

legal ou regulamentar relativa à atividade; do pagamento ou não do preço do Serviço no mesmo mês ou exercício e da denominação dada ao serviço prestado.

Ao transferir a autonomia do ISSQN aos municípios, a CF 1988 dispôs que uma Lei Complementar Federal mencionaria os tipos de serviços sobre os quais este incidiria e quais os limites para as alíquotas a serem aplicadas sobre o valor destes serviços. Tal Lei foi publicada em 2003. Trata-se da Lei Complementar Federal 116 (BRASIL, 2003), que regulamenta o ISSQN no país. Assim, nesta Lei Complementar, estão descritos os serviços sobre os quais o ISSQN incide, e as alíquotas, que variam, de 2 a 5%, conforme o tipo de serviço.

A Lei Complementar Municipal 92/2006 (LAVRAS, 2006) no art. 72, define que a base de cálculo do ISSQN será o preço dos serviços prestados, com a possibilidade de dedução dos materiais aplicados na prestação dos serviços em alguns casos. Já no art. 54 regulamenta que o contribuinte será o prestador do serviço, porém estendendo a responsabilidade pelo recolhimento ao tomador do serviço (quem contrata), para alguns tipos de serviços, tais como obras, limpeza, vigilância, dentre outros:

[...] Art. 54. São responsáveis pela retenção e recolhimento do Imposto:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta do Imposto, tomadora ou intermediária dos serviços.... [...] (LAVRAS, 2006).

Dessa forma impõe a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto ao Tomador do Serviço, que é quem contrata os serviços, ou seja, a UFLA ao contratar prestadores de serviço fica responsável pela devida e correta retenção do tributo do valor a ser pago ao prestador de serviço e seu repasse ao município, ficando, inclusive, responsável por multas e juros sobre valores recolhidos equivocadamente.

Interessante também destacar que os recursos do ISSQN proveniente dessas prestações de serviço ficam retidos no município onde está localizada a Universidade e não no município sede da empresa. A lei 8.666/1993 (BRASIL, 1993) impõe que toda compra ou contratação de prestação de serviços, realizadas pela administração pública, sejam realizadas por meio de licitação.

Assim, muitas empresas que vencem a licitação não têm sede no município onde está localizada a Universidade. Ainda assim, o município sede da Universidade não é prejudicado porque a lei complementar nº 116/2003 (BRASIL, 2003) e a Lei Municipal

92/2006 (LAVRAS, 2006), embora estabeleçam como regra geral que o imposto é devido ao município onde está localizado o estabelecimento prestador de serviço, contempla também exceções a essa regra, prevendo que em algumas hipóteses, tais como serviços de instalação de andaimes, execução de obra e edificações, coleta de lixo, limpeza, dentre outros, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço.

Além dos três tributos mencionados, ainda compõe a receita tributária dos municípios o IRRF retido de seus servidores e a taxas de Fiscalização de Estabelecimentos, de Serviços Urbanos, de Inspeção Sanitária e de Expediente (LAVRAS, 2006).

As taxas estão previstas no Código Tributário Municipal e o IRRF, assim como o IPTU, ITBI e ISSQN, está disposto na Constituição Federal de 1988, a saber:

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem (BRASIL, 1988).

Como se observa, o IRRF não é um tributo municipal, porém a Carta Magna permite que os municípios façam a retenção do IRRF de seus servidores, não repassando à União. De forma objetiva, a norma está a dizer que o Imposto de Renda, que é da União, quando retido na fonte pelos Municípios, não deve ser transferido aos cofres federais, mas, sim, permanecer nos cofres da pessoa política que os pagou.

Expostos sucintamente a composição dos tributos e outras fontes de arrecadação municipais analisa-se a receita tributária do município de Lavras e apresenta-se a Tabela 3, indicativa da Receita tributária do município de Lavras.

Tabela 3 - Receita Tributária do município de Lavras, 2007-2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões.

Ano	ISSQN		IPTU		IRRF		ITBI		TAXAS		Total	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>2007</b>	7,50	39,07	6,29	32,78	2,13	11,09	1,55	8,07	1,73	8,99	19,19	100
<b>2008</b>	9,47	41,79	6,87	30,31	2,62	11,58	1,81	7,97	1,89	8,36	22,67	100
<b>2009</b>	10,27	40,35	7,73	30,37	3,25	12,77	2,16	8,48	2,04	8,03	25,45	100
<b>2010</b>	12,73	43,41	8,04	27,44	3,78	12,90	2,55	8,69	2,22	7,56	29,32	100
<b>2011</b>	15,21	42,72	10,10	28,38	4,39	12,35	2,69	7,56	3,20	8,99	35,59	100
<b>2012</b>	16,31	44,12	10,56	28,59	4,90	13,27	2,99	8,09	2,19	5,93	36,96	100
<b>2013</b>	14,57	40,13	11,08	30,53	5,75	15,83	2,51	6,90	2,40	6,61	36,31	100
<b>2014</b>	16,05	43,99	10,59	29,02	5,14	14,08	2,50	6,85	2,21	6,06	36,50	100
<b>2015</b>	16,40	43,96	11,19	30,00	5,15	13,80	2,35	6,31	2,21	5,93	37,31	100
<b>2016</b>	14,60	37,97	12,66	32,93	5,61	14,60	3,20	8,31	2,38	6,19	38,45	100

Fonte: Lavras (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017), adaptado.

Como se observa, na Tabela 3, a receita tributária do município de Lavras, no período de 2007 a 2011, apresentou aumento entre 3 e 4 milhões ao ano, saindo de 19,19 milhões em 2007 para 35,59 milhões em 2011. De 2012 a 2014, houve uma estagnação, permanecendo na casa dos 36 milhões, voltando a apresentar crescimento em 2015 (37,31 milhões) e 2016 (38,45 milhões). Não há menção nos relatórios do município de Lavras analisados (notas explicativas e Prestações de contas anuais) sobre os motivos dessa estagnação na arrecadação tributária municipal no período de 2012 a 2014. Porém tal fato está alinhado com o ocorrido na economia do estado mineiro no período, que cresceu apenas 1,3% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015). Segundo Relatório Anual do Produto Interno Bruto - PIB de Minas Gerais, elaborado pela Fundação João Pinheiro (2015), uma evidência desse fraco dinamismo da economia mineira de 2010 a 2014 está fortemente relacionado com a estagnação das atividades industriais no Estado. Durante esses anos, a estratégia de sobrevivência das empresas se limitou à racionalização de custos e numa especialização regressiva, cada vez mais dependente das vantagens comparativas tradicionais da região, relacionadas com a sua base de recursos naturais.

O ISSQN é o tributo com maior arrecadação pela Prefeitura Municipal de Lavras, representando na média dos dez anos analisados 41,75% da receita tributária municipal e em segundo lugar vem o IPTU, com uma média de 30,03% em relação ao total arrecadado.

Interessante destacar o montante de IRRF retido da folha de pagamento dos servidores municipais de Lavras, que representa na média 13,23% da arrecadação tributária municipal. Conforme mencionado na página anterior, mesmo que não seja um tributo de competência

municipal, por determinação constitucional (BRASIL, 1988, art. 158), fica retido em favor do município de Lavras, significando um importante aporte de recursos para o município de Lavras, e ocupa dentro da receita tributária municipal a terceira posição.

Por fim, tem-se o ITBI e as taxas, representando respectivamente, na média do período em análise - 2007 a 2016, respectivamente 7,72% e 7,26% em relação ao total da receita tributária arrecadada.

Dentre os três tributos, neste estudo será analisada a participação da UFLA apenas na arrecadação do ISSQN. Tal procedimento se faz necessário por não ser possível mensurar a participação da UFLA, isoladamente, na arrecadação dos outros dois tributos municipais, uma vez que há no município de Lavras mais três Instituições de Ensino Superior que também são responsáveis pela movimentação do mercado imobiliário lavrense e, conseqüentemente, a arrecadação do ITBI e IPTU.

Já com relação ao ISSQN, é possível identificar a participação da UFLA, isoladamente, na arrecadação do município de Lavras. Isso é possível porque a lei municipal que trata do ISSQN em Lavras determina que o recolhimento seja de responsabilidade do tomador do serviço (quem contrata), ou seja, a UFLA faz os repasses diretamente para os cofres municipais e os valores dessas operações ficam registrados tanto nos relatórios dos órgãos de arrecadação municipal como no Portal Transparência do Governo Federal.

Explicado como ocorre a arrecadação do ISSQN, segue a análise identificando a participação da UFLA na arrecadação de ISSQN e no total da receita tributária municipal. A Tabela 4 apresenta os valores de ISSQN retidos pela UFLA de seus prestadores de serviço e repassados ao município, o total arrecadado pelo município de 2007 a 2016, bem como a participação da UFLA nessa arrecadação.

Tabela 4 - Participação da UFLA na arrecadação do ISSQN no município de Lavras, 2007-2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões.

Ano	ISSQN repassado pela UFLA ao município de Lavras	ISSQN arrecadado pelo município de Lavras	Participação da UFLA na arrecadação de ISSQN
	R\$	R\$	%
<b>2007</b>	0,21	7,50	2,84
<b>2008</b>	0,38	9,47	3,98
<b>2009</b>	0,82	10,27	8,01
<b>2010</b>	1,06	12,73	8,34
<b>2011</b>	1,38	15,21	9,04
<b>2012</b>	1,27	16,31	7,77
<b>2013</b>	0,83	14,57	5,71
<b>2014</b>	2,28	16,05	14,19
<b>2015</b>	2,19	16,40	13,32
<b>2016</b>	1,78	14,60	12,17

Fonte: Brasil (2017b).

Como se observa na Tabela 4, o ISSQN repassado pela UFLA ao município de Lavras cresceu de 2007 a 2016, em valores e na participação da arrecadação municipal. Em 2007, foi repassado para Lavras R\$ 0,21 milhões, representando 2,84% do ISSQN arrecadado naquele ano. Já em 2016, o montante foi de R\$ 1,78 milhões, o que representou 12,17% do tributo arrecadado.

Este aumento nos montantes de ISSQN repassados ao município de Lavras tem relação direta com o aumento na contratação de prestação de serviços pela UFLA. Os dispêndios que envolvem a contratação de prestadores de serviço são a terceirização, as obras e os serviços prestados por pessoa jurídica.

Os montantes gastos pela UFLA com terceirização e serviços prestados por pessoa jurídica estão mencionados na Tabela 7, na qual se notou que nos dois casos os valores gastos praticamente triplicaram em 10 anos. Com a terceirização, foram gastos R\$ 6,16 milhões em 2007 e chegou a R\$ 20,95 milhões em 2016, e com as despesas de serviços prestados por pessoa jurídica, em 2007 o montante foi de R\$ 10,96 milhões e, em 2015, R\$ 34,54 milhões.

Já no que diz respeito aos valores envolvidos com obras, os valores estão apresentados e analisados na Tabela 8, na qual pode-se perceber que o montante subiu de R\$ 6,06 milhões, em 2007, para R\$ 37,78 milhões, em 2016, representando um aumento de mais de 600%, resultado das obras oriundas do REUNI (BRASIL, 2016b).

Disposto sobre a participação da UFLA na arrecadação apenas do ISSQN em Lavras, parte-se para a análise de sua participação no montante na receita tributária de Lavras, que

inclui a soma da arrecadação de todos os tributos municipais. A Tabela 5 apresenta a receita tributária do município de Lavras e a participação da UFLA nessa arrecadação.

Tabela 5 - Participação da UFLA na arrecadação total de tributos em Lavras, 2007-2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões.

Ano	ISSQN repassado pela UFLA ao município de Lavras	Receita tributária arrecadada pelo município de Lavras	Participação da UFLA na arrecadação de tributos em Lavras
	R\$	R\$	%
<b>2007</b>	0,21	19,19	1,11
<b>2008</b>	0,38	22,67	1,66
<b>2009</b>	0,82	25,45	3,23
<b>2010</b>	1,06	29,32	3,62
<b>2011</b>	1,38	35,59	3,86
<b>2012</b>	1,27	36,96	3,43
<b>2013</b>	0,83	36,31	2,29
<b>2014</b>	2,28	36,50	6,24
<b>2015</b>	2,19	37,31	5,86
<b>2016</b>	1,78	38,45	4,62

Fonte: Brasil (2017b).

Em relação à participação da UFLA no total de tributos repassados ao município, mesmo considerando apenas o ISSQN pelos motivos que já foram expostos acima, conforme demonstrado na Tabela 5, que trata da participação da UFLA na arrecadação total de tributos em Lavras, nota-se uma participação de 1,11% no total arrecadado com tributos, e, em 2016, essa participação subiu para 4,62%, que, em 2014 representou 6,24%.

Importante ressaltar que enquanto a arrecadação tributária do município dobrou de R\$ 19,19 milhões, em 2007, para R\$ 38,45 milhões, em 2016, a participação da UFLA nessa arrecadação quadruplicou, pois em 2007, era de 1,11% e, em 2016, chegou a 4,62%.

Como se nota, os valores repassados ao município a título de ISSQN retido na fonte, representa um importante aporte de recursos para Lavras. Ao se fazer uma ligação com o discorrido no referencial teórico, tais montantes repassados ao município podem ser considerados uma externalidade positiva, resultante do funcionamento da UFLA, em prol de seu município sede. Trata-se de uma das formas de promover o desenvolvimento local, citados por Hirschman (1961), ou seja, os efeitos para trás, que geram estímulos para a promoção do desenvolvimento local (no caso repasse de recursos), ou ainda pode-se considerar a UFLA como um Polo de Crescimento, conforme afirmado por Perroux (1967),

uma vez que a UFLA estaria exercendo um efeito de expansão sobre uma unidade com a qual se relaciona (a Prefeitura Municipal).

Encerrada a análise sobre a participação da UFLA nas finanças públicas municipais (arrecadação de ISSQN e na receita tributária de Lavras), passa-se à análise da participação da UFLA na economia do município lavrense.

## **4.2 Participação da UFLA na economia do município de Lavras**

Nesta seção são apresentados e analisados os dados pertinentes à participação da UFLA na economia lavrense. Com esse intuito, foram pesquisados a) os valores executados pela UFLA, bem como sua composição e comportamento no período da pesquisa, b) os montantes de recurso destinados a empresas e pessoas físicas sediadas no município de Lavras, c) os dispêndios da UFLA com salários, benefícios e encargos de servidores, terceirização e bolsas, d) a importância da UFLA na geração de empregos no município de Lavras e, e) o montante executado pela UFLA e sua relação com o valor agregado (VA) por atividade (agropecuária, industrial, administração pública e serviços) em Lavras.

Ao final da apresentação e análise dos dados é realizado um alinhamento entre os resultados obtidos e o referencial teórico utilizado. Na sequência são analisados tais dados.

### **4.2.1 Identificação dos montantes de recursos movimentados pela UFLA no período de 2007 a 2016**

Nesta seção, serão apurados os montantes dos valores executados (pagos) pela UFLA no período de 2007 a 2016. Para organização dos dados seguiu-se a o disposto pelo Manual Técnico do Orçamento - MTO, 2017 (BRASIL, 2017c), no que diz respeito aos tipos de despesas pública. O MTO 2017 classifica as despesas públicas em três grandes grupos: Pessoal e encargos, custeio e investimentos.

Em “Pessoal e encargos” estão incluídos os valores pagos a título de salários, benefícios e encargos sociais a servidores efetivos (ativos, inativos e pensionistas), requisitados de outros órgãos ou entes da federação, contratados (professores substitutos), estagiários e médicos residentes da medicina veterinária. As despesas de custeio são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Dizem respeito aos gastos realizados para a manutenção da instituição (material de escritório, manutenção de equipamentos, energia elétrica, contratação de serviços, etc.). Os



investimentos referem-se àquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Nessa categoria, estão enquadrados os dispêndios para aquisição de bens permanentes como veículos, equipamentos, imóveis, obras e demais bens que sejam incorporados ao patrimônio da Universidade (BRASIL, 2017c). A Tabela 6 apresenta esses valores, conforme os grupos de despesas.

Tabela 6 - Evolução dos gastos diretos - valores executados pela UFLA, 2007 - 2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões.

Ano	Pessoal e encargos		Custeio		Investimentos		Total	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>2007</b>	119,27	72,65	35,59	21,68	9,30	5,66	164,16	100
<b>2008</b>	129,85	71,23	36,31	19,92	16,15	8,86	182,30	100
<b>2009</b>	155,40	68,33	46,33	20,37	25,70	11,30	227,43	100
<b>2010</b>	130,32	62,69	36,48	17,55	41,10	19,77	207,89	100
<b>2011</b>	185,50	68,76	35,10	13,01	49,20	18,23	269,80	100
<b>2012</b>	190,88	73,74	34,98	13,51	33,00	12,75	258,86	100
<b>2013</b>	205,60	67,32	65,11	21,32	34,68	11,36	305,39	100
<b>2014</b>	230,58	61,87	80,69	21,65	61,41	16,48	372,68	100
<b>2015</b>	234,60	62,14	74,76	19,80	68,20	18,06	377,55	100
<b>2016</b>	242,30	68,60	68,08	19,27	42,83	12,13	353,21	100

Fonte: Brasil (2017b).

Em “Pessoal e encargos” estão incluídos os valores pagos a título de salários, benefícios e encargos sociais a servidores efetivos (ativos, inativos e pensionistas), requisitados de outros órgãos ou entes da federação, contratados (professores substitutos), estagiários e médicos residentes da medicina veterinária. As despesas de custeio, segundo o Manual Técnico do Orçamento (BRASIL, 2017c), são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Dizem respeito aos gastos realizados para a manutenção da instituição (material de escritório, manutenção de equipamentos, energia elétrica, contratação de serviços, etc.). Os investimentos referem-se aos gastos que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Nessa categoria, estão enquadrados os dispêndios para aquisição de bens permanentes como veículos, equipamentos, imóveis, obras e demais bens que sejam incorporados ao patrimônio da Universidade.

Como se observa na coluna total da Tabela 6, os valores pagos pela UFLA cresceram a cada ano, e o montante pago com pessoal e encargos foi o de maior vulto, seguido dos gastos com custeio e investimentos. De 2007 a 2016, os valores das despesas com “Pessoal e

encargos sociais” e “Custeio” praticamente dobraram, (de R\$ 119,27 milhões em 2007 para R\$ 242,30 milhões em 2016 e de R\$ 35,59 milhões em 2007 para R\$ 68,08 milhões em 2016, respectivamente). Já os investimentos quadruplicaram aumentando de R\$ 9,30 milhões em 2007 para R\$ 42,83 milhões em 2016.

O aumento, ano após ano, nas despesas com pessoal e encargos ocorreu devido aos aumentos salariais negociados entre o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e as categorias dos docentes e técnicos administrativos em educação e também pela admissão de novos servidores (docentes e técnicos administrativos em Educação) em decorrência da implantação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Federais (REUNI). Assim, para suprir as necessidades de sua expansão e criação de novos cursos, a UFLA obteve autorização para admissão de novos servidores efetivos. Segundo o Relatório de Gestão da UFLA (2016), em 2007, a Universidade tinha em seu quadro de 700 servidores, passando, em 2016, para 1292, o que representa um crescimento de 84,57%.

Com relação aos gastos com custeio os “elementos de despesa” com maiores montantes são: 1) Serviços Pessoa Jurídica; 2) Locação de Mão de Obra, e; 3) Material de Consumo. Conforme definição constante no Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público (BRASIL, 2017a), Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, o “elemento de despesa” tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins. A Tabela 7 apresenta a composição dos gastos com custeio.

Tabela 7 - Composição dos gastos com custeio, segregados entre as três despesas com maior montante, 2007-2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões.

Ano	Serviços Pessoa Jurídica		Locação de mão de obra		Material de consumo		Demais elementos <sup>1</sup>		Total	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>2007</b>	10,96	30,79	6,16	17,32	5,77	16,22	12,70	35,67	35,59	100
<b>2008</b>	13,42	36,95	5,47	15,08	6,05	16,67	11,37	31,30	36,31	100
<b>2009</b>	13,87	29,94	11,35	24,50	9,80	21,15	11,31	24,42	46,33	100
<b>2010</b>	13,52	37,07	9,93	27,22	6,80	18,64	6,22	17,06	36,48	100
<b>2011</b>	9,43	26,85	11,82	33,66	8,85	25,22	5,01	14,27	35,10	100
<b>2012</b>	7,46	21,33	14,59	41,72	7,44	21,28	5,48	15,68	34,98	100
<b>2013</b>	19,12	29,36	17,35	26,64	8,26	12,69	20,38	31,31	65,11	100
<b>2014</b>	29,37	36,40	18,37	22,77	11,18	13,86	21,76	26,97	80,69	100
<b>2015</b>	34,54	46,20	12,81	17,14	7,06	9,45	20,35	27,22	74,76	100
<b>2016</b>	17,16	25,21	20,95	30,77	8,39	12,32	21,58	31,70	68,08	100

Fonte: Brasil (2017b).

O elemento de despesa “Serviços pessoa jurídica” refere-se aos valores executados para pagamentos de despesas como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, correios, etc.); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; *software*; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale-refeição; auxílio-creche (exclusive a indenização a servidor); habilitação de telefonia fixa e móvel celular; e outros congêneres, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das obrigações de que trata esse elemento de despesa (BRASIL, 2017c). Também estão inclusos nesse tipo de despesas os valores repassados à Fundação de Apoio ao Ensino e Pesquisa (FAEPE/UFLA), oriundos de convênios firmados entre a UFLA e órgãos de fomento e outros Ministérios (Ministério do Meio Ambiente, EMBRAPA, etc).

Conforme apresentado na Tabela 7, o segundo e terceiro elementos de despesas quanto ao montante executado dentro das despesas de custeio foram, respectivamente, os gastos com “locação de mão-de-obra” e “material de consumo”. O primeiro engloba as despesas com

<sup>1</sup> Diárias, passagens, auxílio financeiro a estudantes, auxílio alimentação, auxílio transporte, contratação por tempo determinado, despesas de exercício anterior, indenizações e restituições e obrigações tributárias e contributivas.

prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como limpeza e higiene, vigilância ostensiva e outros, nos casos em que o contrato especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado. O segundo, de acordo com a Lei 4.320/64 (BRASIL, 1964), refere-se às aquisições de materiais que têm vida útil inferior a dois anos.

Continuando a análise dos valores pagos pela UFLA tem-se os gastos com investimentos. Conforme o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público (MCASP), Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, tais gastos englobam as despesas com *softwares* e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização dessas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

De acordo com a Tabela 7, observa-se que os valores com investimentos cresceram consideravelmente. Tal crescimento explica-se porque, durante o período em análise, a UFLA aderiu ao REUNI, um Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, como parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC (BRASIL, 2017c).

Com o REUNI, muitas obras foram realizadas na UFLA e para equipá-las foram necessárias também aquisições de móveis e equipamentos diversos, elevando os valores com investimento. Segundo o Relatório de Gestão da UFLA 2012-2016, nesse período foram concluídas 58 obras na UFLA (barragens e gabiões em córregos, anfiteatros, prédios para as Pró-reitorias, para salas de aula, laboratórios, calçadas em avenidas), além de outras que estão em andamento (Parque Tecnológico - 80.000 m<sup>2</sup>, Centro de Eventos - 9.479,56 m<sup>2</sup>, Centro de Cultura e Educação Corporal - 2.000 m<sup>2</sup>, Complexo da Saúde - 4.770 m<sup>2</sup> e o Hospital Universitário - 20.000 m<sup>2</sup>).

A Tabela 8 apresenta os valores gastos com investimento na UFLA, no período de 2007 a 2016.

Tabela 8 - Composição dos gastos com Investimentos, 2007-2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões.

Ano	Obras e Instalações		Equipamentos e Material Permanente		Serviços Pessoa Jurídica		Inversões Financeiras - Aquisição de Imóveis		Total	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>2007</b>	6,06	65,11	3,24	34,89	0,00	0,00	0,00	0,00	9,30	100
<b>2008</b>	9,65	59,76	6,50	40,24	0,00	0,00	0,00	0,00	16,15	100
<b>2009</b>	17,88	69,58	7,82	30,42	0,00	0,00	0,00	0,00	25,70	100
<b>2010</b>	25,25	61,43	15,23	37,05	0,63	1,52	0,00	0,00	41,10	100
<b>2011</b>	26,88	54,63	15,07	30,63	0,32	0,66	6,93	14,08	49,20	100
<b>2012</b>	22,27	67,50	10,43	31,60	0,30	0,90	0,00	0,00	33,00	100
<b>2013</b>	17,33	49,99	10,40	30,00	2,99	8,63	3,95	11,39	34,68	100
<b>2014</b>	46,48	75,69	12,41	20,21	2,52	4,10	0,00	0,00	61,41	100
<b>2015</b>	57,04	83,63	9,51	13,95	1,65	2,42	0,00	0,00	68,20	100
<b>2016</b>	37,78	88,22	4,58	10,69	0,47	1,09	0,00	0,00	42,83	100

Fonte: Brasil (2017b).

Os números da Tabela 8 refletem a transformação quanto à estrutura física ocorrida na UFLA nos últimos dez anos, onde obras e instalações representaram na média do período analisado 67,55% do volume executado em investimentos, e equipamentos e material permanente 27,97%.

Na classificação da despesa com investimentos (TABELA 8), assim como nas despesas com custeio (TABELA 7) também ocorrem gastos com prestação de serviços por pessoa jurídica (BRASIL, 2017c). A diferença aqui em relação aos serviços prestados por pessoa jurídica em custeio, é que tais serviços agregam valor a um bem. Dessa forma, esses valores constantes na Tabela 5 são referentes a gastos de prestação de serviço com reformas em imóveis (salas de aula, laboratórios, ambientes administrativos, etc.) que aumentam seu valor patrimonial, serviços técnicos para melhorias em equipamentos de laboratórios, gráfica, comunicação e manutenção de equipamentos de processamentos de dados e de tecnologia da informação (T.I.) em geral.

Além das obras, equipamentos e serviços pessoa jurídica também houve despesas com Inversões Financeiras (TABELA 8), que conforme os MCASP são as despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização. Em 2011, R\$ 6,93 milhões são pertinentes a aquisição de uma fazenda em Ijaci-MG, onde, hoje, funciona a Fazenda Experimental da UFLA e, em 2013, R\$ 3,95 milhões são referentes à compra de um imóvel em área urbana do município de Lavras para construção do hospital dia da UFLA, para

atendimentos de consultas médicas especializadas, exames de apoio diagnóstico especializados e cirurgias eletivas de baixa e média complexidade, que exijam internação não superior a 12 horas.

Considerando os valores totais gastos com investimentos na UFLA conclui-se que houve um crescimento de mais de 460%, saindo de R\$ 9,30 milhões, em 2007, para R\$ 42,83 milhões, em 2016.

Até aqui foi realizada uma análise sobre o valor total executado pela UFLA, bem como a decomposição desse montante por tipo de despesa (pessoal e encargos, custeio e investimento). Retomando a Tabela 6 (valor total executado pela UFLA), somando os valores executados pela UFLA nos dez anos da pesquisa, chega-se ao montante de 2,71 bilhões de reais. Para se ter uma ideia da dimensão desses valores no município, o montante da receita realizada em Lavras, no mesmo período, foi de 2,14 bilhões de reais. A Tabela 9 apresenta um comparativo entre o total executado pela UFLA e a receita realizada do município de Lavras no período de 2007 a 2016.

Tabela 9 - Comparação da Receita realizada pelo município de Lavras com o total executado pela UFLA, 2007 a 2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões.

Ano	Receita realizada pelo município de Lavras (I)	Total executado pela UFLA (II)	Comparação I x II
	R\$	R\$	%
<b>2007</b>	170,88	164,16	96,07
<b>2008</b>	199,61	182,30	91,33
<b>2009</b>	180,20	227,43	126,21
<b>2010</b>	201,45	207,89	103,20
<b>2011</b>	228,55	269,80	118,05
<b>2012</b>	236,82	258,86	109,31
<b>2013</b>	220,80	305,39	138,31
<b>2014</b>	245,13	372,68	152,03
<b>2015</b>	222,67	377,55	169,56
<b>2016</b>	241,82	353,21	146,06
<b>TOTAL</b>	<b>2.147,92</b>	<b>2.719,29</b>	<b>126,60</b>

Fonte: Brasil (2017b) e Lavras (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

Na primeira coluna, estão dispostos os montantes de receita realizada pelo município de Lavras, ano a ano, de 2007 a 2016. Considerando que, nos valores movimentados pela UFLA foram englobados todos os recursos sem nenhuma dedução, para fins de comparação, optou-se pela receita realizada de Lavras ao invés da receita corrente líquida - RCL porque a

receita realizada inclui todas as receitas arrecadadas do município, orçamentárias e extraorçamentária, ou seja, todos os valores disponíveis para o município honrar suas despesas no atendimento das necessidades da sociedade lavrense, enquanto a RCL é composta apenas pelas receitas correntes com algumas deduções.

Conforme a Lei 101 de 04 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (BRASIL, 2000), a Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas correntes (tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços), transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos das transferências constitucionais e legais, contribuição de empregadores e trabalhadores para seguridade social, contribuição para o plano de previdência do servidor, contribuição para o custeio das pensões militares e as compensações financeiras entre regimes de previdência.

O Manual Técnico de Orçamento de 2016 (BRASIL, 2016b) define que são quatro as etapas da receita pública: 1) a Previsão, quando se estima a arrecadação com base em técnicas e normas, considerando a conjuntura econômica do momento; 2) o Lançamento que é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, se for o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível; 3) a Arrecadação que corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro Público pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente; e 4) o recolhimento, que consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro Público, responsável pela administração e controle da arrecadação e pela programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.

Dessa forma, a receita realizada refere-se aos valores já recolhidos aos cofres públicos. Estão englobadas na receita realizada as Receitas Correntes (receita tributária, receita de contribuições, receita patrimonial, receita agropecuária, receita industrial e receita de serviços), as Transferências Correntes (transferências intergovernamentais, de instituições privadas, do exterior, de pessoas físicas e de convênios), Outras receitas Correntes (multas e juros de mora, indenizações e restituições, receitas diversas), Receitas de Capital (operações de crédito e alienação de bens), Transferências de Capital (transferências intergovernamentais, de instituições privadas, do exterior, de pessoas físicas e de convênios), Outras Receitas de Capital (receitas diversas) e as Receitas Extra orçamentárias, que representam apenas entradas compensatórias (depósitos em caução, fianças, e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros).

Conforme disposto na Tabela 9 (comparação entre e receita realizada de Lavras x montante movimentado pela UFLA), nota-se que, assim como os valores executados pela UFLA aumentaram, ano a ano, a receita realizada pelo município também apresentou comportamento semelhante, porém em menor percentual. Enquanto os recursos movimentados pela UFLA cresceram de R\$ 164,16 milhões em 2007, para R\$ 353,21 milhões em 2016, representando um aumento de 215,16%, a receita realizada pelo município de Lavras cresceu de R\$ 170,88 milhões, em 2007, para R\$ 241,82 milhões, em 2016, o que representou um crescimento de 141,52%. Considerando esses percentuais no período da pesquisa, o montante movimentado pela UFLA apresentou crescimento 73,64% (215,16% - 141,52%) maior que o crescimento da receita realizada do município de Lavras.

Observa-se também que, em quase todos os anos, com exceção de 2007 e 2008, os recursos movimentados pela UFLA foram maiores que o total arrecadado pelo município de Lavras, ou seja, a UFLA sozinha possuiu uma receita maior que todo o município de Lavras. Em 2015, foi 69,56% maior do que toda a arrecadação municipal.

Porém o fato da UFLA contar com uma receita maior que a receita do município de Lavras não significa que todo esse valor é injetado na economia local. Isso porque as contratações de serviço e aquisição de materiais são realizadas por licitação conforme determinado pela Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993). Assim, parte desses recursos movimentados pela UFLA não se traduz em receita para as empresas e prestadores de serviços locais porque instituições privadas com sede em outros municípios vencem parte das licitações realizadas.

Como nesta seção 5.2.1 o intuito foi demonstrar a dimensão das receitas movimentadas pela UFLA em relação à receita municipal de Lavras, não houve preocupação em demonstrar a destinação dos pagamentos realizados pela UFLA. Dessa forma, não houve segregação da sede dos recebedores desses valores. Porém como o objetivo deste trabalho é analisar o impacto da UFLA na economia local, na sequência serão segregados, do montante movimentado pela UFLA, os valores destinados para empresas e pessoas físicas com sede no município de Lavras.



#### 4.2.2 Análise dos recursos pagos pela UFLA a pessoas físicas e empresas sediadas em Lavras

Esta seção apresenta a análise da participação da UFLA em relação aos prestadores de serviço e aquisições no comércio local, evidenciando a parte dos recursos movimentados pela UFLA que se traduziram em receita para empresas e pessoas físicas locais.

Os dados obtidos estão classificados conforme os tipos de despesa dispostos no MTO 2017, ou seja, segregados em Pessoal e encargos, custeio e investimentos. Porém como o objetivo desta seção do trabalho é analisar os valores pagos para empresas e pessoas físicas com sede em Lavras, não serão considerados os valores pagos com salários, encargos e benefícios oriundos de todos os empregos da UFLA. Tais dados serão objeto de uma seção específica nesta pesquisa (5.2.3), em que será analisada a participação da UFLA no número de empregos em Lavras.

A Tabela 10 traz os valores pagos pela UFLA a prestadores de serviços e comerciantes locais. Os valores também englobam todos os recursos movimentados pela UFLA e não apenas os oriundos de sua LOA, bem como encontram-se deflacionados à data de 31/12/2016.

Tabela 10 - Valores pagos pela UFLA a pessoas físicas e empresas sediadas em Lavras, 2007-2016, em R\$ milhões, deflacionados.

Ano	Custeio		Investimentos (capital)		Total pagos em Lavras (custeio e investimento)		Total pago pela UFLA (Custeio e Investimento dentro e fora de Lavras)	% em relação ao total pago pela UFLA.
	R\$	%	R\$	%	R\$	%		
<b>2007<sup>2</sup></b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2008</b>	17,30	89,31	2,07	10,69	19,36	100	182,30	10,62
<b>2009</b>	15,98	78,87	4,28	21,13	20,26	100	227,43	8,91
<b>2010</b>	13,48	79,44	3,49	20,56	16,97	100	207,89	8,16
<b>2011</b>	7,89	40,37	11,65	59,63	19,53	100	269,80	7,24
<b>2012</b>	6,25	54,86	5,14	45,14	11,39	100	258,86	4,40
<b>2013</b>	19,83	73,49	7,15	26,51	26,98	100	305,39	8,83
<b>2014</b>	21,47	94,31	1,30	5,69	22,76	100	372,68	6,11
<b>2015</b>	11,46	75,77	3,67	24,23	15,13	100	377,55	4,01
<b>2016</b>	10,58	72,27	4,06	27,73	14,64	100	353,21	4,14

Fonte: Tesouro Nacional (2017), adaptado.

<sup>2</sup> Não foi possível obter estas informações referentes ao ano de 2007 porque o tesouro gerencial disponibiliza informações a partir de 2008.

Como se observa na Tabela 10, os montantes com custeio na UFLA são maiores do que os montantes com investimento. Esse cenário prevalece tanto nos valores totais executados pela UFLA quanto nos valores executados apenas no município de Lavras.

Porém esse fato não é reflexo da vontade de seus gestores. Cabe ressaltar que embora o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 afirme que as universidades brasileiras gozem de autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial, no processo orçamentário brasileiro estas são classificadas como unidades orçamentárias do Ministério da Educação (MEC). Assim, durante a elaboração do orçamento anual de uma Universidade Pública Federal os limites das despesas anuais com “custeio”, “investimento” e “pessoal e encargos” são estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e as universidades não podem alterá-los. Para Amaral (2003), Campos (2015), Ferreira (2013), Groschup (2015), Milioni, Behr e Goularte (2015), Nuintin (2014), Santos (2013) e Schwartzman (1991, 2010), tal situação leva o MEC a exercer sobre as IFES funções de controle, fiscalização e avaliação, além de impedir que elas exerçam de fato sua autonomia financeira, continuando dependentes dos recursos públicos do governo central.

Cabe ressaltar que a UFLA, assim como as demais IFES, também não tem controle sobre a escolha de seus fornecedores e prestadores de serviço. Pelo fato de ser uma autarquia federal, suas compras são realizadas por meio de licitações, regidas pela Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo as normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Voltando à análise da Tabela 10 nota-se que dentre os valores injetados no município de Lavras no período de 2007 a 2016, somente em 2011 o valor com custeio foi menor que o montante executado com investimentos (R\$ 7,89 milhões contra R\$ 11,65 milhões). Em todos os demais anos o valor com custeio foi superior chegando a representar 94,31% em 2014 (R\$ 21,47 milhões de custeio contra R\$ 1,30 milhões de capital). A explicação para este fato é que a maioria das empresas que vencem as licitações para construção de obras, que representa a despesa com maior montante com investimento, são oriundas de outros municípios. E com relação a 2011 (TABELA 10), o fato que contribuiu para que o montante de investimentos fosse maior que o de custeio, foi a aquisição de uma fazenda por R\$ 4,34 milhões, em Ijaci-MG, onde hoje funciona a Fazenda Experimental da UFLA. Assim dos R\$ 11,65 milhões gastos com investimentos, R\$ 4,94 milhões são referentes à compra desta fazenda.

Embora, em 2013, o valor com investimento não tenha sido maior que o valor pago com custeio (a pessoa física e empresa com sede em Lavras), tal valor foi o maior dentre os valores movimentados com investimento no período da pesquisa. Isso porque, em 2013,

também houve aquisição de um imóvel, de uma empresa de Lavras, no valor R\$ 3,15 milhões para construção do hospital dia da UFLA.

Com relação aos dispêndios com custeio e investimento que ocorreram fora do município sede de Lavras, cuja média foi de 78,48% no período analisado, estes se deram, primeiro, pelo fato da UFLA realizar suas compras por meio de licitações e, segundo, devido aos vazamentos na economia local, que Lopes (2001) interpreta como os recursos financeiros gerados ou injetados em negócios do município que acabam saindo da economia local para aquisição de bens e serviços produzidos em outros municípios.

Por fim, como se nota na Tabela 10, ao observar o valor total de pagamentos realizados pela UFLA (dentro e fora de Lavras), uma considerável fatia dos pagamentos foram realizados a empresas do município de Lavras, isso representa um significativo aporte à economia, pois tais valores se traduziram em receitas para empresas e pessoas físicas locais, uma vez que 2008 foi o ano com maior montante de pagamentos em prol de empresas e prestadores de serviços sediados no município de Lavras. Do total de pagamentos realizados no referido ano pela UFLA (dentro e fora de Lavras) com custeio e investimento (R\$ 182,30 milhões), 10,62% (R\$ 19,36 milhões) ficou no município de Lavras.

E se ampliarmos a análise para valores médios do período da pesquisa, considerando a participação percentual dos dez anos (última coluna), concluímos que 6,94% dos valores pagos pela UFLA (dentro e fora de Lavras), se traduziram em receitas para pessoas físicas e empresas sediadas em Lavras, o que reflete em reais, no valor médio de R\$ 18,56 milhões em cada ano.

#### **4.2.3 Análise dos dispêndios da UFLA com salários e encargos, terceirização e bolsas**

Nesta seção são analisados os dispêndios da UFLA com salários e demais pagamentos oriundos de vínculos trabalhistas.

Para exercer suas atividades, a UFLA necessita de contratar mão de obra, gerando uma série de empregos. Considerando que parte dos valores recebidos por esses servidores, bolsistas e terceirizados são gastos em restaurantes, supermercados, lojas, imobiliárias, movimentando o comércio local, é importante para este estudo sua evidenciação.

Porém cabe ressaltar que, embora se saiba que parte dos ganhos com salários são, sim, gastos na economia local, este estudo tem foco em evidências da participação da UFLA na economia e finanças públicas locais, não é intenção de neste subcapítulo mensurar o valor exato que cada servidor, terceirizado ou bolsista injeta na economia local, limitando-se

portanto, em realizar uma análise nos montantes realizados com esse tipo de despesa, para no próximo subcapítulo demonstrar a participação da UFLA na geração de empregos em Lavras.

Assim, a Tabela 11 apresenta os valores referentes às ocupações formais na UFLA. A primeira coluna refere-se aos pagamentos oriundos da folha de pagamento da UFLA e seus encargos sociais, a segunda refere-se aos pagamentos às despesas com terceirização e a terceira aos montantes referente a bolsas pagas a alunos e pesquisadores.

Tabela 11 - Valores pagos pela UFLA com salários e remuneração de ocupações formais, 2007-2016, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões.

Ano	Pessoal e encargos		Terceirização		Bolsas		Total	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>2007</b>	119,98	87,25	6,16	4,48	11,37	8,27	137,51	100
<b>2008</b>	130,38	89,39	5,47	3,75	10,01	6,86	145,86	100
<b>2009</b>	156,45	88,53	11,35	6,42	8,93	5,05	176,73	100
<b>2010</b>	131,20	90,40	9,93	6,84	4,01	2,76	145,14	100
<b>2011</b>	186,17	92,62	11,82	5,88	3,02	1,50	201,00	100
<b>2012</b>	191,35	91,39	14,59	6,97	3,43	1,64	209,37	100
<b>2013</b>	208,33	90,21	17,35	7,51	5,26	2,28	230,94	100
<b>2014</b>	232,17	90,52	18,37	7,16	5,93	2,31	256,48	100
<b>2015</b>	236,25	92,87	12,81	5,04	5,34	2,10	254,39	100
<b>2016</b>	242,30	90,55	20,95	7,83	4,35	1,62	267,59	100

Fonte: Brasil (2017b).

Na coluna Pessoal e encargos da Tabela 11, estão incluídos os valores pagos a título de salários, benefícios e encargos sociais a servidores efetivos (ativos, inativos e pensionistas), requisitados de outros órgãos ou entes da federação, contratados (professores substitutos), estagiários e médicos residentes da medicina veterinária.

Com relação aos salários pagos a servidores é importante ressaltar que os gestores das Universidades Públicas Federais não têm autonomia para gerir tais valores, pois estes são definidos em lei e são inseridos pelo próprio MEC, no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de cada instituição. Os docentes têm sua carreira e remuneração regidas pela Lei 12.772 de 28 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012a) e os técnicos Administrativos em educação pela Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005).

Conforme o Relatório de Gestão da UFLA de 2016, o quadro efetivo da UFLA em dezembro de 2016 era composto por 1988 trabalhadores, conforme disposto na Tabela 12:

Tabela 12 - Composição dos empregos ativos da UFLA em dezembro/2016.

Docentes magistério superior		Técnicos Administrativos em educação		Docentes Ensino Básico Técnico e Tecnológicos		Docentes substitutos		Terceirização		Total	
Qte	%	Qte	%	Qte	%	Qte	%	Qte	%	Qte	%
710	35,71	596	29,98	13	0,65	138	6,94	531	26,71	1988	100

Fonte: UFLA (2016, p. 147).

Tais números resultam numa proporção técnico administrativo x docente de 0,83. Conforme Dias (2015), o índice médio de alocação de servidores técnico-administrativos por docentes nas 63 universidades é igual a 0,98, e apenas 24 dessas universidades apresentam índice acima dessa média e 37 apresentam índice abaixo dessa média. Com base nesse diagnóstico, a UFLA insere-se dentre as 37 que possuem a relação técnico administrativo x docente abaixo da média.

Continuando a análise da primeira coluna da Tabela 11, nota-se um aumento, ano após ano, nas despesas com pessoal e encargos. Tal fato se explica por dois motivos: 1) pela correção salarial negociada entre o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e as categorias dos docentes e técnicos administrativos em educação e, 2) pela admissão de novos servidores (docentes e técnicos administrativos em educação) em decorrência da implantação do Plano de Reestruturação e expansão das Universidades Públicas Federais (REUNI), pois para suprir as necessidades de sua expansão e criação de novos cursos a UFLA obteve autorização para admissão de novos servidores efetivos. Segundo o Relatório de Gestão da UFLA (2016), em 2007 a Universidade tinha em seu quadro 700 servidores, passando em 2016 para 1292, o que representou um crescimento de 84,57%.

Além dos servidores que compõem a coluna 1 da Tabela 11, ainda existem os empregos oriundos da terceirização, decorrentes da contratação de empresas prestadoras de serviço para de limpeza, vigilância, manutenção e apoio administrativo. As empresas que vencem as licitações colocam a disposição da UFLA mão de obra composta por moradores de Lavras e região. Embora o vínculo empregatício desses terceirizados não sela com a UFLA e sim com as empresas que vencem as licitações e os contratem, eles são colocados em postos de trabalho na UFLA.

Assim, a coluna com valores da terceirização, da Tabela 11, diz respeito aos valores pagos às empresas contratadas por meio de licitações. Nesses valores estão incluídos, além da folha de pagamento e encargos sociais dos trabalhadores terceirizados, todo o material

necessário para a limpeza, manutenção e vigilância do campus universitário, além da parte cobrada pela empresa contratada para gerir e ser responsável pelos vínculos trabalhistas.

De acordo com o relatório de gestão UFLA 2016, a instituição, em dezembro de 2016, contava com 541 técnicos administrativos terceirizados. Compõem os cargos terceirizados da UFLA serviços relacionados à limpeza e higiene, vigilância ostensiva e apoio técnico-operacional.

Nos valores com terceirização da Tabela 11 não estão inclusos os valores referentes aos salários pagos aos trabalhadores da construção civil (pedreiros, serventes, eletricitas, carpinteiros, armadores, engenheiros, pintores, dentre outros) que atuaram nas obras no campus da UFLA. Isso porque as obras são classificadas como investimento e não custeio (BRASIL, 2017a).

Segundo a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para a execução de obras a Administração Pública pode valer-se de dois regimes: a execução direta, quando a própria Administração Pública contrata os trabalhadores, compra os materiais e constrói; ou a execução indireta, quando ela realiza licitação para contratar uma empresa para a execução. Assim, a construtora que vence a licitação é responsável pelo fornecimento do material e da mão-de-obra necessários para execução da obra, entregando-a pronta para o contratante. Para a administração pública, as despesas com obras, independentemente do regime de execução, são classificadas como investimento (Obras e instalações), e todo o montante pago à construtora compõe o custo daquela obra (BRASIL, 2017a).

Dessa forma, os montantes pagos às empresas que cedem mão de obra à UFLA para atuar como terceirizados na limpeza, vigilância e apoio técnico-operacional são contabilizados como custeio, e constam na Tabela 11, pois fazem parte das despesas com manutenção da UFLA. Já os valores com obras, ainda que terceirizada, são contabilizados como investimento, pois resultará em um imóvel que trará benefícios futuros para a instituição, e não estão englobados dentre os 541 terceirizados da Tabela 11, porque esses valores irão compor o custo da obra, contabilizados como investimentos (ativo imobilizado - imóveis).

Além dos servidores e terceirizados ainda há os valores pagos pela UFLA a título de bolsas, dispostos na terceira coluna da Tabela 11. Nesses montantes, também estão incluídos os valores pagos em forma de auxílio financeiro a estudantes para participação em eventos acadêmicos e científicos, tais como congressos, feiras e simpósios.

Percebe-se na Tabela 11 que os montantes pagos a título de bolsas eram maiores de 2007 até 2009 (R\$ 11,37 milhões, R\$ 10,01 milhões e R\$ 8,93 milhões, respectivamente). Isso ocorreu porque, a partir de 2010, as bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES) passaram a ser pagas diretamente pela CAPES. Até 2009 os valores eram descentralizados pela CAPES para as Universidades Federais e estas realizavam os pagamentos aos bolsistas.

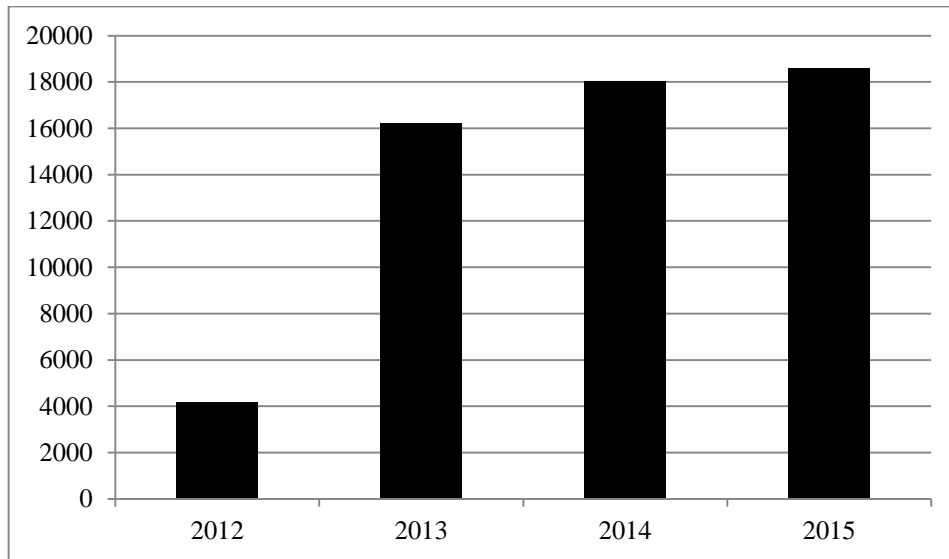
Portanto, a partir de 2010, todos os valores pagos como bolsas são pela UFLA, são provenientes de seu Programa Institucional de Bolsas. Conforme Relatório de Gestão 2012-2016 da UFLA, a instituição possui um Programa Institucional de Bolsas que concede subsídio mensal ao estudante orientado por servidor qualificado para atuar em atividades de pesquisa, extensão, cultura, ensino e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. O Programa Institucional de Bolsas tem como objetivos despertar nos estudantes vocações para as diversas áreas de atuação da Universidade; estimular o desenvolvimento de atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e aos processos de inovação, contribuindo para a melhoria da qualidade da formação dos estudantes de graduação e oferecendo-lhes oportunidades de conhecimento e prática em ambientes além das salas de aula.

Do total de bolsas, um percentual médio de 50% é destinado a vagas reservadas para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as demais são ofertadas para a ampla concorrência por meio de editais. Dentro do Programa, são ofertadas bolsas com finalidades distintas, são eles: o Programa de Educação Tutorial Institucional (Peti), o Programa de Apoio à Produção de Material Didático (Promad), o Programa de Aprendizado Técnico (Proat), o Programa Institucional de Bolsas para as Licenciaturas do Turno Noturno (Piblic), o Programa de Mentoria para Calouros (Promec) e o Programa de Monitoria.

Além das bolsas descritas ainda há o auxílio-creche, destinado a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que possuam filhos. A finalidade do benefício é contribuir para que esses alunos possam desenvolver suas atividades acadêmicas, conciliando-as com a rotina da maternidade ou paternidade. E também a bolsa permanência que destina auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para os indígenas e quilombolas.

Com a implantação do programa, o número bolsas apresentou uma evolução de 4.172 bolsas em 2012 para 18.600 bolsas em 2015, conforme se observa no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Evolução do quantitativo de bolsas a estudantes na UFLA no período 2012-2016.



Fonte: UFLA (2016, p. 223).

Por fim, observando a coluna total da Tabela 11, nota-se que os valores gastos com ocupações formais na UFLA são crescentes. Em 2007, apresentava o montante de R\$ 137,51 milhões chegando em 2016 a R\$ 267,59 milhões, o que representa um crescimento de 95,6% em dez anos. Esse percentual está alinhado com o resultado da análise da participação da UFLA no número de empregos da Administração Pública em Lavras (TABELA 13). A referida tabela demonstrou que a UFLA participava, em 2007, com 27,41% (700 servidores) das vagas da administração pública no município de Lavras, e esse percentual subiu para 40,11% em 2014.

Este aumento de 27,41% para 40,11% representa um crescimento de quase 50% na participação da UFLA nos empregos da administração pública em Lavras, considerando o CNAE 84116/00, que representa a administração pública em geral, porém não compreendendo o Banco Central do Brasil, a regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais, a regulação das atividades econômicas, as atividades ligadas à defesa nacional, as atividades dos Ministérios das Relações Exteriores, da Defesa, da Justiça, da Seguridade Social, as atividades ligadas à segurança e ordem pública e à defesa civil, a gestão de bibliotecas e de arquivos públicos e a restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos.

Analisados os valores executados pela UFLA, no município e oriundos de vínculos trabalhistas, na sequência é apresentada e analisada a participação da UFLA na receita tributária do município de Lavras.



#### **4.2.4 A participação da UFLA no número de empregos públicos e no total de empregos do município de Lavras**

Neste item é analisada a relação entre o total de empregos vinculados à UFLA com o total de empregos gerados no município de Lavras no período da pesquisa (2007 a 2016).

Para esta análise, os dados foram buscados no RAIS/CAGED disponibilizados pelo IBGE. A RAIS é um Registro Administrativo, de competência do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, de periodicidade anual, criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal (BRASIL, 2014).

Segundo o último Censo de 2010, Lavras possuía uma população de 92.200 habitantes (IBGE, 2014). Considerando essa população e os dados disponíveis na RAIS/CAGED 2015, referentes ao ano de 2015, 28.454 (30,86%) dessa população possuía ocupação formal, 23.345 (25,32%) habitantes tinham menos de 18 anos e ocupação informal ou ensino fundamental incompleto e os 40.401 (43,82%) restantes não possuíam ocupação formal nem informal.

Destes 28.454 com ocupação formal, 3043 (10,7%) são oriundos da Administração Pública geral, considerando as atividades previstas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 84116/00. A CNAE é uma classificação usada com o objetivo de padronizar os códigos de identificação das unidades produtivas do país nos cadastros e registros da Administração Pública nas três esferas de governo, em especial na área tributária, contribuindo para a melhoria da qualidade dos sistemas de informação que dão suporte às decisões e ações do Estado, possibilitando, ainda, a maior articulação intersistemas (IBGE, 2017).

Conforme as notas explicativas do IBGE, a CNAE 84116/00 representa a Administração Pública em geral, porém não compreendendo o Banco Central do Brasil, a regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais, a regulação das atividades econômicas, as atividades ligadas à defesa nacional, as atividades dos Ministérios das Relações Exteriores, da Defesa, da Justiça, da Seguridade Social, as atividades ligadas à segurança e ordem pública e à defesa civil, a gestão de bibliotecas e de arquivos públicos e a restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos. Assim, considerando a CNAE 84116/00, não estão inclusos nesse número (coluna emprego na administração pública em Lavras) os militares, o pessoal do INSS, policiais militares e civis.

A Tabela 13 apresenta o comportamento do número de empregos em Lavras e na UFLA no período de 2007 a 2016, bem como a participação da UFLA no emprego em Lavras.

Tabela 13 - Participação da UFLA no número de empregos públicos e no total de empregos do município de Lavras.

Ano	Empregos em Lavras		Empregos vinculados à UFLA		Participação da UFLA no número de empregos da adm. Pública em Lavras (I x III)	Participação da UFLA no número de empregos total em Lavras (II x IV)
	Adm. Pública (I)	Empregos total (II)	Apenas Servidores (III)	Ocupação total (IV)		
	Quantidade	Quantidade	Quantidade		%	%
<b>2007</b>	2554	20054	700	1644	27,41	8,20
<b>2008</b>	2974	20896	720	1924	24,21	9,21
<b>2009</b>	3498	22762	829	2102	23,70	9,23
<b>2010</b>	3568	24378	873	2296	24,47	9,42
<b>2011</b>	2683	25696	893	2593	33,28	10,09
<b>2012</b>	2505	25852	971	2665	38,76	10,31
<b>2013</b>	2601	27401	1054	3082	40,52	11,25
<b>2014</b>	2907	27185	1166	3520	40,11	12,95
<b>2015</b>	3043	28454	1223	3627	40,19	12,75
<b>2016<sup>3</sup></b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Brasil (2014) e UFLA (2016), adaptado.

A primeira coluna (I) da tabela apresenta o número de empregos em Lavras, segregado em empregos na administração pública e total de empregos no município, que engloba o total de empregos na cidade, independentemente do tipo de atividade. Como se observa nessa coluna, o número de empregos na administração pública em Lavras cresceu de 2007, (2554 empregos) para 2015, (3043 empregos), 13,82%, o que representa 489 novas vagas. No número total de empregos (II) o montante saltou de 20.054 em 2007 para 28.454 em 2015, representando um aumento de 8.400 novos postos de trabalho ou 41,88%, no período de 2007 a 2015.

Ainda, analisando os empregos em Lavras (colunas I e II da TABELA 13), observa-se que, em 2015, a administração pública era a atividade econômica que mais empregava no município, ou seja, era responsável por 10,7% do total de empregos em Lavras.

<sup>3</sup> Os últimos dados da RAIS são de 2015, por isso não há menção da quantidade de empregos nos anos de 2016.

A segunda atividade econômica em número de empregos é a fabricação de peças e acessórios para automóveis. Conforme dados do [dataviva.info](http://dataviva.info) (DATA VIVA, 2017), esse setor é responsável por 8,9% do total de empregos em Lavras, ou seja, 2.420 vagas. Isso porque em Lavras há uma divisão da empresa Magneti Marelli Cofap Fabricadora de Peças - Divisão Aftermarket, uma empresa especializada no segmento da reposição de peças automotivas, que alia o conhecimento de mercado à capacidade industrial e de pesquisa e desenvolvimento do Grupo Magneti Marelli no mundo. Com atuação no MERCOSUL e exportação para 62 países, são comercializados os seguintes produtos: Amortecedores (Super, Turbogás, Powershock e SPA), bandejas, buchas e coxins, barras estabilizadora e de direção, molas helicoidais, feixes de molas, molas a gás, molas pneumáticas, juntas homocinéticas e kits de reparo, semieixos, kit's de motor, terminais axiais, terminais de direção, pivôs de suspensão, kits e top kits de suspensão, pastilhas para freio, bieletas, trizetas, suportes de barra tensora, cubos de roda, tubos interno e kit transmissão para moto.

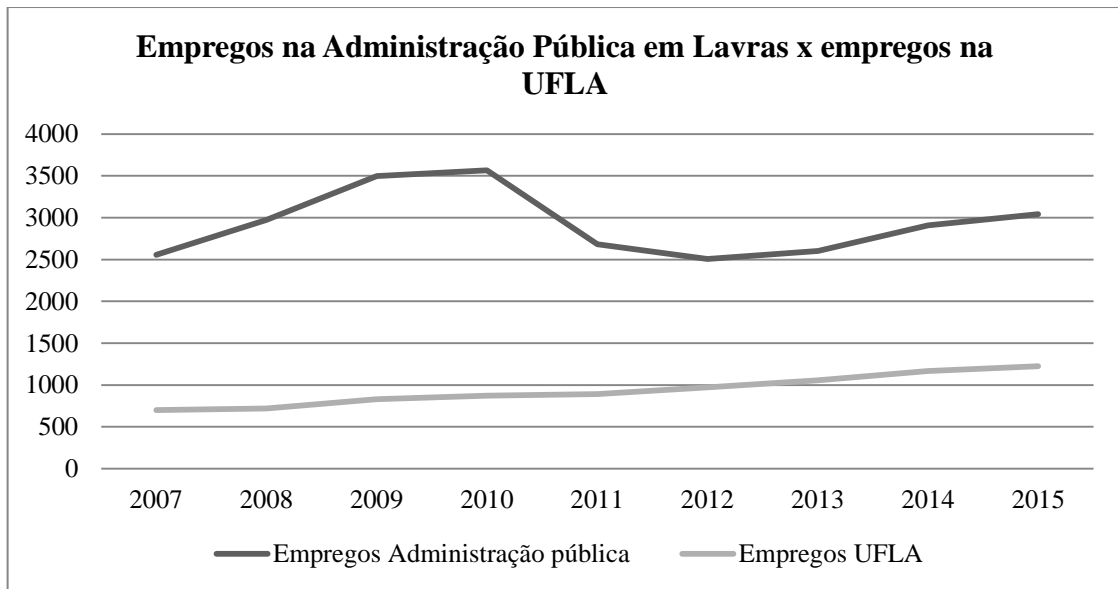
A terceira atividade que emprega mais pessoas em Lavras é o transporte rodoviário de cargas. Além de vários pequenos transportadores autônomos de mudanças e cargas em geral, em Lavras estão presentes duas grandes empresas neste setor, a Expresso Nepomucemo e a Roma Transportes. Segundo dados do [dataviva.info](http://dataviva.info) (DATA VIVA, 2017), este setor é responsável por 1.680 empregos em Lavras, o que corresponde a 6,2% do total de empregos no município.

A Figura 6 demonstra a quantidade de empregos por atividade econômica em Lavras e seus respectivos percentuais em relação ao total de empregos.



Esses aumentos no número de ocupações remuneradas na UFLA são demonstrados no Gráfico 7, que apresenta a evolução dos empregos na Administração Pública em Lavras e apenas na UFLA.

Gráfico 7 - Comportamento do número de empregos na administração pública em Lavras e na UFLA, 2007-2015.



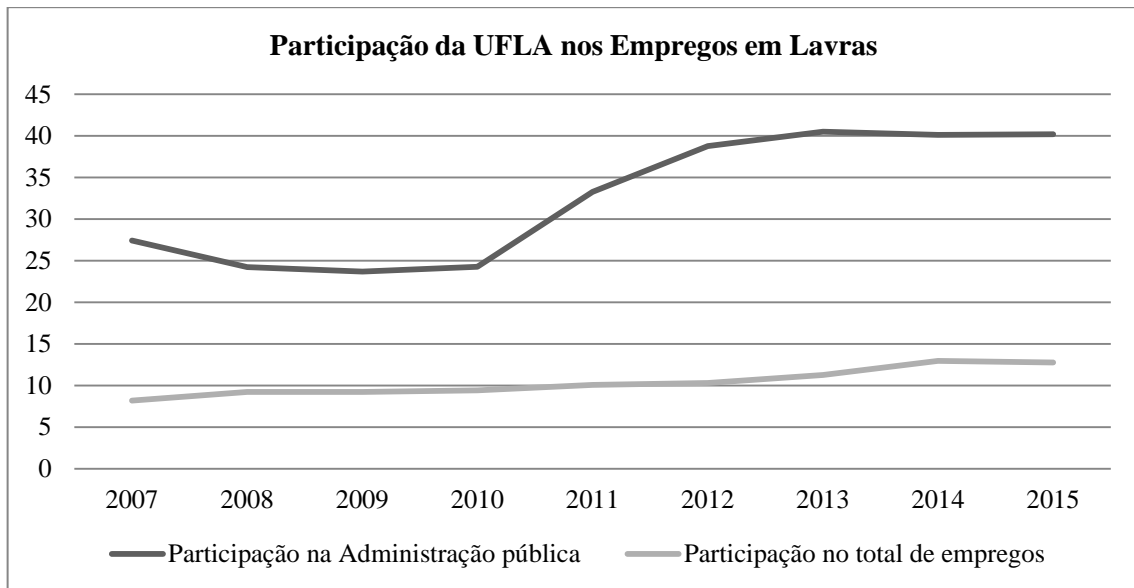
Fonte: Do autor (2018).

Diante desses números, é possível chegar à participação da UFLA no número de empregos gerados no município de Lavras, tanto na Administração Pública quanto no total, que inclui as demais atividades econômicas, tais como indústria, comércio, serviços.

Nota-se que a UFLA tem grande participação nos postos de trabalho ligados à Administração Pública em Lavras (colunas I x III). Nesse tipo de atividade, a UFLA respondia, em 2007, por 27,41% (700 servidores) das vagas nesse tipo de atividade, e esse percentual subiu para 40,19% em 2015 (1223 servidores).

Tomando por base o número total de empregos em Lavras (coluna II), aquele que inclui todas as atividades econômicas, e o número total de ocupações na UFLA (coluna IV), observa-se que a UFLA respondeu por 8,20% em 2007 e em 12,75% em 2015 (colunas II x IV). Esses percentuais de participação da UFLA nos empregos de Lavras estão demonstrados no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Participação percentual da UFLA no número de empregos da administração pública e no total de empregos em Lavras, 2007-2015.



Fonte: Do autor (2018).

Como se viu nesta subcapítulo a UFLA apresenta uma importante participação no número de empregos em Lavras, correspondendo em 2015 a 40,19% dos empregos na administração pública e 12,75% no total de empregos gerados no município.

Esses dados estão diretamente relacionados com o que Myrdal (1965) chamou de mudanças iniciais positivas, pois refletem positivamente em oportunidades de emprego e renda. Porém optou-se por, primeiramente, expor os resultados obtidos com os dados analisados para ao final dessa seção 5.2, fazer um alinhamento destes com o referencial teórico. Dessa forma, passa-se ao próximo subcapítulo, que analisa os valores executados pela UFLA com os valores adicionados por atividade econômica no município de Lavras.

#### **4.2.5 Análise do montante executado pela UFLA em relação ao valor adicionado (VA) por atividade econômica (agropecuária, industrial, administração pública e serviços) em Lavras**

Nesta seção são apresentados e analisados os montantes executados pela UFLA em relação aos valores adicionados (VA) por categoria econômica (setores agropecuário, industrial, de serviços e da administração pública). O Valor econômico adicionado ou simplesmente valor adicionado ou, ainda, valor agregado é uma noção que permite medir o

valor criado por um agente econômico. É o valor adicional que adquirem os bens e serviços ao serem transformados durante o processo produtivo.

Como definem Sachs e Larrain (2000), o valor adicionado é valor de mercado do produto em cada estágio produtivo menos o valor dos insumos utilizados na produção deste produto final. Em termos macroeconômicos, é o valor dos bens produzidos por uma economia, depois de deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros, (matérias-primas, serviços, bens intermediários), utilizados na produção. A Tabela 14 apresenta os valores dos VAs por atividade econômica e total em Lavras.

Tabela 14 - Valores Adicionados em Lavras, por atividade econômica, 2007-2015, deflacionados em dez/2016, em R\$ milhões.

Ano	VA setor Agropecuário		VA setor Industrial		VA setor de Serviços		VA setor Administração Pública		VA Total em Lavras	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>2007</b>	90,42	4,95	448,09	24,55	1.063,17	58,25	223,64	12,25	1.825,31	100,00
<b>2008</b>	84,38	4,53	461,23	24,75	1.071,10	57,47	247,18	13,26	1.863,90	100,00
<b>2009</b>	80,59	4,04	513,48	25,71	1.137,81	56,98	264,93	13,27	1.996,81	100,00
<b>2010</b>	68,88	3,52	506,28	25,90	1.062,22	54,34	317,56	16,24	1.954,93	100,00
<b>2011</b>	79,95	3,96	470,51	23,33	1.123,31	55,70	343,03	17,01	2.016,80	100,00
<b>2012</b>	71,23	3,33	480,90	22,48	1.232,33	57,61	354,80	16,59	2.139,27	100,00
<b>2013</b>	69,68	3,05	523,61	22,94	1.306,53	57,25	382,31	16,75	2.282,13	100,00
<b>2014</b>	78,83	3,59	412,18	18,75	1.306,39	59,44	400,37	18,22	2.197,77	100,00
<b>2015</b>	61,37	3,08	337,54	16,92	1.194,73	59,90	400,76	20,09	1.994,40	100,00
<b>2016<sup>4</sup></b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (2017).

Como se observa, o setor de serviços é o que apresenta maior valor agregado no município de Lavras, atingindo, em 2015, 59,90% do VA total no município. Em Lavras, dentro desse setor de serviços, destaca-se o transporte rodoviário de cargas, que, inclusive, é responsável por empregar 8,9% do total de empregos em Lavras. Esse desempenho está alinhado ao que ocorre no setor de serviços no estado de Minas Gerais. Segundo dados da Fundação João Pinheiro (2017), em 2015, o VA do setor de serviços em Minas Gerais foi de 313,70 milhões, o representou 68,6% do VA total no estado.

A segunda atividade econômica que apresenta maior valor agregado é o setor da indústria, seguidos do setor da administração pública e do setor agropecuário. No setor da indústria, a principal responsável pelo desempenho desse setor em Lavras é a unidade da Magneti Marelli Cofap Fabricadora de Peças - Divisão Aftermarket, uma empresa

<sup>4</sup> Os valores adicionados referentes ao ano de 2016 ainda não estão disponibilizados.

especializada no segmento da reposição de peças automotivas. Tal fato também está alinhado com o resultado do setor industrial em Minas Gerais que, segundo dados da Fundação João Pinheiro (2017), também obteve a segunda colocação em relação ao VA total no estado, ao atingir o montante de R\$ 119,30 milhões.

Nota-se também que o VA do setor de serviços praticamente se manteve estável (crescimento de apenas 1,65% nos dez anos da pesquisa), representando 58,25% do total dos VAs, em 2007, e 59,90%, em 2015, enquanto os VAs do setor industrial e agropecuário tiveram suas participações em relação ao total de VAs reduzido. O setor da indústria apresentou a maior queda nessa participação, pois representava 24,55% do VA total, em 2007, e, em 2015, caiu para 16,92% (queda de 7,63%). Já o setor agropecuário sofreu redução de 4,95%, em 2007, para 3,08%, em 2015 (queda de 1,87%).

Interessante destacar que, enquanto o VA do setor de serviços manteve praticamente estável seu percentual de participação no VA total e os VAs do setor industrial e agropecuária tiveram seus percentuais reduzidos, o VA da administração pública apresentou aumento.

Em 2007, a representatividade do VA do setor da administração pública no VA total de Lavras era de 12,25% e, em 2015, subiu para 20,09% (crescimento de 7,84%). Tal fato vai ao encontro dos montantes executados pela UFLA, que também apresentaram valores crescentes a cada ano, conforme demonstrado na Tabela 6.

Diante disso, nota-se que, à medida que os valores executados pela UFLA aumentaram, aumentou também sua relação com percentual com o VA total em Lavras. Pela Tabela 15, é possível constatar essa afirmação.



Tabela 15 - Participação da UFLA no VA administração pública e VA total em Lavras, 2007-2015, deflacionado em R\$ dez/2016, em R\$ milhões.

Ano	VA Adm. Pública em Lavras (I)	VA Total Lavras (II)	Valores executados pela UFLA (III)	Valor executado pela UFLA x VA total em Lavras (II x III)	Valor executado pela UFLA x VA Adm. Pública em Lavras (I x III)
	R\$	R\$	R\$	%	%
<b>2007</b>	223,64	1.825,31	164,16	8,99	73,41
<b>2008</b>	247,18	1.863,90	182,30	9,78	73,75
<b>2009</b>	264,93	1.996,81	227,43	11,39	85,85
<b>2010</b>	317,56	1.954,93	207,89	10,63	65,47
<b>2011</b>	343,03	2.016,80	269,80	13,38	78,65
<b>2012</b>	354,80	2.139,27	258,86	12,10	72,96
<b>2013</b>	382,31	2.282,13	305,39	13,38	79,88
<b>2014</b>	400,37	2.197,77	372,68	16,96	93,08
<b>2015</b>	400,76	1.994,40	377,55	18,93	94,21
<b>2016<sup>5</sup></b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (2017).

Considerando o VA total em Lavras, que engloba os valores das atividades econômicas do setor agropecuário, industrial, de serviços e da administração pública, com o total executado pela UFLA, a relação percentual quase dobrou no período pesquisado, uma vez que, em 2007, era de 8,99% e, em 2015, passou para 18,93%.

Conforme mencionado pela Fundação João Pinheiro (2017), o VA administração pública engloba as atividades de Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa e seguridade social.

Se considerarmos apenas o VA da administração pública com o montante executado pela UFLA, a relação percentual é bem maior. No município de Lavras, a UFLA é o maior responsável pelo VA da administração pública, respondendo com 73,41%, em 2007, elevando-se para 94,21%, em 2015.

Assim finalizaram-se as análises de como o município de Lavras foi impactado pelo fato da Universidade Federal de Lavras estar localizada em seu território, durante o período compreendido entre os anos 2007 a 2016. Na sequência, é apresentado um resumo com os resultados obtidos após as análises e um alinhamento desses resultados com o referencial teórico.

<sup>5</sup> Os valores adicionados da Administração Pública referentes ao ano de 2016 ainda não estão disponibilizados.

#### 4.2.6 Apresentação sucinta dos resultados após as análises

Após as análises dos dados apresenta-se neste subcapítulo um resumo dos resultados obtidos e seu alinhamento com o referencial teórico. A Tabela 16 apresenta os resultados obtidos.

Tabela 16 - Resumo dos resultados obtidos.

Área impactada	Dado pesquisado	Montante no período 2007-2016	Média no período 2007-2016	Impacto médio no município no período 2007 - 2016
Finanças Públicas	ISSQN repassado ao município	R\$ 12,2 milhões	R\$ 1,22 milhões por ano	-Média de 8,5% do ISSQN arrecadado em Lavras; -Média de 3,59% da receita realizada.
	Recursos movimentados pela UFLA	R\$ 2,72 bilhões	R\$ 272 milhões por ano	126% da receita municipal realizada.
	Recursos destinados a PJ e PF em Lavras	R\$ 167 milhões	16,7 milhões por ano	Receita de R\$ 16,7 milhões por ano para negócios locais.
	Valores com Salários e encargos, terceirização e bolsas	R\$ 2 bilhões	R\$ 200 milhões por ano	Não dimensionado
Economia Municipal	Geração de empregos	23.453 vagas	2.345 vagas por ano	-Média de 32,5% dos empregos da administração pública. -Média de 10,4% do total de empregos em Lavras.
	Valor agregado (VA) em Lavras por atividade econômica	R\$ 18,3 bilhões	R\$ 1,8 bilhão por ano	-Média de 79,7% do VA administração pública em Lavras; - Média de 12,9% do VA total em Lavras.

Fonte: Do autor (2018).

Como se observa, diante dos resultados dos dados analisados nota-se importante participação da UFLA na economia do município de Lavras, e tal participação encontra embasamento no referencial teórico citado no trabalho. Essa participação na economia é chamada por Hirschman (1961), de efeitos para trás, ou seja, são externalidades positivas resultantes do funcionamento da UFLA.

Graças ao orçamento federal destinado ao funcionamento e manutenção das atividades da UFLA, às verbas de emendas parlamentares e de bancada, que respectivamente, deputados

federais e estaduais destinam a ela, e dos convênios assinados com órgãos federais e estaduais, ocorre uma transferência de recursos de outras esferas (Federal e Estadual) para o município.

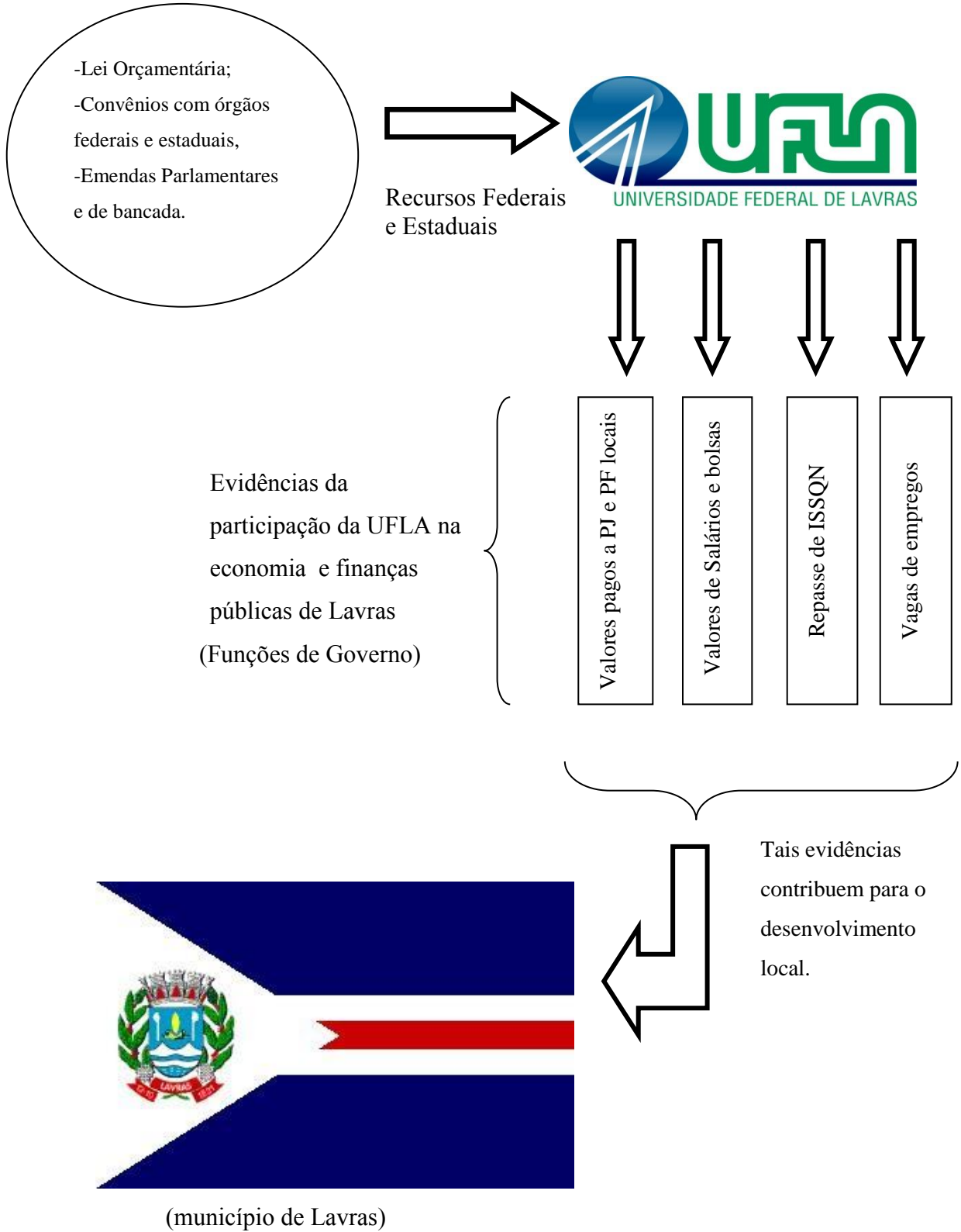
Embora não seja essa sua finalidade precípua, pois esta é o ensino, pesquisa e extensão, pode-se dizer que a UFLA ao receber tais recursos de outras esferas atua na economia lavrense, ao exercer as funções de Governo. Assim, ao se fazer uma analogia entre os resultados obtidos e as funções de governo, identifica-se, por exemplo, a função distributiva nos montantes de recursos movimentados pela UFLA, uma vez que tais recursos são oriundos de outras esferas, a função estabilizadora na participação da UFLA, no número de empregos em Lavras, pois essa função visa à manutenção do pleno emprego, por meio de políticas públicas.

Ao movimentar estes recursos a UFLA gera estas externalidades que propiciam ao município de Lavras uma vantagem em relação aos municípios que não possuem uma Universidade Pública Federal em seu território, pois pode contar com um importante órgão, de outra esfera, para fomentar sua economia e conseqüentemente seu desenvolvimento.

Na prática, isso ocorre, por exemplo, quando a UFLA, ao injetar mais recursos no comércio local por meio dos gastos de parte dos salários dos servidores e demais funcionários, das aquisições de mercadorias e serviços de empresas locais, ou aquecendo o setor mobiliário com a abertura de mais vagas para alunos e concursos para mais servidores, provoca um desequilíbrio nestes setores, que necessitarão ampliar seu quadro de pessoal, farão mais aquisições de mercadorias ou matéria-prima de seus fornecedores, e assim por diante. A figura 7 demonstra como isso ocorre:

Figura 7 - A UFLA exercendo a funções de governo, participando da economia lavrense e contribuindo para o desenvolvimento local.

Esfera Federal e Estadual



O exemplo citado também é análogo ao que Hirschman (1961), nomeou de “Encadeamentos Produtivos” em sua teoria, ao afirmar que um setor líder, promove uma cadeia de desequilíbrios na economia, em que o crescimento econômico que nela se manifesta, é transferido para alguns setores satélites de uma forma desequilibrada. E assim, os desequilíbrios atuam como uma forma de investimento induzido, em que um desequilíbrio gera uma ação que propiciará um novo desequilíbrio, gerando uma nova ação.

Pode-se classificar, ainda, as evidências de participação da UFLA no desenvolvimento local identificadas neste estudo como “mudanças iniciais positivas”, segundo a Teoria da Causação Circular Cumulativa, de Myrdal (1965), considerando que as atividades da UFLA refletem, positivamente, em oportunidades de emprego, renda e demanda por bens e serviços, aumentando a atratividade local e fomentando a exploração de novos investimentos.

Interessante, ainda, é o fato de a UFLA ser uma Autarquia Federal, pois ambos os autores destacavam em suas teorias a importância da intervenção estatal de modo a promover o desenvolvimento econômico das regiões. Myrdal (1965), em sua Teoria da Causação Circular Cumulativa, considera que as políticas governamentais devem ter como foco os “efeitos propulsores” e são necessários investimentos e alocação de capitais para setores como de infraestrutura, transportes, tecnologia, educação, saúde e capacitação.

Ainda neste grupo de autores das Teorias do Desenvolvimento Local, pode-se fazer relação das evidências levantadas neste estudo com o trabalho de Perroux (1967) (Teoria dos Polos de Crescimento), levando em conta que a UFLA, também, pode ser considerada uma unidade econômica motriz, pois diante dos resultados apurados na pesquisa, nota-se que ela exerce efeitos de expansão, por intermédio de preços, fluxos ou informações sobre outras unidades que com ela estão em relação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi estudar uma Universidade Pública Federal pelo viés econômico, analisando-a como um fator promotor e de fomento do desenvolvimento local, e que atua como uma ferramenta das funções de governo.

Para tanto foram levantados dados que permitissem proceder tal análise para considerações finais. Visando a evidenciar a participação da UFLA nas finanças públicas municipais foram analisados dados referentes à participação da UFLA na arrecadação tributária municipal, enquanto para evidenciar sua participação na economia lavrense foram pesquisados: a) os valores executados pela UFLA bem como sua composição e comportamento no período da pesquisa; b) os valores executados pela UFLA, destinados apenas para pessoas físicas e pessoas jurídicas sediadas no município de Lavras; c) os montantes pagos com salários, benefícios e encargos a servidores e demais funcionários; d) a participação da UFLA no número de empregos em Lavras e, e) a relação dos valores executados pela UFLA com o valor adicionado -VA administração pública e total em Lavras.

Importante ressaltar que não foi intuito deste trabalho quantificar precisamente todas as formas e valores da participação da UFLA na economia local, mas sim em demonstrar evidências desta participação na economia e finanças públicas municipais.

Primeiramente, foram levantados dados quanto à participação da UFLA na arrecadação tributária do município de Lavras e notou-se que a UFLA tem uma participação na receita tributária municipal, mediante a retenção de tributos na fonte. Considerando a receita tributária total do município de Lavras, notou-se que a UFLA apresentou uma participação crescente ano após ano.

Os valores retidos dos prestadores de serviço pela UFLA e repassado ao município, representava em 2007, 1,11% do total arrecadado. Já em 2016 a participação foi de 4,62%, tendo em 2014, participado com 6,24%.

Se considerarmos a participação apenas na arrecadação do ISSQN, os valores foram bem maiores. Em 2016, Lavras arrecadou R\$ 14,6 milhões de ISSQN. Deste montante, R\$ 1,78 milhões foram repassados pela UFLA, o que representa uma participação de mais de 12%. Em valores médios, no período de 2007 a 2016, a UFLA repassou R\$ 1,22 milhões de ISSQN ao município de Lavras, o que resulta em uma participação na receita tributária de 3,59%, e na arrecadação de ISSQN de 8,5%.

Em seguida, partiu-se para a análise dos dados que demonstram a participação da UFLA na economia de Lavras. Nesta seção, o primeiro dado pesquisado foi o montante e o comportamento dos valores totais de pagamentos realizados pela UFLA no período de 2007 a 2016. Daí, concluiu-se que tais valores foram crescentes ano a ano, e o montante foi pago com pessoal e encargos o de maior vulto, seguido dos gastos com custeio e investimentos.

Os valores das despesas com “Pessoal e encargos sociais” e “Custeio”, praticamente dobraram nos dez anos pesquisados. Respectivamente, partiram de R\$ 119,28 milhões em 2007, para R\$ 242,30 milhões em 2016, e de R\$ 35,60 milhões em 2007, para R\$ 68,08 milhões em 2016. Já os investimentos apresentaram um crescimento muito maior, quadruplicando de 2007 a 2016 (passando de R\$ 9,30 milhões em 2007 para R\$ 42,83 milhões em 2016). O crescimento nos valores com investimento se deu por conta do REUNI, um programa do Governo Federal para expansão e reestruturação das Universidades Públicas Federais que resultou na realização de muitas obras e aquisição de equipamentos e mobiliário para equipá-los na UFLA.

Constatou-se também que boa parte desses gastos realizados pela UFLA são em favor de empresas e pessoas físicas lavrense, representando um aporte à economia local. Destes valores, somente, em 2011, o valor com custeio foi menor que o montante com investimentos (R\$ 7,88 milhões contra R\$ 11,65 milhões). Em todos os demais anos de 2007 a 2016, o valor com custeio foi superior chegando a representar 94,31% em 2014 (R\$ 21,47 milhões de custeio contra R\$ 1,30 milhões de capital). Do total de pagamentos realizados pela UFLA com custeio e investimento, se for considerada a análise por valores médios do período da pesquisa, 21,52% dos valores pagos pela UFLA foram em favor de prestadores de serviços e empresas sediadas no município de Lavras, o que reflete em reais, no valor de R\$ 18,56 milhões para negócios locais.

Outro item pesquisado se refere aos valores pagos com salários considerando os valores pagos a servidores, estagiários, médicos residentes, terceirizados e bolsas/auxílio financeiro a estudantes e pesquisadores. Nota-se que os valores totais dessas despesas praticamente dobraram nos dez anos da pesquisa (somavam R\$ 136,80 milhões em 2007 e R\$ 267,60 milhões em 2016), representando também um importante aporte à economia local, uma vez que parte desses salários são gastos em Lavras, com aquisição ou locação de imóveis, movimentando o setor imobiliário, em supermercados, farmácias, bares, restaurantes, movimentando o comércio local, dentre outros.

Concluiu-se também na pesquisa que a UFLA contribui com a geração de empregos em Lavras. Segundo dados da RAIS (BRASIL, 2014), neste ano a UFLA representava

40,19% do total da ocupação da Administração Pública no município e 12,75% do total de empregos em Lavras, considerando os setores da administração pública e o setor privado. Analisando em valores médios de 2007 a 2016, a UFLA foi responsável direta por 2.345 vagas de empregos em Lavras, participando com 32,5% dos empregos relacionados à Administração Pública e em 10,4% do total de empregos gerados em Lavras.

O último dado analisado foi a relação do valor executado pela UFLA com o valor adicionado por atividade econômica em Lavras. Considerando o VA total em Lavras, que engloba os valores das atividades econômicas do setor agropecuário, industrial, de serviços e da administração pública, essa relação quase dobrou no período pesquisado, uma vez que, em 2007, era de 8,99% e, em 2015, passou para 18,93%.

Se considerarmos apenas o VA da administração pública, a relação com o montante executado pela UFLA foi bem maior. No município de Lavras, a UFLA é o maior responsável pelo VA da administração pública, respondendo com 73,41% em 2007, elevando-se para 94,21%, em 2015.

Diante da exposição da análise dos dados pesquisados, conclui-se que devido às atividades e funcionamento da UFLA, recursos federais são injetados no município de Lavras, representando, ainda que de forma indireta (pois suas funções precípua são o ensino, pesquisa e extensão), a ação das funções de governo, por meio do funcionamento da UFLA, na economia do município de Lavras. E isso resulta em uma participação da UFLA na economia lavrense, o que contribui para o desenvolvimento local.

Como se observou com os resultados, há evidências de significativa participação da UFLA no desenvolvimento econômico de Lavras em aspectos como a demanda de pessoal, participação nos índices de emprego no município, movimentação de recursos financeiros por meio de salários de servidores e demais tipos de funcionários, dos investimentos em obras e equipamentos, das despesas de custeio e por meio dos repasses de tributos via retenção dos prestadores de serviços.

Importante ressaltar ainda que, além dessas evidências, pode-se observar também, no período da pesquisa, melhora em outros indicadores do município de Lavras. Um exemplo disso é o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que é elaborado pela Organização das Nações Unidas - ONU, com base em três critérios, saúde, educação e renda. Segundo os dados do IBGE (2014), em 2000, o IDH em Lavras era 0,678 e em 2010, 0782. Outro índice que pode ser mencionado é o PIB per capita, que representa o produto interno bruto (a soma de todos os bens gerados pelo município), dividido pela quantidade de seus habitantes. Em 2010, esse índice em Lavras era de R\$ 16.19,20 e, em 2015, R\$ 20.973,67.



Com base nessas evidências e considerando as Funções de Governo e as Teorias do Desenvolvimento Regional, conclui-se que a UFLA pode ser considerada um “fator” promotor do desenvolvimento em Lavras.

Diante desses resultados, pode-se afirmar que a comunidade acadêmica e a população lavrense estavam certas ao se mobilizarem na década de 1960 para que a então Escola Superior de Agronomia em Lavras - ESAL, de propriedade dos presbiterianos, não fosse fechada e, sim, assumida pelo Estado, via federalização.

Por fim, por se tratar de um tema amplo, não foi intenção deste trabalho identificar todas as formas de participação da UFLA no desenvolvimento do município de Lavras, limitando-se a buscar evidências dessa participação apenas pelo viés econômico. Assim, sugere-se para futuros estudos uma pesquisa com o intuito de demonstrar a participação da UFLA na economia pelo lado qualitativo, considerando por exemplo, de que forma, direta ou indireta, a formação de profissionais para o mercado de trabalho, os serviços prestados à sociedade em várias áreas, a assessoria prestada à sociedade, a criação de novas técnicas desenvolvidas a partir das pesquisas e a promoção de eventos culturais e esportivos realizados pela UFLA, envolvem a comunidade lavrense e cooperam para o desenvolvimento local.

Outro ponto importante a ser destacado é que, no período da pesquisa, houve reflexo do REUNI, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Federais, o que resultou em um maior volume de recursos financeiros executados pela UFLA. Diante disso, torna-se interessante futuras pesquisas que analisem a participação da UFLA na economia e finanças públicas municipais no período pós-REUNI.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. A. B. **Impacto socioeconômico da universidade numa visão da economia do conhecimento**: estudo de caso do campus canoinhas da Universidade do Contestado UnC Canoinhas. 2010. 178 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)-Universidade do Contestado, Canoinhas, 2010.
- AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior**: estado x mercado. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2003.
- AMARAL FILHO, J. do. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Brasília, DF: IPEA, 1996. (Planejamento e Políticas Públicas, 14).
- BAGNASCO, A. Itália: cambio social en tiempos de cambio político. **Sociologia del Trabajo**, Madrid, n. 31, p. 85-120, 1997.
- BOISIER, S. **Sociedad civil, participación, conocimiento y gestión territorial**. Santiago de Chile: CEPAL, 1997. 18 p.
- BOVO, J. M. **Impactos econômicos e financeiros da UNESP para os municípios**. Araraquara: Ed. UNESP, 2003.
- BRASIL. **Decreto nº 93.872**, de 23 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Brasília, DF, 1986. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d93872.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm)>. Acesso em: 10 maio 2017.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 55**, de 13 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2017.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 116**, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp116.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm)>. Acesso em: 6 jan. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 8 mar. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm)>. Acesso em: 25 out. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e

dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8666cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm)>. Acesso em: 6 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.091**, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm)>. Acesso em: 2 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.772**, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm)>. Acesso em: 2 nov. 2017.

BRASIL (Constituição 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 2 nov. 2017.

BRASIL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 7. ed. Brasília, DF: Secretaria de Orçamento Federal, 2017a. Disponível em:  
<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Brasília, DF, 2012b. 55 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **REUNI**. Disponível em:  
<<http://www.reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2016b.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. **Gastos diretos por órgão executor**. Disponível em:  
<<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalComprasDiretasOEElementoDespesa.asp?Ano=2014&CodigoOS=26000 &CodigoOrgao=26263&CodigoUG=153032>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. **Portal Transparência**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 23 jun. 2017b.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de orçamento MTO**. Edição 2017. Brasília, DF, 2017c.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/caged/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL, F. de P. D.; CARNEIRO, R.; TEIXEIRA, L. M. G. Democracia e inclusão: novos marcos para o planejamento e as políticas urbanas no âmbito local a partir da Constituição Federal de 1988. **Cadernos da Escola Legislação**, Brasília, DF, v. 12, n. 18, p. 127-163, 2010.

BRUE, S. L. **História do pensamento econômico**. 6. ed. São Paulo: Thomson, 2005.

BRUSCO, S. The idea of the industrial district: its genesis. In: PYKE, F. et al. (Ed.). **Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy**. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990. p. 10-19.

CAMPOS, I. M. B. **Gasto público com as universidades federais: uma análise do processo decisório no MEC - 1995-2010**. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

COSTA, E. J. M. da. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2010. 404 p.

COSTA, G. P. C. L. da. **Os impactos das funções orçamentárias alocativa e distributiva sobre a desigualdade de renda: uma análise sobre unidades da federação brasileira entre 1995 e 2012**. 2016. 147 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis)-Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

CUNHA, C. **Educação e autoritarismo no Estado novo**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

DATA VIVA. **Lavras - MG**. Disponível em: <<http://www.dataviva.info/pt/location/4mg000105>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

DESCUBRA MINAS. **Lavras**. Disponível em: <[http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoFoto.aspx?cod\\_destino=375](http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoFoto.aspx?cod_destino=375)>. Acesso em: 10 out. 2017.

DIAS, C. S. dos. **Dimensionamento da alocação de vagas de técnicos administrativos nas Universidades Públicas Federais**. 2015. 196 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.

FERNANDES, L. A.; GOMES, J. M. M. Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 1-23, 2003.

FERREIRA, S. C. **Financiamento público das instituições federais de ensino superior: uma visão do grau de engessamento dos orçamentos das universidades federais**. 2013. 50 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. **The spatial economy: cities, regions, and international trade**. Massachusetts: The MIT Press, 1999.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais: 2015**. Belo Horizonte, 2017. (Estatística & Informações. Indicadores Econômicos, 5).

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 3, n. 3, p. 35-47, 2004.

GONÇALVES, E. **Possibilidades e limites para o desenvolvimento da indústria de alta tecnologia em Juiz de Fora**. 1998. 135 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

GROSCHUPF, S. L. B. **O orçamento público como instrumento para o planejamento e desenvolvimento institucional (PDI): um estudo de multicaso nas instituições de ensino superior públicas federais do Estado do Paraná**. 2015. 121 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública)-Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 322 p.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da unipampa em sant'ana do livramento. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157-183, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama dos municípios brasileiros: 2014**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/lavras/panorama>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE: subclasses para uso da administração pública. Versão 2.0**. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Educação superior brasileira: 1991-2004**. Brasília, DF, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice de desenvolvimento da educação básica**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

ISARD, W. **Location and space-economy**. Cambridge: MIT Press, 1956.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LAVRAS. **Diário Oficial do Município de Lavras**, Lavras, n. 59, 28 jan. 2011. Disponível em: <<http://187.60.128.132:8082/GRP/servlets/portalcidadao/cadastrsgerais/downloadArquivoDigital?nhSOw1KXyI1ySG=XtfAQCw1Sr54fydZ3ff9XyZrpO5OUMb4d5CptvIv58MSXU5p55bQ5nb25rvl368jpnjOEKwGn71ffn9G8ryQtK4MwO3h8t74jMG049K&id=5019&8pCvMGlf39fQUUZCd64ISEQ0w614yM78p7tdIIZ1KC5v3pwb6vGd9646wQnIbhMwv0Av08En1U42wpdtUOMrSC8Crn4Q5v>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LAVRAS. **Diário Oficial do Município de Lavras**, Lavras, n. 307, 10 fev. 2012. Disponível em: <<http://187.60.128.132:8082/GRP/servlets/portalcidadao/cadastrsgerais/downloadArquivoDigital?w8jfX70j3vtME3=64wM3Q7KwrMwb6UfAK90r8KpU0wtZn86CGMC7M1p7pXfGES8KrK6y6jUQXhCMURK3OUCCfn64hCICQhyOA4tbIjd6dpfAGw1AUUpQvrZr&id=4566&G057U1MpvG57jndhrESKGXn107ytKt3wjQf5jyr16f2U07EOK71I9G1Gb4Z1nlKd837CKG4QnC5KU3X61vCr3r6hf6X6Gv>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LAVRAS. **Diário Oficial do Município de Lavras**, Lavras, n. 526, 15 fev. 2013. Disponível em: <<http://187.60.128.132:8082/GRP/servlets/portalcidadao/cadastrsgerais/downloadArquivoDigital?2yr9COF3EvOUdh=Ctyv3wU8QKS2lyndQhMEKtl0M091GI63tOUwwM9KX116h6jhM9j4hrUUS2Qf7IC9btpCZ92yjZwf1wZQK9A7C7b2EM94h1UwI9XKIUX2&id=4910&jpdIAh18Mhlf203ndw07I8df5vUjjE1nbSX1Z5p1fCZGdUd7IE740vhh5ICyl9GfGQO8bO6dfhM3IfMKw0GbyAXO7IQhAA>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LAVRAS. **Diário Oficial do Município de Lavras**, Lavras, n. 769, 14 fev. 2014. Disponível em: <<http://187.60.128.132:8082/GRP/servlets/portalcidadao/cadastrsgerais/downloadArquivoDigital?IAptbMfZQh4QKC=S6vf2IEnl68ZSCS2Edr0OE7y8hGtX60AM41b5GE0E0310959QrE4CQd2pIjyS9Qb5AnX8AKEdZ3ZZjZCEIvf7CSw8rdSd4f0nj5I7ySM&id=4343&w2X190M3I21bpf8C1v5t5UwdAC0vj3UUKO4C4wt1yAGrywGQXIKfU0QIf4U60vhA6MS158Ath6Mw0MQ992j8GdllAA6pd>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LAVRAS. **Diário Oficial do Município de Lavras**, Lavras, n. 998, 30 jan. 2015. Disponível em: <<http://187.60.128.132:8082/GRP/servlets/portalcidadao/cadastrsgerais/downloadArquivoDigital?5vMEDMQtnQOp3S=Cr2105Z9jMh2Kv6w41Xv3yfU0O290h6pSUZCjGOG5O8872pQdS4QUO6U03U378n6Kdf9M8O5tdAvwOKZ07C7wnKS842fQQCCXU7QjQrE&id=4104>>

&Mn8nb0dZvC198b0IKXfXSIhr6v085O1jw585vbtS5EwOrCr6d7025I3wMbQSSZGwp7StUA65CO2hI1Z7yt56bG7yhy8lGO>. Acesso em: 10 out. 2017.

LAVRAS. **Diário Oficial do Município de Lavras**, Lavras, n. 1237, 29 jan. 2016.

Disponível em:

<<http://187.60.128.132:8082/GRP/servlets/portalcidadao/cadastrsgerais/downloadArquivoDigital?S8rQh9AUEh5GIb=w47XOChAAAdZ9wU7pw64lIOblhXrpdhbhvlpv1bCCb7AQ13rj74MXE73jX8ZbMX6O2lt1Cj48thrj4IX6EGEZ4IMAA6l9A94Urn142Iw&id=3828&90EIfnX063IInUQrv0n57CEhn39pjIXAIXfh8C0Ov1ZpQv57jM0Z775pl4pnvdQZ9yydSE04AO9E2hh4Ifpd7rj4drwO>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LAVRAS. **Diário Oficial do Município de Lavras**, Lavras, n. 1475, 31 jan. 2017.

Disponível em:

<<http://187.60.128.132:8082/GRP/servlets/portalcidadao/cadastrsgerais/downloadArquivoDigital?0071ZKIOUjrIC4=G8E9vd4EM5OjGnC91Anp4Kjy29Af75rjCXbl3fAdSw8w4MhrKMhbbUXnlXIw657Xn0bM720ZhC5CZOKOnpXOE0t8ErGrXUIQSfA49XS8&id=1364&S4rUr1r8ynZ5v1ynbhCI01b6CbQCA6nnOySAS2pwr4bIbhbylbMpvtpQGvAfEXlS9dIdt6rMMjMdZZA715rIXKhXjGXUly>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LAVRAS. **Lei Complementar nº 92**, de 15 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o código tributário do município de Lavras. Lavras, 2006. Disponível em:

<<http://www.lavras.mg.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

LIBERATO, R. C. Revisando os modelos e a análise das Teorias do Desenvolvimento. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 127-136, 2008.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 12, n. 21, p. 5-19, 2010.

LOPES, R. P. M. **Universidade pública e desenvolvimento local**: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2001. 147 p. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

LOSCH, A. Economic regions. In: FRIEDMAN, J.; ALONSO, W. (Ed.). **Regional development and planning**: a reader. Cambridge: MIT, 1969.

MADUREIRA, E. M. P. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**, Cascavel, v. 5, n. 2, p. 8-23, jul./dez. 2015.

MADUREIRA, E. M. P. **O ressurgimento do neoliberalismo**. 1998. 74 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 1998.

MARINI, M. J.; SILVA, C. L. da. Desenvolvimento regional e arranjos produtivos locais: uma abordagem sob a ótica interdisciplinar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 107-129, maio/ago. 2012.

MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. **ADCONTAR**, Belém, v. 2, n. 2, p. 19-30, 2001.

MILIONI, K. C.; BEHR, A.; GOULARTE, J. L. L. Análise do processo de elaboração da proposta de Lei Orçamentária Anual em uma instituição pública federal de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 8, n. 4, p. 164-188, 2015. Edição especial.

MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças públicas: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Lisboa: Saga, 1965. 240 p.

NUINTIN, A. A. **Eficiência da aplicação de recursos públicos nas universidades federais**. 2014. 169 p. Tese (Doutorado em Gestão de Negócios, Economia e Mercados)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

OLIVEIRA, J. M. et al. **Efeitos das externalidades espaciais sobre o crescimento econômico: um ensaio para Alagoas**. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Morais Editora, 1967. 755 p.

REZENDE, F. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RIPPEL, R. **Os encadeamentos produtivos de um complexo agroindustrial**. 2012. 120 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SACHS, J. D.; LARRAIN, B. F. **Conceitos básicos de macroeconomia**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

SANTOS, F. S. dos. **Financiamento Público das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES: um estudo da Universidade de Brasília-UnB**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2013.

SCHWARTZMAN, J. A administração de universidades públicas: a racionalidade da ineficiência. **Educação Brasileira**, Brasília, DF, v. 13, n. 26, p. 11-27, jan./jun. 1991.

SCHWARTZMAN, J. **O financiamento do ensino superior no Brasil e algumas lições para a América Latina**. Brasília, DF: IESALC, 2010.

SOUZA, J. G. Evolução histórica da Universidade Pública Brasileira: abordagens preliminares. **Revista da faculdade de Educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 42-58, ago. 1999.

STORPER, M.; SCOTT, A. J. The wealth of regions: market forces and policy imperatives in local and global context. **Futures**, Cedar Falls, v. 27, n. 5, p. 505-526, June 1995.

TESOURO NACIONAL. **Tesouro gerencial**. Disponível em:  
<<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/servlet/mstrWeb?pg=login&v=1527965810300>>.  
Acesso em: 10 out. 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **História**. Disponível em:  
<<http://www.ufla.br/portal/institucional/sobre/historia/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Direção Executiva. **Gestão 2012/2016**: movida pela força do conjunto. Lavras, 2016. 320 p.

VEIGA, J. E. Articulações intermunicipais para o desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MEIO RURAL, 2005, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2005. 1 CD-ROM.

VERGARA, S. C. **Tipos de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.

VON THÜNEN, J. H. **The isolated state**. Oxford: Pergamon, 1966.

WEBER, A. **Theory of the location of industries**. Chicago: Chicago University Press, 1969.

WILTGEN, R. S. Notas sobre polarização e desigualdades regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 532-539, 1991.